

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**Bruna Ferraz Raposo**

**Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**

**Uberlândia**

**2018**

**Bruna Ferraz Raposo**

**Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho;  
Coorientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral.

**Uberlândia**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

R219p  
2018 Raposo, Bruna Ferraz, 1990-  
Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e  
financeirizado / Bruna Ferraz Raposo. - 2018.  
100 f. : il.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.  
Coorientadora: Marisa Silva Amaral  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Economia.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.509>  
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Economia marxista - Teses. 3. Capitalismo -  
América Latina - Teses. 4. Capital (Economia) - Teses. I. Almeida Filho,  
Niemeyer. II. Amaral, Marisa Silva, 1982. III. Universidade Federal de  
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. IV. Título.

CDU: 330

---

Glória Aparecida – CRB-6/2047

**Bruna Ferraz Raposo**

**Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento econômico.

Uberlândia, 28 de fevereiro de 2018.

---

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (orientador) – UFU

---

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral (coorientadora) – UFU

---

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo – UFF

---

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce – UFRGS

Em memória de Theotônio dos Santos, grande referência intelectual para este trabalho e último da geração fundadora da Teoria Marxista da Dependência a nos deixar, mas não suas ideias que continuam vivas por nós.

Em memória de Marielle Franco, vereadora do município do Rio de Janeiro brutalmente assassinada por sua origem, por sua luta e por sua ousadia de apontar as feridas das desigualdades dessa sociedade.

“Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”

13 de março de 2018, véspera de sua execução.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Amália e Manoel, que não só me colocaram no mundo, como me apoiaram incondicionalmente para que eu chegasse até aqui, mesmo que não tenham a real dimensão do que significa o “aqui”. À minha segunda família, José Claudio e Marlúcia, por me receberem sempre tão bem e pelo apoio e incentivo ao mestrado. Ao meu irmão Renan, pelos patrocínios em publicações e congressos durante esse mestrado de bolsa não-reajustada, porém, obrigada CAPES, pagas em dia.

Fazer pós-graduação hoje é estar presente em um ambiente de isolamento, regras e prazos, fazer pós-graduação em Economia hoje é estar cada vez mais sufocado por um pensamento único, fragmentado e produtivista. Portanto, que eu tivesse chegado até aqui com o resultado que segue nas próximas páginas, não se deve de maneira nenhuma ao meu próprio esforço e mérito, mas a todos aqueles que estiveram comigo nessa caminhada, me lembrando cotidianamente meus objetivos, motivações e o porquê de eu ainda acreditar na possibilidade de uma ciência econômica crítica e mirada na emancipação humana.

Por isso agradeço a todos do Instituto de Economia da UFU, por me possibilitarem aprendizados e a estrutura necessária para concluir essa dissertação. Agradeço, especialmente, às aulas dos professores César Ortega, Fábio Terra e José Rubens Garlipp, indispensáveis para ampliar meus horizontes.

À minha dupla orientação, nada usual!, que me proporcionam um grande desafio e me instigaram continuamente com essa dissertação. Ao professor Niemeyer, um agradecimento que não caberia aqui, pela pessoa extremamente generosa e atenciosa que é. Num caminho às vezes tão torto como o da pós-graduação, essa orientação humana fez toda a diferença para a qualidade e andamento do trabalho, e pela pessoa que eu pude ser nesse trajeto. Agradeço também por ser uma fonte de inspiração por tamanha vitalidade e entusiasmo. À Marisa, agradeço a leitura atenciosa, que vem desde a banca de qualificação, e a paciência da correção nos detalhes necessários. É também uma referência teórica com quem eu tive a grata oportunidade de trabalhar.

A todos aqueles que se inserem no pensamento crítico latino-americano, especialmente na Teoria Marxista da Dependência, pelo arcabouço teórico, pela influência e pela cotidiana luta por uma outra América Latina. Materializo esse agradecimento nos nomes dos professores Marcelo Carcanholo e Mathias Luce, que além de se inserirem nessa trajetória, agradeço ainda pela composição da banca.

Agradeço de coração à acolhida que tive na cidade de Uberlândia, que fez com que eu quase não percebesse as dificuldades de estar longe da minha cidade, a não ser pela umidade do ar realmente baixa! Aos colegas do PPGÉ, obrigada pelos momentos de descontração e desabafos.

Especialmente ao Eduardo, Indiane e Mônica, obrigada pelo convívio, companheirismo, pelos incontáveis debates e questionamentos, por não se acomodarem e por dividirem tantas humilhações! Indiane, muito obrigada por não desistir e estar comigo até o final, nisso a gente vai ter que concordar! À Rafaella, parceira, obrigada por me receber tão bem, pelas risadas e pelas inestimáveis companhias de Neusa e Cid!

Aos amigos de antes, mesmo de longe e dos mais variados lugares, obrigada pela amizade e pelo apoio nos momentos de compartilhar minhas conquistas, mas também as minhas angústias de quando o mestrado me assustou. À Camilla, Elena, Gabriella, Itamar, Jéssica, Renan, Thaís e Victor.

Ao Gabriel não há o que dizer, esse mestrado e essa dissertação são teus! Obrigada.

*“El hombre, la mujer, el niño, el ser humano  
tiene que ser el centro de toda la acción  
política, de toda la acción econômica, de toda  
la acción intelectual.”*

Hugo Chávez



## RESUMO

O processo de financeirização emerge das transformações ocorridas após o fim da Segunda Guerra Mundial e é entendido a partir do aumento da importância da esfera financeira de valorização, bem como do crescimento dos circuitos financeiros internacionais em relação ao restante da economia. Se mostrou como resultado do desenvolvimento das forças e relações sociais de produção, levando a mudanças legais e institucionais que representaram transformações estruturais e sistêmicas na economia capitalista e no conjunto da vida social. Uma análise desde um menor nível de abstração, como proposto pela Teoria Marxista da Dependência, e dentro dela o de padrão de reprodução do capital, deve considerar a inserção diferenciada da periferia no capitalismo financeirizado e seus efeitos particulares. Para tanto, adentraremos na proposta da categoria do padrão de reprodução do capital feita por Ruy Mauro Marini e levada à frente por Jaime Osorio, que engloba os ciclos do capital e seu processo reprodutivo em contextos geo-históricos específicos, para estabelecer um diálogo que referencie esta categoria com as mudanças do capitalismo contemporâneo. Assim, observamos elementos que se localizam, sobretudo, nas esferas de circulação do ciclo do capital e que engendram uma nova dinâmica de valorização financeira e fictícia do capital. O que justifica um prosseguimento e aprofundamento da proposta de Jaime Osorio, que inclua as novas capilaridades do capitalismo financeirizado e de um novo anel no espiral da dependência.

**Palavras-chave:** Padrão de reprodução do capital. Teoria Marxista da Dependência. Financeirização. América Latina.

## ABSTRACT

The process of financialization emerges from the changes that occurred after the end of World War II and is understood from the increasing importance of the financial sphere of valorization as well as the growth of international financial circuits in relation to the rest of the economy. It was shown as a result of the development of social forces and relations of production, leading to legal and institutional changes that represented structural and systemic transformations in the capitalist economy and in the social life as a whole. An analysis from a lower level of abstraction, as proposed by the Marxist Dependency Theory, and within it the pattern of capital reproduction, should consider the differentiated insertion of the periphery in contemporaneous capitalism and its particular effects. In order to do so, we will enter into the proposal of the category the pattern of capital reproduction made by Ruy Mauro Marini and carried forward by Jaime Osorio, which encompasses the cycles of capital and its reproductive process in specific geo-historical contexts, to establish a dialogue that refers this category with the changes of contemporaneous capitalism. Thus, we observe elements that are located, above all, in the circulation spheres of the capital cycle and that generate some new dynamics of capital and fictitious valorization of capital. This justifies a continuation and deepening of the proposal of Jaime Osorio, which includes the new capillaries of financial capitalism and a new ring in the spiral of dependence.

**Key-words:** Pattern of capital reproduction. Marxist Dependency Theory. Financialization. Latin America.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: AMÉRICA LATINA E DEPENDÊNCIA: A FORMA ESPECÍFICA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL</b> .....	15
<b>1.1 Apresentação: Inserção no capitalismo mundial e dependência na América Latina</b> .....	15
<b>1.2 A Teoria Marxista da Dependência</b> .....	20
<b>1.3 Padrão de reprodução do capital: uma proposta metodológica (categorial)</b> .....	27
<i>1.3.1 Historicização a partir do ciclo do capital</i> .....	32
<i>1.3.1.1 Primeira fase da circulação</i> .....	34
<i>1.3.1.2 Fase da produção</i> .....	37
<i>1.3.1.3 Segunda fase da circulação</i> .....	38
<i>1.3.2 Reprodução das contradições e crises no padrão de reprodução do capital</i> .....	39
<i>1.3.3 O papel do Estado e da política econômica</i> .....	42
<i>1.3.4 Considerações acerca do padrão de reprodução do capital</i> .....	46
<b>CAPÍTULO 2: PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA NA ERA DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO</b> .....	48
<b>2.1 Apresentação: Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva</b> .....	48
<b>2.2 Transformações estruturais no capitalismo global após a década de 1970</b> .....	54
<i>2.2.1 A natureza do capitalismo financeirizado</i> .....	58
<i>2.2.1.1 A figura do capital fictício</i> .....	58
<i>2.2.1.2 A miragem dos lucros na esfera da circulação</i> .....	61
<i>2.2.2 Antecedentes históricos e mudanças institucionais</i> .....	65
<i>2.2.3 Inserção da periferia na financeirização</i> .....	73
<b>2.3 A configuração de um novo anel da dependência e o padrão de reprodução do capital na América Latina na era do capitalismo financeirizado</b> .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90

## INTRODUÇÃO

A conformação de um desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista mundial justifica análises tais como foram feitas pelas teorias clássicas do imperialismo, e, posteriormente, pela Teoria Marxista da Dependência. A apreensão de que há uma estrutura hierarquizada, que engendra a transferência de excedente de valor em nível das relações internacionais, nos coloca frente ao binômio centro e periferia – ainda que hajam nuances – e a necessidade de elencar as especificidades da dinâmica de acumulação de capital em um e em outro.

Esse tipo de especificidade se apresentou em todas as etapas históricas do capitalismo até hoje, de modo que não se trata de desenvolvimento como uma linha de progresso que todos os países podem ou irão alcançar, mas no sentido de aumento de complexidade e processualidade. O que torna necessário uma compreensão conjunta dos movimentos do desenvolvimento do capitalismo global, como eles se dão a partir do centro, e como são incorporados por parte da periferia. Foi com essa perspectiva que construímos as diferentes etapas deste trabalho.

Pois bem, se tratamos de apreender uma dinâmica específica ao capitalismo dependente, e nos apoiamos para isso na Teoria Marxista da Dependência e suas principais categorias, temos que, a partir de uma inserção subordinada da América Latina no capitalismo mundial, engendrou-se uma estrutura de troca desigual que transfere mais-valor da periferia para o centro. Ocasionalmente que essas transferências de valor determinem contraditoriamente a dinâmica de acumulação de capital, sob formas específicas, das formações econômico-sociais dependentes.

Coloca-se, dessa forma, algumas limitações para a fluidez da reprodução do capital na periferia, que precisa fazer frente a essa transferência com os elementos que tem disponíveis, uma vez que não possui todos. Por exemplo, o impedimento de acesso ao alto nível tecnológico e capacidade de inovação, exclusiva dos países do centro e protegidas por altos custos ou mesmo por patentes. Assim, as economias dependentes se utilizam da superexploração da força de trabalho para aumentar a taxa de mais-valor e dar dinâmica à acumulação de capital. Trata-se, portanto, de um mecanismo de compensação à transferência de valor e uma categoria distintiva da conformação da situação de dependência. Esse mecanismo ocorre por causa, ao mesmo tempo que retroalimenta, a cisão do ciclo na economia dependente, devido ao crescente divórcio entre a estrutura produtiva interna e as necessidades da maioria da população.

Ainda nesse sentido, de captar o movimento do capital em menor nível de abstração e em espaços geográficos específicos, sumamente necessários para a compreensão de um estágio mais avançado do sistema capitalista mundial do que o apresentado por Marx – em alto nível de abstração e que pretendia captar as leis gerais de acumulação capitalista – encontra-se a proposta teórica do padrão de reprodução do capital.

Localizado em um escopo maior da literatura do pensamento econômico-social, a Teoria Marxista da Dependência visa apreender formas intermediárias de captação do movimento do capital, de modo a preencher nexos entre os diversos estudos que se colocavam dentro de uma agenda mais ampla. Assim, a categoria do padrão de reprodução do capital procurou cobrir as diversas lacunas que se colocavam na apreensão da dinâmica que rege o capitalismo dependente.

É uma pesquisa iniciada por Ruy Mauro Marini ainda em finais dos anos 1970, que deixou escritos importantes para a temática como *O Ciclo do Capital na Economia Dependente* e *El Patrón de Reproducción del Capital en Chile*. Entretanto, a proposta melhor acabada se encontra formulada por Jaime Osorio, que trabalhou diretamente com Marini e assumiu a tarefa de dar continuidade a essa linha de investigação.

Osorio coloca que o padrão de reprodução do capital é a possibilidade de apreender o movimento do capital em espaço geográficos e territoriais determinados e em tempos históricos específicos. Demonstrando assim uma análise em nível da totalidade, apreendendo o capital em seu movimento de valorização por inteiro, com suas diversas etapas e sua estrutura, bem como as relações sociais que o cercam, sua superestrutura e todos os elementos que o capital mobiliza em seu ininterrupto movimento de valorização. Apoiado nos escritos do Livro II de *O Capital* de Marx, o autor descortina os esquemas de reprodução do capital e os ciclos do capital para visualizar em menor nível de abstração o processo de valorização. Dessa forma, faz uma historicização de alguns elementos enquanto acrescenta outros que sejam pertinentes a análise.

A publicação desse estudo em 2012 no Brasil se insere num movimento maior de resgate da Teoria Marxista da Dependência em nosso país, exilada junto com seus principais autores nos idos dos anos 1960. Desde o início dos anos 2000, então, há iniciativas de colocação desse debate no meio acadêmico e militante, com a tradução e publicação de textos que rodaram a América Latina inteira, mas que permaneciam inéditos no Brasil mais de três décadas depois. Para além da divulgação desses textos, ocorreu em concomitância diversas iniciativas que deram um prosseguimento à teoria colocada, com sua necessária atualização crítica.

A crise estrutural dos anos 1960/1970 de superacumulação de capital em suas diversas formas, sinalizou a necessidade de mudanças que respondessem à retomada do processo de

acumulação. Essa nova configuração colocou o capital fictício na cabine de comando da acumulação de capital, engendrando novas conformações a serem apreendidas desde um menor nível de abstração. Não se trata de descartar as leis gerais do movimento do capital, mas considerar as transformações estruturais que percorreram o capitalismo em nível global nas últimas quatro décadas.

É neste esteio que o neoliberalismo aparece como um fenômeno político, econômico e ideológico, que parte da reestruturação produtiva, revolução tecnológica, das telecomunicações e da financeirização. Esta última é lida como o fenômeno do crescente distanciamento entre a apropriação de rendas financeiras e a produção real de valor. A esfera financeira, pretensamente autonomizada, se coloca como a característica principal do capitalismo contemporâneo, uma vez que aumenta a possibilidade de apropriação de valor, bem como aumenta a instabilidade sistêmica. Assume-se que a síntese da valorização do capital agora é outra, que não a colocada exclusivamente pelo capital industrial.

Sendo essa a configuração com a qual nos defrontamos, a presente dissertação tem a intenção de se colocar em diálogo com os textos de Jaime Osorio acerca do padrão de reprodução do capital, instigado por uma pergunta: Como a financeirização impacta na produção e reprodução do capital das economias dependentes, particularmente da América Latina?

Assim, estruturamos este trabalho com o intuito de dar vazão a essa pergunta, no esforço de colocar elementos que nos ajudem a iniciar essa investigação, que por sua proporção se tratam de uma agenda de pesquisa mais ampla do que o alcance desta dissertação.

O trabalho se compõe de duas partes: o primeiro capítulo apresenta a inserção subordinada da América Latina no sistema mundial e o modo como isso conforma uma situação de dependência. A partir do que anunciamos a base teórica que possibilita essa afirmação – a Teoria Marxista da Dependência – e a proposição da categoria do padrão de reprodução do capital nos termos colocados por Jaime Osorio. Assim, pretendemos justificar o tratamento diferenciado da reprodução do capital na região, dando ênfase aos elementos que resgataremos posteriormente, para então nos deter em maiores detalhes.

O segundo capítulo se insere na vertente que enxerga uma nova configuração no capitalismo contemporâneo, dado pela financeirização, a partir de elementos teóricos-abstratos e também do resgate de elementos históricos-concretos. A formulação da emergência de uma nova lógica de valorização financeira e fictícia, capitaneada pela figura do capital fictício, nos põe de frente com a investigação dos impactos particulares desse fenômeno com cada etapa e condicionante do processo de reprodução do capital. A partir daí, então, nos colocamos em

diálogo direto com Osorio e o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, partindo do estudo do ciclo do capital para responder nossa questão central.

Por fim, as considerações finais, que alcançados os objetivos do presente trabalho, abrem possibilidades para a continuidade de uma agenda de pesquisa com as questões levantadas aqui, que se somam às tantas outras presente nos trabalhos citados.

## **CAPÍTULO 1: AMÉRICA LATINA E DEPENDÊNCIA: A FORMA ESPECÍFICA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

### **1.1 Apresentação: Inserção no capitalismo mundial e dependência na América Latina**

A América Latina é o conjunto de países unidos não somente pelo agrupamento geográfico, como inicialmente colocado para designar todos aqueles países localizados ao sul dos Estados Unidos, mas também pela história em comum e suas condicionantes, cuja origem esteve na expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI e na relação colonial de caráter extrativista, que utilizou massivamente mão-de-obra escrava negra e trabalho indígena forçado.

Segundo Furtado (1970), o termo, entretanto, passou a ganhar força apenas no contexto do término da Segunda Guerra Mundial, quando se formou uma consciência latino-americana dos problemas do *subdesenvolvimento* da região e da insuficiência da industrialização como caminho para o *progresso econômico* atingido pelos países centrais. Se antes ressaltavam-se as particularidades como forma de se estabelecerem identidades nacionais que fortalecessem as recentes nações frente ao passado colonial, posteriormente, longe de ignorar as dissimilaridades de uma região tão extensa e de formações socioculturais diversas, elencaram-se elementos que possibilitaram identificar a região como um bloco com características em comum.

A América Latina – e conseqüentemente a dependência que lhe é característica – tem germe, portanto, no período colonial, em que havia uma situação de subordinação formal e estrita, nos âmbitos político, econômico e social, mantida por centenas de anos através do grilhão entre colônia e metrópole. Assim, na esteira do desenvolvimento do sistema capitalista, a América Latina serviu ao aumento do fluxo de mercadorias e ampliação dos meios de pagamento, o que se desdobrou no desenvolvimento do capital comercial e bancário e no aparecimento, posterior, da grande indústria na Europa (MARINI, 2005b).

Apesar das diferenças entre a colonização espanhola e portuguesa<sup>1</sup>, em grande parte esse processo se resumiu no genocídio dos povos originários, na extração de metais preciosos e demais recursos naturais, na formação de latifúndios, e na constituição de uma estrutura concentradora de poder e riqueza em torno dos colonos e seus descendentes.

Durante as primeiras décadas do século XIX se desenrolaram a maioria dos processos de independência política dos países do continente americano, terminando com as relações de

---

<sup>1</sup> Distinções entre os processos de colonização estão contidas nas obras de Furtado (1970) e Holanda (1989).



subalternidade oficial. Ao mesmo tempo em que, e porquê, ocorria a Revolução Industrial e a consolidação de uma divisão internacional do trabalho que demarcava mais nitidamente a configuração do sistema capitalista mundial. Os países latino-americanos, então independentes politicamente, não estabeleceram relações comerciais e econômicas entre si e se conformaram como exportadores de bens primários aos países centrais, enquanto recebiam destes produtos manufaturados de consumo e fluxo de capitais (FURTADO, 1970).

A partir desse momento, então, foi se estabelecendo uma relação de dependência tal qual formulada pela Teoria Marxista da Dependência: “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005b, p. 141).

Marini (2005b, p. 142) sustenta que foi exatamente a especialização marcada pela divisão internacional do trabalho que permitiu o progresso da grande indústria na Europa, ou seja, esta “seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes” e a oferta de alimentos e matérias-primas a baixo custo.

Já na última metade do século XIX ocorreu a chamada Segunda Revolução Industrial, que se consolidou numa série de mudanças no processo produtivo dos países centrais com o desenvolvimento de indústrias voltadas para a fabricação de máquinas e equipamentos. Esse novo ciclo de expansão capitalista exigiu dos países dependentes transformações que atendessem (i) ao aumento da demanda por matérias-primas e produtos agrícolas destinados a essa nova fase de industrialização e (ii) à necessidade de novos mercados, que exigiu uma expansão dos mercados internos capazes de absorver o aumento do fluxo de produtos manufaturados (BAMBIRRA, 2013).

Essas transformações modernizadoras se manifestaram, segundo Bambirra (2013, p. 67-70, grifos originais), na “*organização social da produção*” e no “*âmbito das forças produtivas*”. A primeira concerne à generalização das relações capitalistas de produção, através da separação entre os proprietários privados dos meios de produção e os trabalhadores livres assalariados. Ocorre, então, uma alteração da correlação de forças internas com surgimento de novas classes – proletariado e classe média –, mas que não revolucionam a ordem social marcada pelo conservadorismo da estrutura oligárquica:

Por um lado todo esse processo de modernização marcava a decadência de alguns grupos da velha classe dominante, enquanto por outro lado, engendrava, através da revitalização do comércio exterior, o surgimento de novos grupos, como os comerciantes, intermediários e exportadores, fazendo com que o latifúndio novamente se expandisse e se fortalecesse [...] (BAMBIRRA, 2013, p. 105).

As transformações das forças produtivas, por sua vez, referem-se às mudanças tecnológicas, que introduziram novos sistemas e instrumentos de produção e de transporte a fim de possibilitar o aumento da capacidade produtiva e de capitalização do setor exportador. Duas consequências da exigência da modernização das relações de produção na América Latina foram o aumento do dinamismo do setor exportador, que passou a absorver quantidades crescentes de força de trabalho assalariada, e a criação e expansão de setores complementares, como comércio, transporte, comunicação, serviços, etc.

Assim, a estrutura produtiva do capitalismo latino-americano se moldou historicamente com base na atividade exportadora, por sua vez determinada pela demanda externa dos países centrais: durante o período colonial a demanda era pela extração de metais preciosos, notadamente ouro e prata, e produtos típicos do clima tropical; já no período subsequente, consolidada a divisão internacional do trabalho, produtos agrícolas e matérias-primas. De forma que essa estrutura produtiva interna baseou-se sobremaneira na especialização e na monocultura, decorrendo disso que setores subjacentes, como a indústria manufatureira e economias de subsistência só tivessem existido de maneira marginal e com a finalidade de atender primordialmente à demanda dos setores exportadores (DOS SANTOS, 1970), ainda que tenham sido fundamentais para o desenvolvimento industrial urbano (BAMBIRRA, 2013).

A análise neste nível de abstração<sup>2</sup> tem intenção de captar a formação de um capitalismo dependente comum a todas as formações socioeconômicas da América Latina e não suas particularidades e manifestações históricas específicas, próprias de cada estrutura dependente. O relevante é registrar que a consolidação do capitalismo na América Latina insere-se no sistema mundial de forma subordinada e tem sua dinâmica atrelada aos movimentos do capitalismo central.

Por isso, no capitalismo dependente, a dinâmica e a estrutura estão intrinsecamente ligadas à dinâmica e estrutura do capitalismo central, depreendendo-se que mudanças, expansões e crises lá reflitam aqui, em maior ou menor grau. A situação de dependência pode ser captada através de três condicionantes analisados conjuntamente: (i) as formas básicas que assume o desenvolvimento da economia mundial; (ii) as relações econômicas dos países centrais

---

<sup>2</sup> Aqui, e ao longo do trabalho, nos referiremos a diferentes níveis de abstração para demonstrar a relação dialética entre as determinações abstratas e as determinações concretas de uma mesma categoria. Nessa linha, Osorio (2012a) trabalha com cinco níveis de análise que apresentam diferentes níveis de abstração de uma categoria no mesmo tempo e no mesmo espaço, agregando um maior número de determinações históricas-concretas ao diminuir-se o nível de abstração. São estes: modo de produção; modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura.

e como se dá sua expansão; e (iii) as relações econômicas da periferia e a forma como são incorporadas à situação de dependência (DOS SANTOS, 1970).

De modo que, considerando a América Latina produto da expansão comercial europeia do século XVI que se desenvolve, a partir de então, “em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2005b, p. 140), e utilizando-se dos elementos citados acima, Santos (1970) coloca a existência de três formas históricas<sup>3</sup> da dependência, próprias de determinados períodos históricos: a primeira foi a dependência colonial; a segunda foi a dependência de natureza financeiro-industrial; e a terceira foi a tecnológica-industrial.

Não é consenso no escopo da Teoria Marxista da Dependência a caracterização do período colonial como uma fase da dependência, uma vez que ainda não estavam plenamente desenvolvidas estruturas e relações capitalistas na região. Como assume Marini (2005b, p. 141-142):

[...] a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência [...]. No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial [...] somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente.

A segunda forma histórica percorreu grande período estendido por décadas entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. Este estágio foi caracterizado pela hegemonia do grande capital nos países centrais e sua expansão à periferia através de investimentos em matérias-primas e produtos agrícolas. Dois momentos rebatem essa tendência de fluxo comercial e de capital: a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, que resultaram em uma contenção de fluxos comerciais e de capitais. Para uma parte dos países da América Latina, a consequência desses eventos foi uma brecha de industrialização autônoma através do Processo de Substituição de Importações<sup>4</sup>. Para os outros, a criação de um aparato industrial só foi viabilizada após os anos 1950.

Como mostrou Bambilra (2013, p. 55-60), ao desenvolver uma tipologia dos países latino-americanos com base em seus processos de industrialização, é possível expor dois tipos de estrutura, utilizando-se da Segunda Guerra Mundial como marco temporal, devido ao processo de integração monopólica que se intensifica após o término dos conflitos: (i) “Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo

<sup>3</sup> Atenta-se para o ano de publicação do artigo: 1970. Novas qualificações devem e serão feitas em parte posterior do nosso texto.

<sup>4</sup> O Processo de Substituições de Importações ocorreu na América Latina na primeira metade do século XX e “pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (TAVARES, 2000).

porém, um processo de industrialização em expansão”, países denominados de “tipo A” ou “países com início antigo de industrialização”, que foram Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia; e (ii) “Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais”, países denominados “tipo B” ou “países cuja industrialização foi produto da integração monopólica”, sendo estes Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. Existiria, ainda, um “tipo C” ou “países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial”, correspondente ao Paraguai, Haiti e outros, mas que por questões de grande heterogeneidade e falta de dados não foram incluídos no trabalho citado.

A terceira forma histórica da dependência foi a tecnológica-industrial. A Segunda Guerra Mundial reordenou o cenário político e a economia mundial. Na conjuntura do pós-Guerra, os Estados Unidos acumularam ganhos de produtividade sem precedentes e se beneficiaram da grande expansão do comércio mundial, o que o levou ao topo da hegemonia do bloco capitalista e culminou em uma nova fase de ampliação do capitalismo mundial em que predominou a monopolização, centralização e concentração da produção (BAMBIRRA, 2013). Essa conquista acelerou o processo de integração em plano internacional das empresas, comércios, finanças, política, militarismo e cultura.

Logo, a dependência tecnológica-industrial se baseou nas empresas multinacionais e nos investimentos em indústrias que gerassem mercado interno para os países da periferia, ao contrário das outras duas formas históricas que se baseavam majoritariamente no setor exportador. Essa indústria foi, portanto, condicionada pela disponibilidade de divisas e pelo monopólio da tecnologia detido pelos países centrais.

A existência de uma nova forma histórica de dependência tem sido colocada em debate com o advento do neoliberalismo (SOTELO VALENCIA, 2004; AMARAL, 2012), em que, particularmente, o mundo das finanças engendrou novas determinantes na relação entre centro e periferia, aprofundando a condição de dependência. Este assunto será qualificado no capítulo dois deste trabalho.

Aqui, nos deteremos em concluir o objetivo desta longa apresentação: evidenciar o objeto de fundo do nosso estudo, isto é, a dependência latino-americana. Isto se justifica pela conformação de um capitalismo *sui generis*, que, sem negar as leis gerais da acumulação capitalista, apresenta características e dinâmica próprias alcançadas a partir de uma análise desde um menor nível de abstração. Por isso apresentamos a América Latina em sua origem e

determinantes históricos, e como a situação dependência é posta como um produto da expansão do capitalismo mundial.

A seguir estruturaremos outros elementos importantes para o trabalho, assim prosseguem mais duas seções. A primeira é a de apresentação da Teoria Marxista da Dependência a partir de suas principais categorias, que nos oferece a base teórica sobre a qual este trabalho se apoia. A segunda trata da proposta teórica da categoria do padrão de reprodução do capital, objeto central da dissertação, apresentada a partir de trabalhos seminais e acentuando os principais elementos pertinentes à análise.

## 1.2 A Teoria Marxista da Dependência

Se a intenção da seção anterior foi a de demonstrar a origem da manifestação da América Latina enquanto um grupo de formações socioeconômicas com um passado e estruturas em comum, de modo que as colônias ibero-americanas já possuíam os primeiros elementos da América Latina atual, de inserção dependente e subordinada no sistema capitalista mundial, nesta seção pretende-se mostrar o aporte teórico sobre o qual nos apoiamos para fazer essa colocação, isto é, a Teoria Marxista da Dependência<sup>5</sup> (TMD, daqui em diante).

A essência da questão para os intelectuais vinculados à TMD é que essa inserção dependente não se deu somente como uma característica da periferia – e suas supostas debilidades ou atrasos – mas do sistema capitalista como um todo, que tem como resultado de sua expansão histórica um desenvolvimento desigual e combinado, aos moldes do que já havia sido captado pelas principais teorias do imperialismo no início do século passado<sup>6</sup>. Por isso a dependência é entendida como uma relação entre dois polos, mas uma relação necessariamente desequilibrada. Segundo Santos (1970, p. 231):

A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão [...] <sup>7</sup>.

<sup>5</sup> A teoria da dependência foi elemento de disputa e controvérsias nas décadas de 1960 e 1970 entre intelectuais latino-americanos e abarcou outras vertentes além da aqui citada, como a vertente estruturalista, expressada sobretudo nas obras de Furtado (1996) e Sunkel (1969), que dissidem das proposições cepalinas iniciais; e a vertente weberiana ou do desenvolvimento dependente e associado de Cardoso e Faletto (1981). Esse debate, entretanto, perpassa questões além das teóricas, como ditadura e exílio, e por escapar do escopo deste trabalho indicamos a fim de contextualização: Traspadini (1999), Prado (2011) e Blomström e Hettne (1990).

<sup>6</sup> Referimo-nos aqui às obras de John Hobson (1902), Rudolf Hilferding (1985), Rosa Luxemburgo (1985), Karl Kautsky (2002), Nicolai Bukharin (1985), Vladimir Lenin (2012), entre outras.

<sup>7</sup> Tradução de Luciana Pudenzi em Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 30, p.5-18, outubro de 2011.

O desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista promoveu historicamente disparidades econômicas e sociais entre regiões de forma muito clara. O contexto geopolítico do pós-Guerra acentuou um cenário latente de explicações no campo acadêmico, tornando o ambiente propício ao surgimento de disciplinas como Economia do Desenvolvimento ou Teorias do Desenvolvimento<sup>8</sup>, que tiveram relativo sucesso durante as décadas de 1950 e 1960 nas universidades e em espaços institucionais influenciando na formulação de políticas econômicas nacionais. Esse vácuo teórico, entretanto, vai além da conjuntura econômica perpassando pelo contexto da Guerra Fria e a disputa entre as grandes economias capitalistas e o bloco socialista por uma hegemonia ideológica e econômica.

A América Latina foi um importante objeto de disputa nesse contexto devido à proximidade geográfica com os Estados Unidos, interessado em manter os países vizinhos alinhados ao bloco capitalista sob sua liderança, pelo que foi lançada a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948. Outro fator foi a série de insurreições de trabalhadores, operários e camponeses ocorridas na região ao longo do século XX, sendo a de maior expressão até hoje a Revolução Cubana sucedida no primeiro dia do ano de 1959. Esse episódio acirrou a política externa dos Estados Unidos sobre a região, se materializando na política da Aliança para o Progresso e o financiamento de golpes e ditaduras militares<sup>9</sup>, além da criação e oferta de crédito através de instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nesse quadro, a Economia do Desenvolvimento foi amplamente composta tanto pelos pesquisadores anglo-saxões, com grande visibilidade na visão etapista de Rostow (1978) e demais obras identificadas com as teorias de crescimento equilibrado; como também pela tradição latino-americana da perspectiva estruturalista representada, sobretudo, por Prebisch (1949) e Furtado (1998). O que significa que, longe de haver um pensamento único, havia disputas teóricas e políticas.

A vertente estruturalista teve grande expressão na composição da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em 1948. Mas para além da institucionalidade, a CEPAL representou para o pensamento econômico latino-americano uma escola de grande expressão e representatividade<sup>10</sup>. A novidade oferecida era a

---

<sup>8</sup> Apesar da colocação do tema de forma propositalmente insuficiente e resumida, indicamos para um panorama de maior abrangência sobre a evolução das teorias do desenvolvimento: Bonente e Almeida Filho (2008) e Bastos e Britto (2010).

<sup>9</sup> “Lembremos ainda da própria sustentação, por esse país [Estados Unidos], de vários regimes ditatoriais inescrupulosos [...] e de golpes militares que serviam a seus interesses.” (CANO, 2000, p. 14).

<sup>10</sup> Debates mais recentes discutem se a Cepal ainda ocupa esse status teórico, como colocado por Almeida Filho e Corrêa (2011).

de trazer diagnósticos e prognósticos para os problemas econômicos e sociais da América Latina a partir de um olhar interno, o que disputava com as teorias tradicionais que sustentavam vantagens comparativas para a atividade primário-exportadora. Isso trouxe força para as ideias de *desenvolvimento para dentro* e a *industrialização*<sup>11</sup>.

Em que pese a heterogeneidade interna, há um ponto em comum que permite abarcar essas teorias em um mesmo aporte: a visão compartilhada do desenvolvimento – ou superação do subdesenvolvimento – como processo capitalista de industrialização e de formação de capital, ou seja, compreendem um mesmo ideal de progresso. Assim,

[...] a análise do ‘desenvolvimento’ envolve, recorrentemente, a eleição de determinados critérios e parâmetros (‘empiricamente observáveis’) que permitam quantificar a condição de países ou regiões em momentos diversos de sua história. Além disso, é normalmente com base na extrapolação de um desses critérios que se afirma ou nega a superioridade de povos e/ou países com relação a outros. Por fim, o conceito de ‘desenvolvimento’ é tratado, via de regra, como um juízo de valor subjetivo: ou seja, o ‘desenvolvimento’ é visto como algo bom, viável e desejável (e que, portanto, deve ser promovido) e a sua ausência como algo ruim (e que, seguindo a mesma lógica, deve ser superado) (BONENTE, 2015, p. 283-284).

De forma mais concreta, as Teorias do Desenvolvimento se detiveram em apontar a dependência como características tecnológicas ou de mercado externo. Por isso, a classificação dos países periféricos como *atrasados* ou *subdesenvolvidos* em relação aos países *avançados* ou *desenvolvidos*. Uma re colocação da noção de desenvolvimento ajuda a superar essa dicotomia em busca de um maior aprofundamento nas questões estruturais, como colocado ainda em Bonente (2015, p. 277):

Considerando o conjunto da obra e o sentido geral da teoria social marxiana, Lukács propõe que, com a palavra desenvolvimento, Marx tem por referência o aumento objetivo da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo (Ibidem, p. 54)<sup>12</sup>. Ou seja, ‘uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos’ (Medeiros, 2013, p. 95)<sup>13</sup>.

A teoria da dependência demonstrou um salto qualitativo em relação às explicações predecessoras por desvelar que a estrutura produtiva, social e econômica, enfim, a posição que ocupavam os países periféricos, eram resultados não de atraso ou posição anterior na linha do progresso, mas do próprio movimento de expansão do capitalismo. E que desenvolvimento e

<sup>11</sup> Para um aprofundamento sobre a escola cepalina, ver Bielschowsky (2000).

<sup>12</sup> LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

<sup>13</sup> MEDEIROS, João Leonardo. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: EDUFF, 2013.

subdesenvolvimento são dois aspectos de um mesmo processo global (BLOMSTRÖM e HETTNE, 1990).

Este aporte teórico surgiu entre os anos 1960 e 1970 para pensar as singularidades do capitalismo latino-americano e sua luta de classes, fazendo frente à insuficiência explicativa da escola cepalina e em oposição política aos partidos comunistas da América Latina (MARINI, 2005a) que coadunavam com a ideia de uma Revolução Burguesa para fins de desenvolvimento das forças produtivas. A TMD, em sua primeira geração, teve grande representatividade em intelectuais que tinham igual preocupação militante, cujas histórias perpassam universidades, partidos e organizações políticas e seguidos exílios oriundos de golpes civis-militares. São eles Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, entre outros. Como a intenção não é remontar suas trajetórias, apesar de ser uma tarefa interessante, nos deteremos em apresentar o corpo teórico da TMD a partir dessas referências. Baseamo-nos, sobretudo, no *Dialética da Dependência* (MARINI, 2005b), que é caracterizado como um salto teórico qualitativo na sistematização dos estudos acerca da dependência em sua vertente marxista.

Ferreira e Luce (2012, p. 12, grifo original) nos oferecem uma rápida sumarização do esforço teórico feito por esses autores:

- a) definindo a categoria *dependência* e suas formas históricas ou esferas fenomênicas, como a dependência comercial, financeira e tecnológica (Dos Santos); b) desvelando as leis próprias do capitalismo dependente, em especial a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (Marini); c) estabelecendo os nexos entre a dependência e a teoria marxista do imperialismo e discutindo metodologias para o estudo da transferência de valor no mercado mundial (Caputo e Pizarro); d) pensando as diferenciações entre as formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano (Bambirra).

A análise, portanto, se centra em um capitalismo *sui generis*, em que não se pretende negar as leis gerais da acumulação capitalista, mas demonstrar que há características próprias à dinâmica de acumulação de capital na economia dependente, captadas em um menor nível de abstração e que, inclusive, reafirmam as leis gerais exacerbando as contradições inerentes ao modo capitalista de produção. Destarte, a dependência é uma situação condicionante, uma vez que o desenvolvimento e expansão das economias dependentes estão submetidos ao desenvolvimento e expansão das economias centrais. Daí decorrem estruturas internas dependentes, que se redefinem a partir das possibilidades estruturais de cada economia (DOS SANTOS<sup>14</sup> apud BAMBIRRA, 2013).

---

<sup>14</sup> DOS SANTOS, Theotonio. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. *Cuadernos de estudios socioeconómicos* (CESO), Universidad de Chile, nº11, 1970.



Tendo esses elementos em vista, quando da já mencionada inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, em primeiro momento como ofertadora de alimentos e matérias-primas, ocorreu um duplo movimento nas economias centrais. De um lado, houve especialização na produção de manufaturas industriais, aglomeradas em centros urbanos, gerando ganhos de produtividade do trabalho. Por outro lado, a oferta de alimentos a baixo custo da América Latina barateou a cesta de consumo básico dos trabalhadores do centro, e conseqüentemente reduziu o valor da força de trabalho, provocando aumento do mais-valor relativo<sup>15</sup> (MARINI, 2005b, p. 147). “Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salários, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais”. Ao que o capitalismo na América Latina não é só produto da expansão mundial, mas também agente dela<sup>16</sup>.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, o desenvolvimento da produção na América Latina “dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2005b, p. 144). Ou seja, não baseado em ganhos de produtividade do trabalho, mas com foco no aumento da taxa de exploração da força de trabalho a partir de prolongamentos da jornada de trabalho ou aumento de sua intensidade, ou da combinação de ambos – mais-valor absoluto<sup>17</sup> – devido à existência de monopólios de mercado e de tecnologia.

Engendra-se, portanto, uma estrutura produtiva desigual, em que “o mero fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual” (MARINI, 2005b, p. 152). Em outras palavras, a troca desigual ocorre devido à expansão heterogênea e polarizada do capitalismo mundial e à conseqüente conformação de estruturas produtivas hierarquizadas e monopolizadas.

O intercâmbio desigual desencadeia mecanismos de transferência de valor, que, já colocados por Marx, ocorrem aqui no nível das relações internacionais de mercado, e que não se tratam mais de pilhagem e saques que remontam ao monopólio colonial, uma vez que a

---

<sup>15</sup> Como em Marx (1985a, p. 251), tem-se que: “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.”

<sup>16</sup> O que também se dá de forma contraditória, pois, além de possibilitar os ganhos através do mais-valor relativo, o que aumenta a composição orgânica do capital induzindo a queda – relativa – da taxa de lucro, também atua em sua contratendência através de uma maior, e mais barata, oferta de matérias-primas (MARINI, 2005b).

<sup>17</sup> Não se trata de vetar à economia dependente a possibilidade de ganhos através do mais-valor relativo. Mas de demonstrar que, impedido o acesso ao monopólio tecnológico e dada a estrutura de transferência de valor, “este aumento, quando ocorre, tende a ser em menor ritmo que nas economias centrais, ampliando a diferença entre o valor produzido e o apropriado no capitalismo dependente” (CARCANHOLO, 2013a, p. 92).

coerção política e militar não é mais necessária a todo momento, ainda que possa ser utilizada, ao passo que progridem mecanismos econômicos. Segundo Marini (2005b, p. 152):

Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.

Essa transferência de valor é uma transferência de mais-valor quando considerado que as economias periféricas não se contrapõem a essa movimento, mas buscam compensá-la através de um incremento do valor realizado, isto é, “aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca” (MARINI, 2005b, p. 153). Isso ocorre porque o mais-valor transferido passa, então, a fazer parte da dinâmica de acumulação de capital dos países centrais e não dos periféricos, o que leva esses últimos a buscarem mecanismos de compensação que objetivem dar dinâmica à acumulação de capital interna de suas economias.

Os mecanismos de transferência de valor podem ser dar pela troca desigual – seja através de diferenciais de produtividade ou pelo monopólio de produção – mas também pelos processos de endividamento, dependência tecnológica e remuneração de capital. O que constata que o desenvolvimento do capitalismo dependente coloca também novos mecanismos em prática, como o pagamento de juros, dividendos, amortizações, *royalties*, etc. Assim:

Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (MARINI, 2013, p. 52).

Isto posto, o desenvolvimento histórico do capitalismo mundial remonta a uma estrutura de troca desigual que permite a transferência de valor, ou mais-valor, da periferia para o centro, fazendo com que o mais-valor transferido faça parte da dinâmica de acumulação de capital do centro e não dos países dependentes. Mas, como capitalismo dependente também é capitalismo, é preciso dar dinâmica à acumulação de capital na economia dependente, entendida como acumulação de capital em escala crescente. Por isso, o traço distintivo e necessário da economia dependente é a superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação à transferência de valor.

Superexploração da força de trabalho é a “maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (MARINI, 2005c, p. 189). E pode se dar de quatro formas: (i) por um aumento da intensidade do trabalho, sem alteração pela sua remuneração; (ii) através do prolongamento da jornada de trabalho, sem alteração pela sua remuneração; (iii) por uma expropriação do tempo

de trabalho necessário; e (iv) por uma elevação do valor da força de trabalho sem aumento do salário (CARCANHOLO, 2013a).

E aqui reside mais uma especificidade do capitalismo dependente: “a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização” (MARINI, 2005b, p. 162). Segundo o autor, o ciclo do capital, que é endógeno nas economias do centro, apresenta-se segmentado numa economia dependente, isto é, a esfera produtiva se separa da esfera da circulação/realização. Isso porque a forma subordinada com que se inseriu na economia mundial fez da América Latina uma região eminentemente exportadora de produtos, em que a produção interna era realizada externamente. Mas as fases do ciclo também podem se fragmentar entre as esferas de consumo interno, como no caso da industrialização latino-americana, em que a produção de bens de luxo ou suntuários não era passível de acesso pela maioria da população. O que caracteriza, em conclusão, a cisão do ciclo do capital na economia dependente é o crescente divórcio entre o aparato produtivo e a necessidade de consumo da maioria da população.

Uma vez colocada essa segmentação, acentua-se a contradição capital-trabalho, já colocada no nível d’O Capital, em que o trabalhador aparece duplamente no mercado: como ofertador da mercadoria força de trabalho e também como comprador de mercadorias. Se esta já é uma contradição que se apresenta no capitalismo central, em uma economia dependente aparece de maneira particular devido à superexploração da força de trabalho. Pois, uma vez que o trabalhador é pago por um valor abaixo da sua força de trabalho, acontece que sua capacidade de compra fica prejudicada, mingando mais ainda o mercado de consumo interno, isso porque “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto” (MARINI, 2005b, p. 164).

Entendida assim a dinâmica particular que rege o capitalismo dependente, tem-se que:

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra à economia internacional (MARINI, 2005b, p. 164).

Dessa maneira, o desenvolvimento do capitalismo dependente se traduz em uma reprodução ampliada da dependência, ou na formulação de Frank (1970), no desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ocasionalmente com que a situação de dependência seja intransponível para a América Latina nos marcos do modo capitalista de produção.

Assim, concluímos com a imagem deixada por Marini (2005b) ao final de *Dialética da Dependência*, sobre os novos anéis da espiral. Ao formular seus elementos teóricos

interpretativos, inicialmente configura os laços de dependência no período pré-industrialização das economias latino-americanas, ainda na primeira metade do século XIX. Este é o período em que ocorrem os processos de independência formal na região, antes do início das transições ao capitalismo avançado, entendido como de disseminação das técnicas produtivas capitalistas. As relações de dependência se estabelecem em nível mercantil, pela especialização produtiva em primários, com padrões de consumo da classe dominante já universalizados. Esta seria a primeira inserção direta na divisão internacional do trabalho do período da Revolução Industrial.

Posteriormente, quando as economias da região se industrializam, Marini (2005b, p. 173) formulou a ideia de um “novo anel da espiral” da dependência. Este constitui-se por uma nova forma de dependência, já numa nova etapa do processo de internacionalização do capital, engendrando, portanto, uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo ele, a industrialização latino-americana corresponde a uma nova divisão internacional do trabalho em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (computadores, indústria eletrônica, novas fontes de energia, etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Esta nova divisão internacional do trabalho promoveria uma nova hierarquização da economia mundial.

Como colocado na seção anterior, trabalhos mais recentes dentro do escopo da TMD convergem com a colocação de uma nova etapa histórica da dependência com o estabelecimento do neoliberalismo e todas as transformações forjadas no capitalismo mundial em finais do século XX. Assim, salientamos aqui a ideia contida na ilustração dos anéis da espiral – em que a incorporação de novas capilaridades se traduz em anéis a mais da reprodução ampliada da dependência – para ser resgatada em parte posterior desse trabalho.

### **1.3 Padrão de reprodução do capital: uma proposta metodológica (categorial)**

Há três níveis de análise no tratamento da dependência. O primeiro, e de maior abstração, é a dependência em si a partir de características gerais que englobam todas as economias dependentes. Um nível abaixo deste é a dependência na América Latina, sobre a qual nos reportamos nos pontos predecessores e que se constitui em objeto de estudo em específico. Já um terceiro nível, aqui o de menor abstração, é o estudo das estruturas dependentes. Este último objeto foi encontrado na obra de Vânia Bambirra (2013), que se centrou em realizar análises concretas, no âmbito da TMD, no estudo da “tipologia das sociedades dependentes”.

De modo que a primeira geração da TMD<sup>18</sup> deixou um legado de teorização das leis gerais do movimento das economias dependentes, em uma ponta, e de análise concreta das estruturas dependentes, em outra, adiando o preenchimento de uma lacuna entre os níveis de intermediação: “Como transitar entre as leis que regem o capitalismo dependente e as características singulares dos países ou formações sociais, considerando-os em conjunturas determinadas e em diferentes etapas da economia mundial e das relações imperialistas?” (FERREIRA e LUCE, 2012, p. 13).

Marini se debruçou nesse assunto em linhas gerais nas décadas de 1970 e 1980 para demonstrar uma ligação entre essas intermediações através da noção do padrão de reprodução do capital. Borges (2017) atribui como trabalhos mais relevantes para a inauguração dessa temática os textos *O ciclo do capital na economia dependente* (MARINI, 2012 [1979]) e *Plusvalía Extraordinária y Acumulación de Capital* (MARINI, 1979), em que elementos iniciais já são colocados, ainda que a ideia apareça também em outros textos sob a expressão *patrón de reproducción económica*. Em 1982 é lançado *Sobre el Patrón de Reproducción en Chile* (MARINI, 1982), mas outros desenvolvimentos não são feitos, deixando a proposta incompleta e indefinida, carente de maior precisão teórica. Como colocado pelo próprio Marini:

Recorrendo ao conceito de padrão de reprodução do capital, que eu trabalhava em Cidamo<sup>19</sup>, vazei em novo molde a exposição desse desenvolvimento, nos cursos que realizei entre 1981 e 1983 [...] Aparte o estudo sobre o padrão de reprodução capitalista no Chile, já mencionado, os resultados desse trabalho não foram além de minhas notas e das discussões internas de Cidamo [...] (MARINI, 2005a, p. 115).

Os fatores que dificultaram o prosseguimento são ao menos quatro: a desarticulação das equipes de trabalho em torno da TMD que se reuniam no CESO<sup>20</sup>, devido ao golpe militar no Chile, o que os levou para diferentes destinos de exílios; a nova forma histórica como a dependência se coloca nos anos 1980, com um novo padrão de reprodução do capital, o que

<sup>18</sup> Sendo a primeira geração da TMD os autores já citados, coloca-se como segunda geração autores que, nos anos 1980, deram continuidade aos projetos de pesquisa iniciados no *Centro de Estudios Socioeconómico* (CESO), tendo contato direto com Ruy Mauro Marini, já no México, com destaques para Jaime Osorio, Luíz Hernandez Palacios, Antonio Murga, Alberto Spagnolo, Adrián Sotelo Valencia e Nilson Araújo de Souza. Já a terceira geração designa dezenas de acadêmicos e militantes, que desde início dos anos 2000 vem se dedicando ao resgate crítico e atualização da TMD. No Brasil, podem ser encontrados, sobretudo, no Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (GT-TMD/SEP), no Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC), no Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (HEDLA-UFRGS), no Grupo de Estudos de Teoria da Dependência (GETD-Unila), no Grupo de Estudos do Capitalismo Dependente (GECD-UFU) e Núcleo de Estudos sobre o Capitalismo Dependente (NECAD-USP), ainda que novas iniciativas surjam constantemente e não seja possível sumarizá-las todas aqui.

<sup>19</sup> *Centro de Información, Documentación y Análisis del Movimiento Obrero Latinoamericano* (Cidamo), fundado por Marini no México em 1977, que teve importante trabalho de pesquisa e divulgação acadêmica.

<sup>20</sup> Trata-se aqui do *Centro de Estudios Socioeconómico* (CESO), importante instituição que teve atividade junto à *Universidad de Chile* e reuniu um importante grupo de intelectuais de esquerda de diversas partes do mundo, inclusive diversos exilados brasileiros – dentre eles os teóricos da TMD –, e que teve significativa influência na construção do governo da Unidade Popular de Salvador Allende (1970-1973).

dificulta sua adequação teórica; a contrarrevolução ideológica colocada pelo neoliberalismo e o fim da União Soviética; a persistente crítica teórica colocada à TMD (BORGES, 2017).

Apesar dessas condições, os estudos iniciados por Marini no Cidamo tiveram continuidade com autores como Nilson Araújo, Adrián Sotelo Valência e Jaime Osorio. É neste último que se encontra a proposta teórica mais bem acabada que o padrão de reprodução do capital tem na TMD. Jaime Osorio, orientado por Marini e seu companheiro de trabalho na universidade e em centros de pesquisa no Chile e no México, deu prosseguimento a esses estudos ao longo de duas décadas.

O autor parte da argumentação de que há uma lacuna teórica na teoria marxista na mediação entre os diferentes níveis de abstração a fim de captar os movimentos do capital em espaços históricos específicos<sup>21</sup>, de modo que o autor elenca cinco níveis de análise, de um maior grau de abstração para um de menor abstração: (i) modo de produção; (ii) modo de produção capitalista; (iii) sistema mundial; (iv) formação econômica-social; e (v) conjuntura. Ou seja, procura analisar o concreto a partir da totalidade, pelo nexos que a lógica do capital dá a essa intermediação, fazendo frente à tendência de especialização e análises fragmentadas que ganham cada vez mais espaço nas ciências sociais e humanas. E também ao caráter fetichista do capital, que encobre as relações sociais existentes na sua reprodução.

Enquanto que no nível do modo de produção se apresentam as “relações sociais estabelecidas pelo homem para resolver a produção e reprodução econômica-política da vida em comum” (OSORIO, 2012a, p. 38), o modo de produção capitalista traz elementos específicos deste sistema econômico. Assim, o primeiro se mostra como uma formulação geral e abstrata, em que cabem tanto a sociedade capitalista, como as que a antecederam. Já no modo de produção capitalista – nível em que se centra a principal obra de Marx – acrescentam-se elementos particulares e essenciais desse sistema: trabalho assalariado, propriedade privada, mercadoria, dinheiro, mais-valor, concorrência, sistema de crédito, etc.

A evolução histórica do capitalismo integra as mais diversas partes do mundo, em diferentes graus de intensidade, em um sistema mundial ou *sistema mundial capitalista*. É neste

---

<sup>21</sup> Ainda que houvessem “Abordagens sistêmicas como a escola regulacionista francesa (regime de regulação), a economia política dos sistema-mundo (ciclos sistêmicos de acumulação) e a escola da ciência econômica brasileira que tem como referência os trabalhos de Maria da Conceição Tavares (padrão de acumulação) [...] faltava até então uma proposta teórica que, tendo a teoria do valor de Marx como seu núcleo orgânico, apresentasse um programa de pesquisa que englobasse os ciclos do capital e seu processo reprodutivo no tempo, em contextos históricos-concretos” (FERREIRA e LUCE, 2012, p. 10). A respeito disso Osorio (2012a, p. 59) comenta: “Daí as limitações da chamada escola regulacionista ao tentar estender seu foco com base nas noções antes assinaladas. Dar conta do processo de reprodução do capital requer categorias e uma capacidade integradora da análise que ultrapassa o que aquelas categorias permitem captar.”

nível que se situam categorias como mercado mundial, divisão internacional do trabalho, imperialismo, dependência, intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capitalismo. Esse sistema mundial tem um desenvolvimento necessariamente heterogêneo, o que permite classificações como a de centro e periferia e a apreensão do fenômeno de transferência de valor em nível internacional, entre formações econômico-sociais hierarquizadas.

As formações econômico-sociais demonstram a constituição de unidades político-econômicas e territoriais limitadas. A conformação de Estados nacionais carrega uma contradição com a tendência do capitalismo de se alargar em escala planetária, mas tal delimitação se mostrou necessária para essa expansão. Neste nível, elencam-se relevantes elementos como as relações políticas e econômicas que ocorrem no interior das nações e entre elas, assim como os processos que o capital efetua em sua busca por valorização. Por isso se torna muito relevante conhecer a posição dessas nações dentro do sistema mundial.

A última plataforma de análise é a conjuntural, em que a realidade demonstra maior variabilidade. A conjuntura, portanto, se apresenta como “a síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas” (OSORIO, 2012a, p. 40), e é neste nível que é possível captar a correlação de forças entre classes e projetos que têm disputa no interior das formações econômico-sociais.

Portanto, determinado em um nível de abstração intermediário entre o sistema mundial e as formações econômico-sociais, o padrão de reprodução do capital permite dar conta da forma histórica como, e o que permite, o capital se reproduzir em determinado tempo-espaço, o que traz uma contribuição fundamental para a compreensão da estrutura do capitalismo mundial e, por sua vez, do capitalismo *sui generis* latino-americano.

E com isso se mostra como uma agenda de estudos de importância dentro do escopo teórico da TMD, na forma como permite historicizar as categorias colocadas, bem como a interação entre elas. Como veremos, o padrão de reprodução de uma economia permite a distinção da estrutura produtiva e os principais mecanismos de exploração; o salto entre o que é produzido e o que é consumido no interior de uma economia esclarece a cisão do ciclo na economia dependente; o aporte de investimento e a repartição de lucros posterior demonstra uma das fases da transferência de valor. Entre outras tantas respostas que podem ser colocadas quando se quer desvendar que as formas como o capital resolve sua reprodução no centro do sistema não é a mesma forma que na periferia.

Essa categoria de análise, ao mesmo tempo em que se utiliza dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis de maior abstração, tem uma exigência de aportes e metodologias próprias capazes de lidar com as especificidades concretas de diferentes

estruturas capitalistas, por se tratar de um nível intermediário. A isso se dedicou o trabalho que está sendo aqui apresentado (OSORIO, 2012a, p. 40-41, grifos originais), cuja importância se justifica pois:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação [...], *integrando o processo de valorização [...]* e sua *encarnação em valores de uso específicos [...]*, assim como as *contradições* que esses processos geram.

A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, *mediações* entre níveis mais gerais de análise [...] e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos [...]. *Isso permite historicizar a reprodução do capital* e diferenciar os padrões que se estabelecem.

Assim, ainda que o ponto de partida seja o enunciado teórico colocado no Livro II de O Capital (MARX, 1985c) – do ciclo, da rotação e dos esquemas de reprodução do capital – para o padrão de reprodução do capital é necessário a incorporação de elementos que permitam essa historicização, tais como:

[...] procedência do dinheiro que se investe [...]; o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção [...]; os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem [...]; as economias que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição [...]; entre outros pontos relevantes (OSORIO, 2012a, p. 46-47).

Esse primeiro movimento nos diz respeito “às razões que tornam necessário que o capital se valorize assumindo determinadas encarnações em valores de uso específicos em momentos determinados, o que gera formas capitalistas diversas” (OSORIO, 2012a, p. 45-46). É o exemplo contido em Marx sobre a diferença de se produzir salsichas ou canhões, em que são necessários tecnologia, conhecimento, estrutura produtiva e organização social do trabalho significativamente diferentes. O impacto é não só no processo produtivo, mas também diferem os mercados a que essas mercadorias se destinam, o espraiamento a outros setores, os salários pagos, as políticas econômicas, etc.

Um segundo movimento se volta “aos processos que exigem a emergência, o auge e o declínio de determinado padrão de reprodução do capital” (OSORIO, 2012a, p. 46), pois se coloca que as razões econômicas são também razões políticas. E o auge e o declínio de um projeto refletem disputa de classes e, portanto, tem consequências nas “classes dominadas e em suas formas de existência”.

Essas elucidações do movimento do capital em nível de menor abstração permitem captar as três óticas do fenômeno de sua reprodução conjuntamente: política, econômica e social. Segundo Maldonado (2017, p. 17), a importância disso reside em:



[...] não somente dar a devida atenção ao âmbito econômico que, como foi dito por Vânia Bambirra, acaba iluminando os interesses de classe e as lutas que daí derivam [...], mas englobam as relações sociais e políticas de uma determinada localidade em um determinado período, por outro lado, a questão econômica, a partir dos três pontos indicados por Dos Santos, acaba se tornando o fio condutor que possibilita tecer, simultaneamente, as demais relações constituídas.

A apresentação, a partir daqui, da proposta teórica de Jaime Osorio se valerá de uma divisão que pretende elencar os principais elementos para a exposição da categoria. Portanto, a primeira é a investigação acerca do ciclo do capital e os elementos que esta oferece para a historicização do padrão de reprodução do capital. Em um segundo momento, o tratamento das crises dos padrões de reprodução do capital e quais seus elementos condicionantes. Para em um terceiro momento fazer o tratamento do Estado e das políticas econômicas na manutenção dos padrões. E, por fim, em quarto lugar, concluir este capítulo traçando algumas considerações gerais sobre o aporte teórico do padrão de reprodução do capital que justificam, não só seu prosseguimento, mas seu aprofundamento.

### ***1.3.1 Historicização a partir do ciclo do capital***

A análise do caminho percorrido pelo capital em suas metamorfoses permite a apreensão de diversas características que, analisadas conjuntamente, captam a sistematização de padrões que se mostram singulares e determinados geo-historicamente. Por exemplo, o ciclo de valorização do capital no Brasil em inícios do século XX, que privilegiou atividades primário-exportadoras com o auge do café, foi substancialmente diferente do caracterizado após os anos 1950, de cunho desenvolvimentista, industrializante e protecionista.

Enquanto que no primeiro momento o Brasil vivia, grosso modo, o ciclo cafeeiro – e se caracteriza como um todo o padrão agromineiro exportador na América Latina – recebia grande aporte de capital estrangeiro e empregava mão-de-obra rural ou imigrante, tinha um processo produtivo de pouca elaboração e voltava toda sua produção para o mercado externo. A Crise de 1929 abriu uma etapa de transição que possibilitou a passagem para o padrão industrial internalizado, que se qualificou por um fomento na indústria de transformação, com um incremento da participação estatal e do capital privado interno na composição dos investimentos, assim como um aumento do consumo de bens necessário demonstrando uma maior participação dos assalariados nesse mercado.

O Brasil pós-1950 mesclava capital estrangeiro e nacional nos investimentos para o amadurecimento de sua indústria; empregava mão-de-obra urbana; incrementou tecnologia no processo produtivo, que passou a ter maior grau de elaboração; e se voltou para o mercado

consumidor dos produtos manufaturados duráveis, em parte demandado internamente. Assim é configurado o padrão industrial em sua etapa de integração ao capital estrangeiro.

Osorio (2012a) retorna então a Marx (1985c) para se valer de duas contribuições teóricas: os esquemas de reprodução e o ciclo do capital. Do primeiro, retira a contribuição da divisão em dois setores: meios de produção e meios de consumo (consumo necessário ou consumo de luxo), em que se explicita a contradição do capitalismo de produzir valor de uso na forma de valor. Mas no que realmente se apoia é na investigação dos ciclos do capital, porque é possível perceber – pela passagem dos estágios do ciclo do capital – os ramos ou setores que estão sendo privilegiados pelo aporte de capital, os valores de uso que estão sendo produzidos e o seu destino, a utilização de tecnologias específicas, etc. Assim, estabelece um padrão de conduta em sua reprodução. A análise é sobre o caminho percorrido pelo capital na geração de mercadorias e, conseqüentemente, de valor, e como se dá o processo de produção e reprodução do valor e quais desafios são vencidos em cada etapa.

O ciclo do capital pode ser entendido como a passagem simultânea do capital social pelos estágios da primeira fase da circulação, fase da produção e segunda fase da circulação, e sua sequencial metamorfose em capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. É considerado um ciclo quando o capital retorna a sua forma de origem, após consecutivas transformações. O ciclo do capital-dinheiro aparece, entretanto, como a

mais unilateral e, por isso, a mais contundente e característica forma de manifestação do ciclo do capital industrial<sup>22</sup>, cuja meta e motivo condutor – valorização de valor, fazer dinheiro e acumulação – são apresentados de um modo que salta aos olhos (comprar para vender mais caro) (MARX, 1985c, p. 45).

Abaixo, a fórmula do ciclo do capital-dinheiro:

$$D \rightarrow M \begin{array}{l} \nearrow FT \\ \searrow MP \end{array} \dots P \dots M' \rightarrow D'$$

O ciclo do capital se reparte em três estágios, para fins de análise. A primeira fase da circulação ( $D \rightarrow M$ ) é a transformação do dinheiro (D) em mercadorias (M), que ocorre na aquisição da força de trabalho (FT) e dos meios de produção (MP) necessários para iniciar o processo de trabalho. O segundo estágio é o da produção (... P ...), ou consumo produtivo das mercadorias força de trabalho e meios de produção adquiridas. É nessa fase que se inicia efetivamente o processo de trabalho e as mercadorias são transformadas em valores de uso

<sup>22</sup> Capital industrial entendido “no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista” (MARX, 1985c, p. 41).

diferentes do inicial e são acrescidas de valor, ou seja, é também um processo de valorização, em que é criado mais-valor. O terceiro estágio é a segunda fase da circulação ( $M' \rightarrow D'$ ), em que se tem uma mercadoria de valor de uso diferente ( $M'$ ) que é realizada por um valor maior do que o inicial ( $D' > D$ ). Nesse nível em que se encontra a análise, pressupõe-se que as mercadorias sejam vendidas pelo seu valor e que não ocorrem mudanças no valor das mercadorias durante o processo de circulação. São, portanto, duas fases de circulação e uma de produção.

O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações interligadas e reciprocamente condicionadas a uma série de metamorfoses, que constituem outras tantas fases ou estágios de um processo global. [...] Dentro desse movimento, o valor adiantado não só se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, o estágio final, retorna à mesma forma em que apareceu no início do processo global (MARX, 1985c, p. 41).

As subseções seguintes detalham as três fases do ciclo do capital citadas. A intenção é esmiuçar os *rastros* que o capital deixa em cada fase e como isso pode responder de forma relevante às determinações da estrutura dependente, explicitando as categorias colocadas pela TMD nesse nível de abstração. Isso permite visualizá-las em um nível de menor abstração, bem como seus determinantes e suas consequências, numa maior compreensão das economias dependentes.

### 1.3.1.1 Primeira fase da circulação

A primeira fase da circulação é o momento em que ocorre a conversão de uma soma de dinheiro no mercado para a compra de meios de produção e força de trabalho. O conteúdo material e quantitativo dessa compra é determinado visando o processo produtivo, que tem vez na próxima etapa, e se trata de uma conversão de dinheiro em capital (MARX, 1985c). Essa fase nos instiga, então, a três investigações: (i) a origem, montante e destinação do capital-dinheiro; (ii) a compra dos meios de produção; e (iii) a compra da força de trabalho.

Em primeiro lugar, o questionamento sobre a origem do capital-dinheiro que se apresenta para dar início ao ciclo de valorização traz ao menos três possibilidades, sendo elas capital privado nacional, capital público estatal e capital privado estrangeiro. O capital privado nacional não se refere aqui à propriedade jurídica, mas à parte do mais-valor que, gerada no interior da economia, se apresenta para o processo de acumulação. Para a economia dependente esse aporte de capital já tem deduzida a fração da remessa de lucros, pagamentos de juros, amortizações, *royalties*, etc. (MARINI, 2012).

Já o investimento público ou de origem no Estado pode ter proveniência nas transferências de renda ao Estado através de impostos diretos ou indiretos sobre os capitais privados; e das empresas produtivas estatais, que também geram mais-valor a ser apropriado pelo Estado. A importância do Estado no ciclo do capital se dá por sua capacidade de transferir para si mais-valor gerado no setor privado e de, em sua própria estrutura, gerar mais-valor. Por exemplo, no período de industrialização da América Latina, o Estado teve um peso relevante na formação bruta de capital fixo, ultrapassando proporcionalmente o investimento de origem privada (MARINI, 2012).

Por último, o capital de origem estrangeira aporta sobre a forma de investimento direto estrangeiro ou investimento indireto. No primeiro, a origem estrangeira do capital detém propriedade parcial ou total do capital produtivo; no segundo, se coloca à disposição do capital interno sob a forma de empréstimos e financiamentos. Marini e Osorio pontuam o aumento do peso relativo do investimento indireto sobre o investimento direto estrangeiro a partir dos anos 1970, o que traz elementos a serem considerados para o tratamento do atual padrão de reprodução do capital dado o “peso do capital financeiro<sup>23</sup> especulativo e sua ‘volatilidade’” (OSORIO, 2012a, p. 49) e uma mudança na remuneração do capital:

[...] à diferença do lucro ou dividendo (*benefício*) industrial, o capital estrangeiro, além das taxas de amortização, cobra taxas de juros que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo, os riscos da produção e realização dessa mais-valia (MARINI, 2012, p. 25, grifo original).

Elementos esses em que nos aprofundaremos no próximo capítulo. Aqui nos deteremos em observar a especificidade que o investimento estrangeiro assume para uma economia dependente, uma vez que se apresenta como um fator externo e, portanto, fora de seu campo de controle. Mas ao se incorporar a essa primeira fase da circulação, é internalizado e tornado determinante para o ciclo do capital nesses países (MARINI, 2012).

Duas outras perguntas ainda residem na forma inicial do capital-dinheiro: qual o montante e qual a destinação desse investimento? Os setores privilegiados com maior aporte de capital são indicativos do centro dinâmico da economia, e que, portanto, concentram mais capital, quais equipamentos maquinários e tecnologias são utilizados e como isso impacta no restante da economia (OSORIO, 2012a). A capacidade de espraio de um setor sobre os demais, a que tipo de demanda atende e quais valores de uso estão sendo produzidos – salsichas

---

<sup>23</sup> Nessa e em outras passagens de Jaime Osorio e Ruy Mauro Marini é utilizado o termo capital financeiro, que nós não reproduzimos em nosso texto por entender que a expressão é originalmente cunhada por Hilferding para designar a direção em comum que assume o capital industrial, comercial e bancário, traduzido comumente pela ideia de fusão entre banco e indústria, que difere do sentido apreendido aqui.

ou canhões, soja ou computadores? – são perguntas fundamentais de serem feitas em economias dependentes, uma vez que falamos de intercâmbio desigual e cisão entre produção e circulação.

Entendida a forma assumida pelo capital-dinheiro passamos ao movimento de transmutação do dinheiro em mercadorias de valores de uso específicos, que possibilitam acionar o processo produtivo, meios de produção e força de trabalho. Ou seja, em capital-mercadoria. Em análise primeira da compra de meios de produção, Osorio (2012a) ressalta a importância desses para a estrutura produtiva, pois é a partir da capacidade produtiva de uma firma capitalista em relação às demais que se vai determinar a possibilidade de apropriação de lucros extraordinários e a divisão da taxa de lucro média.

Para além disso, na determinação do padrão de reprodução do capital é relevante a origem dos mercados dos meios de produção, em que uma parte é adquirido internamente (terras, matérias-primas e parte dos equipamentos) e o restante em mercados externos. A fração de meios de produção importada trata-se, sobretudo, de máquinas e equipamentos, demonstrando uma característica histórica das economias dependentes de desenvolvimento de uma indústria majoritariamente voltada para bens de consumo e não de bens de capital. A aquisição de máquinas e equipamentos no exterior ocasiona tanto uma saída imediata do capital que ingressou na economia através do investimento estrangeiro, como também a saída de capital através do pagamento de *royalties* devido à importação de tecnologias com alto grau de monopólio (MARINI, 2012).

Destarte, ocorre uma dupla determinação da dependência na primeira fase da circulação: “assim como tal ciclo depende do fluxo circulatório externo de capital dinheiro, depende também, para completar a primeira fase da circulação, de meios de produção proporcionados pelo exterior” (MARINI, 2012, p. 28).

Prosseguindo a análise para a compra da força de trabalho, tem-se o papel dos “setores, ramos e indústrias que demandam força de trabalho em determinados momentos históricos, as características diferenciadas da força de trabalho, as condições em que se estabelece essa demanda, assim como sua localização territorial” (OSORIO, 2012a, p. 53).

Mas outras qualificações merecem ser feitas, uma vez que a mercadoria força de trabalho possui especificidades em relação às demais. A fórmula  $D - FT$  é o traço distintivo da economia capitalista por se tratar da compra de uma mercadoria – a única – capaz de produzir valor. Seu valor de uso é o trabalho, já seu valor é definido como o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução (MARX, 1985a).

Esse valor, entretanto, comporta duas dimensões: o valor diário e o valor total. Sendo o primeiro definido pelo segundo, a partir do “tempo total de vida do trabalhador ou o total de

dias em que o possuidor da força de trabalho vende sua mercadoria no mercado, em boas condições, *além* dos anos de vida em que já não participará da produção (anos de aposentadoria) (OSORIO, 2012a, p. 50, grifo original). Essa formulação importa para o padrão de reprodução do capital, pois distintas historicidades e distintas formações econômico-sociais comportam diferentes requisitos para a reprodução da força de trabalho. Os bens necessários para essa reprodução são determinados geo-historicamente e dependem do desenvolvimento material da sociedade e da generalização de novos bens em novos tempos históricos.

### 1.3.1.2 Fase da produção

A fase da produção é o estágio que marca a interrupção entre as duas fases de circulação do capital, em que as mercadorias – força de trabalho e meios de produção – retiradas da esfera do mercado são consumidas no processo de trabalho. O resultado do processo produtivo é a criação de novos valores de uso e novos valores, posto que é também um processo de valorização, em que a força de trabalho consumida na produção repassa o valor contido nos meios de produção, repõe seu próprio valor e, além disso, é capaz de gerar valor novo, ou mais-valor (MARX, 1985c).

Por ser essa a fase em que se é produzido o valor e o mais-valor é também o momento de determinação do grau de exploração da força de trabalho – taxa de mais-valor. Sendo esta a razão entre o valor da força de trabalho – capital variável – e a massa de mais-valor<sup>24</sup>, fatores que influam sobre a redução do valor da força de trabalho aumentam a taxa de mais-valor. Há quatro formas fundamentais de fazê-lo: (i) prolongamento da jornada de trabalho; (ii) incremento da produtividade do trabalho; (iii) intensificação do trabalho, já colocadas em Marx (1985a) e (iv) compra da força de trabalho abaixo do seu valor, captada em um menor nível de abstração (OSORIO, 2012a). Para as economias dependentes, dificultadas do acesso aos ganhos de produtividade do trabalho, o resultado é geralmente uma remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor.

Visualizada esta questão desde a TMD, cuja análise se centra na categoria superexploração da força de trabalho, tem-se ganchos importantes de investigação. Marini (2012) coloca algumas das especificidades dessa fase do ciclo para a economia dependente a partir da constatação de um alto grau de determinação da primeira fase sobre essa, pois a

---

<sup>24</sup> A taxa de mais-valia é “determinada pela relação entre a mais-valia e o capital variável, expressando-se como  $\frac{m}{v}$ ,” sendo a “expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 1985a, p. 175-177). Sobre capital variável ver nota 26.

característica desse processo produtivo é impressa pelas condições de investimentos e de aquisições de mercadorias colocadas anteriormente.

De modo que se encontram: (i) a monopolização precoce dos setores mais produtivos; (ii) o que leva a uma compensação através da superexploração da força de trabalho pelos capitais de médio e pequeno porte, mas também pelo grande capital; (iii) por sua vez, o mecanismo de superexploração da força de trabalho é ratificado por fatores como a ação estatal e, principalmente, o exército industrial de reserva; e (iv) a subordinação ao exterior no emprego de técnicas e tecnologias em decisões de produção determinadas desde fora, que não encontram respaldo no mercado consumidor interno.

Assim, com as decisões colocadas na primeira fase da circulação, a fase da produção da economia dependente é moldada a produzir certos tipos de valores de uso a uma determinada composição técnica do capital que vão determinar a organização do trabalho e a estrutura produtiva. Para o estudo do padrão de reprodução do capital, esta fase ajuda a entender os desdobramentos das duas fases da circulação e o estado concreto da superexploração da força de trabalho.

### *1.3.1.3 Segunda fase da circulação*

A segunda fase da circulação é também uma fase de realização das mercadorias valorizadas – acrescidas de mais-valor – produzidas desde seu início com destinação ao mercado para completar a transformação em dinheiro (MARX, 1985c). A questão central que se coloca, então, e das quais desdobram-se outras diversas, é a que mercados essas mercadorias se dirigem.

A partir dos esquemas de reprodução de Marx (1985c), a demanda pode ser dividida entre aquela que atende ao mercado dos meios de produção, que são os bens de capital destinados a repor o desgaste dos meios de produção antigos ou ampliar a produção; e aquela que atendem ao mercado de consumo. Já o mercado de consumo pode ser dividido em dois eixos: primeiro o que atende ao consumo corrente e cotidiano da classe trabalhadora, os bens necessários, e a outra parte que, não acessada pela classe trabalhadora, atende de formas diversas às outras frações de classe, que são os bens de luxo ou suntuários.

A partir disso é possível o esclarecimento da postulação da cisão do ciclo na economia dependente. Uma vez que os bens de luxo não são passíveis de serem acessados pela maioria da população esmagada pelas condições impostas pela superexploração da força de trabalho; e que os bens de capital não são produzidos historicamente pelas indústrias desenvolvidas na

periferia; resta que o mercado de consumo de maior apelo para essas economias seria o de bens necessários. Quando se conformam historicamente na América Latina economias de estrutura exportadora, tem-se que o mercado de consumo interno não possui a mesma relevância que nas economias centrais para a realização das mercadorias produzidas, expondo as contradições acumuladas ao longo das outras duas fases do ciclo.

Derivado disso, Osorio (2012a) elenca ainda as questões de uma produção voltada ao mercado interno ou mercado externo e também do tipo de mercadorias produzidas e sua sensibilidade frente às flutuações do mercado mundial. Por exemplo, ao diferenciar mercado de bens de consumo salarial industrial indispensáveis de mercados de bens de consumo não indispensáveis e matérias-primas.

A segunda fase da circulação, por ser a fase da realização das mercadorias, é aquela mais propensa a desencadear crises – uma vez que as mercadorias podem não se realizar plenamente – e de, por isso, exacerbar as contradições do modo de produção capitalista. Numa economia dependente esta colocação fica evidente pelo divórcio entre a estrutura de produção e as necessidades de consumo da maioria da população, dado pela transferência de mais-valor ao exterior e depressão da renda interna (MARINI, 2012).

### ***1.3.2 Reprodução das contradições e crises no padrão de reprodução do capital***

O segundo elemento que nos encaminha para o processo de historicização do padrão de reprodução do capital é a apreensão dos elementos condicionantes que levam à emergência, auge e declínio de um determinado padrão. Para tanto se faz necessária uma breve digressão sobre as contradições inerentes ao capital em seu ciclo de produção e reprodução.

O capital enquanto valor em constante expansão só pode ser apreendido em seu movimento. Isto é, ainda que capital não seja nem dinheiro nem meios de produção, assume constantemente essas formas em um movimento contínuo que constitui sua reprodução no processo da valorização (SOUZA, 2013). É, portanto, além de um processo de produção de valores de uso, encarnados nas mercadorias – traço distintivo do modo de produção capitalista –, pautado também na produção de mais-valor, expressão de um valor novo.

O movimento do capital e suas sequenciais metamorfoses podem ser apreendidos, como vimos, através do estudo do ciclo do capital industrial. Este que precisa constantemente recomeçar, quando, ao final, assume a mesma forma que tinha no início, no que as fases de circulação e produção encontram unidade na realização das mercadorias. Entretanto, essa unidade se dá de forma meramente casual e não há garantias de que todas as mercadorias



produzidas encontrarão mercado consumidor (SOUZA, 2013). Por isso, como colocado por Osorio (2012a), a segunda fase da circulação é a mais explosiva para a manifestação das crises. Além do fato de o capital não necessariamente reencontrar as mesmas condições técnicas que estavam postas no início do ciclo. Isso nos leva a duas observações.

A primeira é a tendência ao crescente aumento da produtividade do trabalho como o resultado necessário do desenvolvimento capitalista: dado que são impostas barreiras físicas aos aumentos da jornada de trabalho, de sua intensificação ou dos pagamentos abaixo do seu valor, a constante revolução dos meios de produção e barateamento das mercadorias – principalmente aquelas que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora e, portanto, reduzem o valor da força de trabalho – se manifestam como solução para o processo de valorização (SOUZA, 2013).

A possibilidade de auferir lucros extraordinários faz da concorrência intercapitalista campo de disputa para se elevar a composição orgânica do capital<sup>25</sup>, aumentando-se seu componente de capital constante em relação ao de capital variável<sup>26</sup>. O que por sua vez permite um aumento da taxa de mais-valor, mas na contrapartida de uma redução relativa da taxa de lucro.

Segundo Osorio (2012a, p. 65):

A lei da queda tendencial da taxa de lucro constitui o aporte fundamental de Marx à análise das crises capitalistas. [...] por sua natureza, o capital busca incrementar-se de maneira constante e, para isso, deve elevar a produtividade do trabalho, o que permite baixar preços e ganhar posições na concorrência. O restante dos capitais deve mover-se na mesma direção, seja para simplesmente sobreviver, seja para atingir lucros extraordinários.

No que prossegue:

Essa dinâmica implica um renovado processo de elevação da composição orgânica do capital ao destinar quantias cada vez maiores deste para a aquisição de capital constante, em detrimento do capital variável<sup>27</sup>. O resultado desse processo provoca a

<sup>25</sup> “A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante [...] e capital variável [...]. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva [...]. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica.” (MARX, 1985b, p. 187).

<sup>26</sup> Sob a ótica do processo de valorização, capital constante é a fração do capital “que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção”; e capital variável a “parte do capital convertida em força de trabalho [...] [que] reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia, que [...] pode variar, ser maior ou menor [de acordo com as circunstâncias]” (MARX, 1985a, p. 171).

<sup>27</sup> Observamos aqui que não se trata de uma mudança absoluta, mas uma mudança relativa de magnitude entre capital constante e capital variável. Pois não é uma condição necessária que o capital variável diminua para que o capital constante cresça, mas que o crescimento desse último, com o tempo e somadas as demais circunstâncias, provoca uma queda relativa do primeiro.

lei da queda tendencial da taxa de lucro, ou seja, a redução *relativa* da mais-valia em relação ao montante do capital que deve ser mobilizado para produzi-la. A queda da taxa de lucro *não implica*, portanto, *uma redução da massa de mais-valia* (pelo contrário, esta pode crescer), mas sim a *diminuição de sua proporção com relação ao capital total*. (OSORIO, 2012a, p. 65).

A segunda observação está no fato de que o progressivo aumento da produtividade do trabalho reduza cada vez mais a proporção de trabalho vivo incorporado às mercadorias e aumente a taxa de mais-valor relativo. Assim, se assenta a tendência contraditória do capital em ter uma massa cada vez maior de valores de uso produzidos e postos em circulação, com base na ampliação da pobreza e da miséria das camadas majoritárias da população, conjugadas na necessidade de manutenção de uma superpopulação relativa.

Em relação ao ciclo do capital, essas duas tendências – a queda da taxa de lucro e o aumento da superpopulação relativa – podem se manifestar de diferentes formas a depender do estágio que é analisado, desencadeando crises. Osorio (2012a) exemplifica que, a partir da transfiguração do capital na forma dinheiro, um excesso de capital em relação à taxa de lucro provoca uma sobreacumulação relativa de capitais carentes de espaços de valorização. Ou em sua forma mercadoria, a elevação da produtividade e o instinto desenfreado à produção podem levar a uma situação de sobreprodução de mercadorias, que não chegaram a se realizar ou o farão a um valor menor que o requerido.

Retomando o raciocínio, sendo o capital valor em constante expansão e captado através do seu movimento pelo ciclo de reprodução, qualquer barreira que se imponha da passagem de um estágio ao outro é passível de desencadeamento de crises. O capital cria ao mesmo tempo, e de forma contraditória, as condições de rompimento do ciclo, bem como as condições de superação dessas adversidades. Para o padrão de reprodução do capital importa que expor essas feridas é essencial para ampliar o foco para além da esfera econômica e agregar elementos da superestrutura da sociedade, em geral, e do Estado, em particular (SOUZA, 2013). Pois,

Em todos esses processos há razões econômicas que são também políticas. São projetos de classe de determinados setores do capital aqueles que se convertem em eixos de acumulação em cada caso, e são projetos de classe de outros setores do capital aqueles que ocupam lugares subordinados ou perdem. Tudo isso, por sua vez, tem consequências nas classes dominadas e em suas formas de existência. (OSORIO, 2012a, p. 46).

As crises emergem, portanto, como um elemento importante de perturbação da reprodução do capital, observando-se como determinados setores – principalmente aqueles mais dinâmicos no padrão de reprodução do capital – se comportam em relação à tendência da queda da taxa de lucro, acelerando-a ou contrarrestando-a, expondo os conflitos intraclasse e as reações entre classes.

Coloca-se, então, que uma crise pode se relacionar com o ciclo econômico em nível global e a forma que essa crise vai assumir dependerá do padrão de reprodução do capital vigente, ou ela poderá emergir das próprias contradições internas ao padrão. Por suas próprias características, o padrão de reprodução do capital de uma economia dependente, por ter seu ciclo duplamente determinado, interna e externamente, se mostra mais suscetível ao desencadeamento de crises.

### ***1.3.3 O papel do Estado e da política econômica***

O último elemento por nós aqui levantado será o papel do Estado e da política econômica no padrão de reprodução do capital. Osorio (2014, p. 17, grifos originais) nos alerta logo de início sobre o Estado como uma entidade complexa:

[...] o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas *é essencialmente dominação de classes*. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas *é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder*. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, *mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória*. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas *é principalmente violência concentrada*.

A acentuação dessas nuances se justifica pelo objetivo do autor de expor a temática acerca do Estado como a conjunção de elementos simples e essenciais, mas que analisados no todo se mostra como um objetivo de extrema complexidade e determinações. Este assunto não poderia escapar do curso desse trabalho, pois é parte integrante fundamental da sobrevivência do sistema capitalista de produção.

O desenvolvimento da sociedade capitalista passa pela gênese do Estado. O processo de declínio do feudalismo e formação dos Estados-nação, a separação do trabalhador dos meios de produção, a origem da classe burguesa e do proletariado são todos elementos que compõem a explicação do Estado para a sociedade moderna. Dentro do debate clássico, Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) davam suas interpretações para a coalisão das esferas pública e privada da vida em sociedade e o papel natural ou socialmente construído para essa instituição de caráter normativo e valorativo, que se tornou a principal entidade legal de cada país.

Posteriormente, na discussão marxista o debate passou a ser visto sob a ótica da luta de classes, que se faz relevante pelo papel intrínseco que se atribui ao Estado em todos os aspectos da produção e circulação capitalista e por chamar a atenção para o caráter contraditório da sociedade que o Estado traz para dentro de si, o conflito de classes e de como a classe dominante assume sua direção. Assim, a contradição básica entre capital e trabalho é levada para outra

esfera: “Da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria o capital como instrumento para sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação” (HARVEY, 2005, p. 78).

Assim, uma distinção se impõe necessária entre uma entidade que se coloque como a presença de instituições, leis, normas e um corpo burocrático na intermediação da organização humana como consequência do aumento da complexidade de uma dada sociedade, que é qualitativamente diferente de “quando esta tarefa está atravessada pelas funções de dominação e poder de classes sociais” (OSORIO, 2014, p. 19). Assim, as primeiras características compõem os aspectos visíveis do Estado, enquanto a última se põe como um aspecto invisível, mas também traço fundamental e distintivo<sup>28</sup>.

Como em Osorio (2014), se trata tanto de uma questão política como econômica, ainda que, quase como regra geral, essa relação apareça de forma diluída. Essa ruptura entre as duas esferas aparece como reflexo próprio da sociedade capitalista: a economia aparece alheia à política, regida por suas próprias regras e com plena autonomia aos processos políticos; a política, também, aparece alheia à economia, com sua materialização no Estado aparentando estar desligado dos mecanismos de exploração e reprodução das classes.

Dessa forma, o Estado capitalista é a condensação particular de redes e relações de forças de uma formação econômico-social, que permitem a produção e a reprodução das relações de exploração e domínio. Mas que, a partir da ruptura econômica-política, logra esconder os interesses de classe, através da fórmula de um Estado de todos, para benefício de todos, no que interesses de agrupamentos particulares são apresentados como comuns a todos. Assim, é particular ao Estado capitalista o véu que se põe sobre as relações sociais de reprodução da vida material e social a partir do princípio cidadão da igualdade perante todos os indivíduos<sup>29</sup> (OSORIO, 2014).

O Estado, atravessado pelo interesse da classe capitalista, deve buscar então, em última instância, dar subsídios para a reprodução do capital. No momento em que toma para si direta ou indiretamente o controle do aparato do Estado, a classe capitalista não precisa figurar no poder ela própria. Assim, ela não aparece apenas enquanto classe, mas como frações de classe

---

<sup>28</sup> “Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.” (ENGELS, 1984, p. 193-194).

<sup>29</sup> Colocada esse traço distintivo do Estado capitalista, iremos nos referir, daqui em diante, apenas como Estado.

e setores, e anuvia sua presença no poder com um conglomerado social profundamente heterogêneo (OSORIO, 2014).

Em uma análise mais apurada, entretanto, a “luta entre as classes dominantes, suas frações e setores para controlar o Estado é vital e pode alcançar níveis elevados” (OSORIO, 2014, p. 46). O aparato do Estado se molda pelas necessidades do capital, balizado pela correlação de forças em seu interior e pela luta de classes. É neste nível que o padrão de reprodução do capital se coloca:

Pode haver momentos de descompasso, mas geralmente o setor dominante que se encontra favorecido pelas tendências da reprodução do capital tratará de ganhar a direção do Estado no seio do bloco no poder<sup>30</sup>. Seu projeto, portanto, aglutinará e tensionará a aliança, deixando sua marca em um momento histórico particular (OSORIO, 2014, p. 47).

A política econômica, nesse sentido, aparece como um mecanismo fundamental para que o capital logre superar os obstáculos que se colocam em sua reprodução e no recomeço de um novo ciclo. É quando se encontra de maneira mais clara a intersecção entre o político e o econômico, ainda que em tempos neoliberais a tecnicidade da condução da política econômica seja cada vez mais exaltada. Por isso é tão importante o domínio do aparato do Estado.

O extenso campo de ação que possui a política econômica permite uma influência do Estado em todos os estágios do ciclo do capital. Segundo Lichtensztein (2008) o objetivo de uma política econômica pode variar de acordo com relações que se estabelecem entre os quatro dos seus seguintes componentes: (i) poder de decisão (Estado, governo, Congresso, autoridades ou agentes públicos responsáveis, etc.); (ii) práticas ou mecanismos de decisão (instrumentos, meios, ações, medidas, etc.); (iii) propósitos das decisões (objetivos, fins, metas, etc.); (iv) destinatários das decisões (setores, classes, grupos, etc.). O quadro a seguir compila os instrumentos mais frequentemente utilizados<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Osorio (2014, p. 47, grifo original) utiliza o termo “bloco no poder” baseado em Poulantzas e se refere à “articulação que as diversas classes, frações e setores das classes dominantes estabelecem entre si – em momentos históricos específicos e em função da força e do posicionamento que possam ter no Estado [...]”. Ao que complementa: “Dentro desse bloco heterogêneo, uma classe, fração ou setor é *hegemônico* quando seus projetos e seus interesses prevalecem sobre o restante das classes, frações e setores das classes dominantes.”

<sup>31</sup> O quadro representa uma simplificação feita pelo autor a fim de ilustrar o argumento. Havendo, portanto, outros elementos que podem ser agregados, inclusive tendo-se em vista as características do capitalismo contemporâneo. Por exemplo, podemos citar o papel que assume na conjuntura acordos e blocos regionais para as políticas de comércio exterior; controles de capital para o investimento estrangeiro; regulamentação e legislação trabalhista para a mão-de-obra, entre outros.

**Quadro 1 – Principais instrumentos de política econômica**

<b>Campo de aplicação</b>	<b>Instrumento</b>
<b>Monetário</b>	Taxa de juros
<b>Fiscal</b>	Impostos (pessoas e empresas) Gasto público
<b>Comércio exterior</b>	Taxa de câmbio Nível de tarifas de importação
<b>Investimento estrangeiro</b>	Impostos sobre lucros e dividendos Empréstimos
<b>Consumo</b>	Impostos de compra e venda Seguridade social
<b>Mão de obra</b>	Taxas salariais
<b>Produção</b>	Subsídios Controle de preços
<b>Investimento</b>	Taxa de juros Isenção de impostos Investimento público

Fonte: (OSORIO, 2012a, p. 71).

Por fim, visto o Estado a partir da ótica de um sistema mundial hierarquizado, se colocam qualificações específicas no capitalismo dependente. Isto é, ainda que exista uma estrutura e essência comum ao Estado capitalista, as relações desiguais e subordinadas entre centro e periferia requalificam as relações de poder internas à economia dependente. Osorio (2014) aponta dois processos que caracterizam essa formulação; o primeiro se centra na relação entre a classe dominante interna e a classe dominante externa, ou imperialista. A forma como o capital e as classes dominantes locais se associam e se subordinam ao capital e classes estrangeiros – condição, inclusive, de sua sobrevivência – a faz internalizar os interesses imperialistas. O que se coaduna, então, com a forma como o Estado dependente tem relações restritas de soberania frente aos Estados imperialistas.

Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos tempos históricos. (OSORIO, 2014, p. 206).

O segundo processo se explica a partir da superexploração da força de trabalho como elemento dinâmico da reprodução do capital na economia dependente. O que manifesta de maneira mais aguda as contradições do capitalismo, em que uma coexistência de riqueza e profunda miséria potencializam as fissuras da luta de classes e os tensionamentos sociais (OSORIO, 2014). Isso causa ao Estado dependente dificuldades em forjar um ambiente de

coesão social e os mecanismos coercitivos se tornam mais presentes, bem como as instabilidades políticas, característica recorrente da democracia latino-americana<sup>32</sup>.

Dessa maneira, as relações de classes e produção moldam o Estado no capitalismo dependente. O que por sua vez impacta na acumulação interna de capital, na soberania nacional, na autonomia de formulação de política econômica, entre outros processos. Assim, coloca-se também o Estado como sujeito da reprodução ampliada da dependência.

#### ***1.3.4 Considerações acerca do padrão de reprodução do capital***

Por ser uma proposta ainda em aberto, o padrão de reprodução do capital tem diversas ligações e caminhos que ainda podem ser traçados com o objetivo de analisar a reprodução do capital desde um menor nível de abstração, caminho o qual passa pela incorporação de um maior número de determinações.

Tal como apresentado por Osorio (2012a), o padrão de reprodução do capital perpassa tanto o ciclo do capital e seu caminho de valorização encarnado na produção de mercadorias, como também pelas determinações que o auxiliam nesse percurso. As relações sociais de classe, mercado e Estado são, portanto, fundamentais para a análise.

Isto posto, este trabalho poderia seguir mais de um caminho no sentido de adentrar nessa agenda de pesquisa. Mas elencamos apenas um, a partir da colocação de uma questão: Como a financeirização impacta na produção e reprodução do capital das economias dependentes, particularmente da América Latina?

Vimos até aqui, pelos trabalhos de Marini e Osorio, que existem especificidades na reprodução do ciclo do capital na América Latina que justificam o estudo do padrão de reprodução do capital e ratificam as categorias colocadas pela TMD. Entretanto, consideramos que há indícios nesses trabalhos – já destacadas nesse capítulo – que permitem uma investigação a partir de novos determinantes que a financeirização coloca com as transformações no capitalismo mundial após os anos 1970.

Justificados pela apreensão de uma nova dinâmica no capitalismo mundial, e, portanto, de uma nova forma histórica da dependência (AMARAL, 2012), seguimos o caminho de elencar novos determinantes que se colocam no padrão de reprodução do capital (MOREIRA e

---

<sup>32</sup> Para um panorama sobre o assunto ver a coleção de Casanova (1988).

MAGALHÃES, 2014; ALMEIDA FILHO e ARAÚJO, 2015<sup>33</sup>), no contexto das economias dependentes de um capitalismo financeirizado.

A segunda parte do trabalho se destina, então, em elencar alguns elementos iniciais que possam contribuir para responder à questão aqui colocada. Como será visto, consideramos que há elementos postos no pós-1970 para a América Latina que justificam o estudo para além daqueles já assimilados pelo novo padrão de reprodução do capital denominado de exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012b), colocados especificamente a partir da esfera financeira de valorização.

---

<sup>33</sup> Há em comum nesses dois trabalhos a crítica, direcionada à Osorio, de um padrão de reprodução do capital comum a todos os países da América Latina, ao considerarem como extraordinário o caso do Brasil. Em Almeida Filho e Araújo (2015) há a defesa de uma estrutura de financiamento, produtiva e de distribuição – justificadas, sobretudo, pelo caráter subimperialista – que o destacam dos demais países da região. Já em Moreira e Magalhães (2014) o apontamento da dimensão do mercado interno para a economia brasileira, que se contrapõe ao decréscimo relativo formulado por Osorio em vistas do processo de desindustrialização.



## CAPÍTULO 2: PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA NA ERA DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

### 2.1 Apresentação: Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva

Exposta a proposição teórica da categoria de análise do padrão de reprodução do capital, a partir dos trabalhos de Ruy Mauro Marini (2012) e Jaime Osorio (2012a), partiremos para outro nível de investigação. Isto é, o exame dos padrões de reprodução do capital observados na América Latina ao longo do último século, como exposto em Osorio (2012a), para chegarmos na formulação do atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012b).

Osorio (2012a) coloca a existência de diferentes padrões de reprodução do capital para a América Latina desde a ocasião da independência política dos países que compõem a região. Entremeados por períodos de transição, são três padrões de reprodução dominantes que prevaleceram por diferentes períodos de tempo:

**Quadro 2 – Padrões de reprodução do capital na América Latina**

<b>Padrão de reprodução dominante</b>	<b>Período que abrange</b>
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão Industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: Osorio (2012a, p. 78).

Os períodos de transição são, segundo o autor, “momentos em que um padrão não termina de se subordinar e em que o padrão que emerge ainda não domina com clareza” (OSORIO, 2012a, p. 78). Essa classificação foi realizada levando em conta os países de maior desenvolvimento relativo da região<sup>1</sup> e considerando os padrões-eixo, ou seja, o “padrão que se converte no dinamizador do processo de reprodução do capital em seu conjunto”. Não se trata,

<sup>1</sup> “Destacar aspectos gerais da região não significa ignorar que eles adquirem formas particulares no estudo detalhado das economias que a conformam, assuntos que, devido ao sentido geral que privilegiamos aqui, não serão desenvolvidos.” (OSORIO, 2012b, p. 105).

entretanto, de uma análise estática e genérica, que desconsidere aspectos de outros setores da economia ou que negue as especificidades das formações econômico-sociais. Mas que intenta captar a lógica interna de reprodução do capital levando em conta que a região faz parte do movimento mais geral do sistema mundial capitalista.

Isso implica captar os movimentos do processo mundial de acumulação de capital e as diferentes divisões internacionais do trabalho que são geradas e dentro disso, como se coloca e responde a região. Assim, para a América Latina:

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. O atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro (OSORIO, 2012a, p. 79).

De modo que importam, mutuamente, a produção de valores de uso, como colocado acima, e a produção de valor. Os consequentes movimentos de apropriação-expropriação de valor, ocasionado pela estrutura hierarquizada do sistema mundial capitalista e sua divisão entre centros imperialistas e periferias dependentes, também têm determinantes colocados pela divisão internacional do trabalho.

Essa periodização feita por Osorio se compatibiliza com a de outros autores de dentro e fora da TMD, demonstrando a apreensão do fenômeno numa dupla dimensão entre os determinantes internos e externos, e a partir da produção de valor e valor de uso dialeticamente. Portanto, os padrões de reprodução do capital formulados por Jaime Osorio refletem as formas históricas de manifestação da dependência formuladas por Theotonio dos Santos (1970) e expostas aqui no primeiro capítulo, bem como a necessidade de atualização dessas formas – algo sugerido em trabalhos como o de Adrián Sotelo Valencia (2004) e Marisa Amaral (2012) – colocando uma nova forma histórica da dependência apreendida pela ideia de dependência financeira-tecnológica (ARAUJO, 2013) e padrão de acumulação dependente neoliberal.

O quadro a seguir, elaborado por Araújo (2013) – utilizando-se do Brasil como um caso representativo para a região –, mostra, além dessas referências, a periodização formulada por Paulani (2012) sobre as formas de inserção do país na economia mundial desde a sua independência. Esta referência tem importância aqui – como será tratado com maior detalhamento na próxima seção –, pois apreende uma especificidade importante para o nosso

tratamento não captada pelas demais, qual seja, a forma de inserção histórica da periferia no contexto de capitalismo financeirizado, que não altera a forma como captamos a manifestação da dependência contemporânea, mas ajuda na compreensão da sua essência.

**Quadro 3 – Caracterização da inserção internacional, formas de manifestação da dependência e padrão de reprodução dominante no Brasil**

<b>Caracterização da inserção internacional – Paulani (2012)</b>	<b>Manifestações da dependência – Santos (1970), Sotelo Valencia (2004) e Amaral (2012)</b>	<b>Padrão de reprodução dominante – Osorio (2012a)</b>	<b>Período de abrangência</b>
1) Produtor de bens primários de baixa intensidade tecnológica – alavanca de acumulação do centro  Etapa de transição – processo de acumulação determinado pela economia doméstica	1) Dependência financeiro industrial	1) Padrão agromineiro exportador	Final do século XIX até a segunda década do século XX
		2) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
		3) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
		Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
2) Dinâmica da economia comandada pelos imperativos do capital de fora – receptora do capital externo para investimento na indústria destinada ao consumo interno	2) Dependência tecnológico-industrial	Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
3) Brasil: destino de capitais externos em busca de valorização – crise de sobreacumulação no centro e crise da dívida e alta inflação na periferia latino-americana		4) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
4) País configura-se como uma plataforma internacional de valorização financeira – submissão de sua política econômica às exigências dos credores e a consequente reprimarização da pauta de exportação e desindustrialização	3) Dependência neoliberal financeira-tecnológica	5) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: Araújo (2013, p. 218).

Retornando o foco ao trabalho de Osorio (2012b), o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva se configura na América Latina a partir de meados da década de 1980, mas com base nas transformações ocorridas em decorrência da crise mundial

capitalista iniciada em fins dos anos 1960, o que criou obstáculos aos projetos industrializantes que marcaram a região de uma maneira geral desde o fim da Segunda Guerra Mundial. E não somente criou obstáculos para o aprofundamento e ampliação do aparato industrial, mas imprimiu características de desindustrialização e reprimarização nas economias latino-americanas. O que vale a observação da distinção entre a industrialização como centro da reprodução do capital e a presença de indústrias subsumidas a padrões de reprodução do capital de outra natureza. Verificou-se, então, um deslocamento do eixo dinâmico, não mais centrado na indústria de transformação, mas na exportação de matérias-primas e produtos semielaborados.

Um segundo adendo feito é o de que apesar do uso da tipologia exportadora, há substanciais diferenças do padrão atual em relação ao padrão de reprodução agromineiro exportador, vigente durante o século XIX e parte do século XX. A diferença mais significativa é do grau de elaboração dos produtos exportados, mas várias outras se elencam. Por isso, a complementação à terminologia da especialização produtiva expõe que, independente do eixo sobre o qual o padrão se apoia – agrícola, mineiro, industrial<sup>2</sup>, serviços<sup>3</sup>, etc., a depender das *vantagens naturais* ou *comparativas* com as quais as economias contam – há uma especialização em um número limitado de atividades que passam a concentrar os avanços tecnológicos.

[...] um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design* sendo salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local (OSORIO, 2012b, p. 113).

Ainda que, para a América Latina, a configuração permaneça sendo a de abastecimento do mercado mundial com alimentos e matérias-primas. Por isso, com a trajetória ascendente do preço das *commodities* durante a década de 2000, ocorreu o aumento no volume e no valor das exportações dos países latino-americanos, e a sustentação de um superávit na balança comercial para alguns deles.

A condição exportadora do atual padrão é dada por causa dos principais mercados dos setores mais dinâmicos estarem localizados no exterior, como mostram os dados para América

<sup>2</sup> Trata-se aqui, sobretudo, das indústrias de *maquila* ou *maquiladoras*. Isto é, aquelas destinadas a cumprir apenas funções de montagem ou produção de componentes específicos de uma linha de produção mais ampla inserida em uma cadeia global produtiva. A busca por mão de obra mais barata encontra nos mercados periféricos a redução dos custos e precarização do trabalho pretendidas. São exemplos significativos as montadoras de automóveis e de produtos eletrônicos.

<sup>3</sup> É um exemplo significativo os serviços prestados pelas centrais de atendimento, ou *call centers* na expressão em inglês.

Latina sobre a trajetória de aumento das exportações entre 1980 e 2008, em que o valor anual do total das exportações aumentou em mais de dez vezes; assim como o peso das exportações de bens e serviços que duplicou na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Os principais mercados para os quais são exportados esses produtos são Estados Unidos, seguido do próprio mercado intrarregional da América Latina, União Europeia, Ásia, Pacífico e China<sup>4</sup>.

O capital estrangeiro, no corrente padrão, tem uma atuação privilegiada através do aumento do investimento direto estrangeiro, principalmente pelo intermédio da venda de empresas públicas; na modalidade direta demonstra o aumento da importância da participação de empresas estrangeiras no setor produtivo interno, em que representam mais da metade do total, e o investimento nas novas cadeias produtivas; e, também, com um papel predominante do capital estrangeiro no setor bancário-financeiro. Conjuntamente com o grande capital nacional e as empresas estatais – apesar de pouco numerosas, detêm ainda o monopólio de setores estratégicos, sobretudo, de mineração, petróleo e gás – constituem os atores dinamizadores do atual padrão exportador.

Ao mesmo tempo em que a América Latina acumulou um crescimento positivo do PIB, as condições de vida e de trabalho da maior parte da população se deterioraram. A noção do padrão de reprodução do capital permite explicar essa contradição para além dos dados conjunturais, em uma dupla articulação com o caráter exportador de especialização produtiva. Primeiro, retornando-se à questão do ciclo bipartido da economia dependente, a demanda interna dos trabalhadores assalariados não é um fator importante para a reprodução do padrão, uma vez que a produção é realizada prioritariamente nos mercados externos. Isso ocorre tanto por ser uma pauta produtiva composta em ampla proporção por bens de uso industrial e matérias-primas, como pelo nível médio dos salários não ser compatível com o preço dos bens manufaturados e dos agropecuários exportáveis.

Em segundo lugar, a capacidade de competição nos mercados internacionais se funda na superexploração da força de trabalho, isto é, “na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos” (OSORIO, 2012b, p. 124). O que se conecta com o primeiro motivo exposto e reverbera o crescente divórcio, característico da economia dependente, entre a estrutura

---

<sup>4</sup> A metodologia empregada pelo autor no estudo citado foi a de selecionar as cinco economias de maior desenvolvimento relativo da região – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México – segundo critérios do peso do PIB e tamanho da população para a região, diferenças na integração aos mercados externos e o nível de dinamismo nos últimos quarenta anos. Os dados utilizados comparam o período de 1980 a 2008, deixando de fora da análise o período após crise mundial de 2007/2008, por incorporar outras variáveis que não eram o objetivo do estudo.

produtiva e as necessidades da maioria da população. O autor ilustra isso nos exemplos do Brasil e do México, que aparecem concomitantemente como as maiores e mais complexas economias da região e com as piores condições salariais: “[...] o dinamismo do padrão exportador não se reflete na ampliação do poder de consumo dos assalariados em geral” (OSORIO, 2012b, p. 128). Entretanto, não significa descartar o peso do mercado interno, que, inclusive, se fortalece para as classes capitalistas e frações de classe que possuem altos salários, em um aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza na região.

À vista do colocado, aqui se estabelece o ponto central do diálogo que pretendemos estabelecer com os estudos de Jaime Osorio acerca do padrão de reprodução do capital. Desde a constatação da produção dos valores de uso como determinante do padrão de reprodução do capital (ARAUJO, 2013), acrescentamos a análise dialética da produção e circulação de valor que fazem completar o circuito de circulação do ciclo do capital. Isto significa a colocação de novas qualificações – a partir mesmo das fórmulas do ciclo do capital e dos escritos de Ruy Mauro Marini – que possibilitem elencar elementos a mais na reprodução do capital do que as captadas pelas formas que adquirem os valores de uso produzidos, a origem do capital investido e os mercados de realização.

Essa colocação se justifica não somente por questões de uma apreensão dos traços concretos que o capital assume em sua reprodução nos diferentes estágios do ciclo, mas, principalmente, pela constatação de que as transformações ocorridas no capitalismo mundial após a crise dos anos 1960/70 engendrou mudanças significativas, posicionando a lógica financeira de valorização na *cabine de comando* da acumulação de capital em nível global (AMARAL, 2012). Assim, assumem importância para a reprodução do capital a forma do capital portador de juros e, conseqüentemente, sua autonomização, na forma do capital fictício.

Por isso, traçaremos a partir daqui um caminho que pretende ensaiar elementos iniciais a serem agregados à proposta teórica do padrão de reprodução do capital. De modo que, além da presente apresentação, construiremos mais duas seções. A primeira pretende destrinchar as transformações ocorridas no capitalismo mundial após a crise dos anos 1960/70, o modo como os países centrais atuaram e quais as mudanças ocorridas; e como se deu a reverberação dessas transformações e como elas foram incorporadas no capitalismo dependente.

Para, por último, tratar da forma específica o que o contexto do pós-1970 representou para os países da periferia e para a reprodução ampliada da dependência, a partir das principais categorias da TMD e suas novas capilaridades. Assim, nos aproximaremos das novas determinações que devem ser apreendidas pelo estudo concreto do padrão de reprodução do capital em um contexto de capitalismo financeirizado e dependente.

## 2.2 Transformações estruturais no capitalismo global após a década de 1970

Há evidências empíricas e teóricas que apoiam a tese de que se configurou no capitalismo mundial uma nova dinâmica de acumulação de capital conduzida pelo capital localizado na esfera financeira. Apesar de alguns elementos terem origem em décadas anteriores, é após a década de 1970 que essas transformações se tornaram visíveis, mostrando o aumento desproporcional do setor financeiro e dos circuitos financeiros internacionais em comparação ao setor produtivo e comercial internacionais aos dados de internacionalização do capital em sua forma comercial e produtiva (AMARAL, 2012). Ademais das transformações visíveis, há predomínio da lógica financeira e fictícia de valorização do capital, consubstanciando o que se denomina financeirização.

O fenômeno se apreende, em vista disso, por um distanciamento da movimentação do setor produtivo vis-à-vis a movimentação de capital do setor financeiro, em grande parte captado pelos fluxos de transações financeiras e especulativas e pelos ativos financeiros negociados globalmente. Em Harvey (2014a) é exposto que o volume diário de transações financeiras nos mercados internacionais saiu do patamar de US\$ 2,3 bilhões em 1983 para o de US\$ 130 bilhões em 2001. Ao mesmo tempo em que, no citado ano de 2001, US\$ 800 bilhões bastariam para apoiar o comércio internacional anual e o fluxo de investimentos produtivos, mas ocorreu de fato a movimentação de US\$ 40 trilhões em transações financeiras neste ano.

Enquanto aumentou o volume das transações financeiras, as taxas agregadas de crescimento do produto global não obtiveram o mesmo comportamento ascendente: 3,5% na de 1960, 2,4% na de 1970, 1,4% na de 1980 e 1,1% na de 1990. Paulani (2009), por outro lado, expõe dados mais recentes a comparação entre o crescimento do PIB mundial, que aumentou 4,1 vezes entre o ano de 1980 e 2006; e a riqueza financeira mundial, que chegou em 2006 13,9 vezes maior do que era em 1980. O salto é de um estoque mundial de ativos financeiros de US\$ 12 trilhões em 1980 para US\$ 167 trilhões em 2006. Vê-se, assim, que pode haver um crescimento absoluto em ambas as esferas, mas que, mesmo quando ocorre, vem se dando com proporções em crescente discrepância, o que torna relevante ressaltar que há um crescimento histórico muito mais elevado das transações financeiras.

Apesar de ser um campo explicativo heterogêneo, as teorias que versam sobre o fenômeno da financeirização convergem no ponto em que há um descompasso entre a circulação e produção, portanto, com um inegável crescimento das finanças nas últimas quatro décadas. Ou em outras palavras, a acentuação da contradição do capital entre produção e apropriação de valor.

A temática foi inaugurada com a linha editorial da *Monthly Review*<sup>5</sup>, publicação norte-americana de tradição marxista, em que autores chamaram atenção desde os anos 1970 para o crescimento das finanças na economia global. Segundo esse campo, três tendências caracterizaram o capitalismo do século XX: (i) a desaceleração da taxa de crescimento do produto mundial; (ii) crescimento das corporações multinacionais; (iii) crescimento das finanças. Esses três fatores se inter-relacionam e geram um excedente econômico de magnitude difícil de ser absorvida, ou seja, provoca superacumulação. De modo que o processo de centralização e concentração de capital levado a um novo patamar com o aumento das grandes corporações multinacionais gera um excedente de valor maior do que o que poderia ser absorvido pelo setor produtivo e causa estagnação. A partir disso passa a haver um redirecionamento ao “consumo improdutivo”, àquele destinado ao comércio ou ao setor financeiro (LAPAVITSAS, 2011).

Por outro lado, a corrente pós-keynesiana<sup>6</sup> também trouxe para o debate suas proposições explicativas da financeirização. Seguindo tradição na obra de John M. Keynes (1996, p. 343, grifo original), o investimento é definido pela relação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros; na composição da conjuntura visualizada pelo autor no início do século XX, a manutenção de taxas de juros localizadas em altos patamares fez fecundar a figura do “rentier”, um capitalista *parasitário* que vive de rendas, assim como o proprietário vive da renda da terra. O diagnóstico feito no último capítulo d’A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda é o de que a alta taxa de juros e a escassez de capital faz estimular a acumulação financeira em detrimento da acumulação real, de modo que o seu controle poderia levar à “eutanasia do rentier e, conseqüentemente, à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital”. A aproximação do pleno emprego, aumentando a produção do capital e reduzindo a taxa de juros, é o eixo central do argumento do autor para a ampliação do produto, do emprego e da renda:

---

<sup>5</sup> Revista criada por Paul Sweezy e Leo Huberman em 1949, na cidade de Nova York, sendo até hoje uma importante publicação de caráter crítico e socialista. Costuma-se atribuir homogeneidade a sua linha editorial devido a poucas mudanças de editores e grande convergência teórica. Como se auto-atribuem, a *Monthly Review* foi uma publicação pioneira nas análises de economia política, imperialismo e lutas do terceiro mundo, seguindo base teórica marxista não-ortodoxa e independente. Disponível em: <<http://monthlyreview.org>>. Acesso em: 15 out. 2017.

<sup>6</sup> Entre os pós-keynesianos mais proeminentes, podemos mencionar aqueles que, de certa forma, inauguram esta corrente de pensamento com os trabalhos seminais de Paul Davidson e Hyman Minsky, mas também Joan Robinson, Roy Harrod, Evsey Domar, Nicholas Kaldor, Luigi Pasinetti, entre muitos outros. Esta corrente resgata a essência do pensamento de Keynes, conferindo ênfase à questão da incerteza, ao papel da moeda e das instituições financeiras como determinantes do emprego. No que toca à questão da financeirização propriamente dita, para Lapavitsas (2011) são representativos dessa visão os textos de Crotty (1990), Pollin (2007), Epstein (2005).



A taxa de juros atual não compensa nenhum verdadeiro sacrifício, do mesmo modo que não o faz a renda da terra [...]. Na prática, portanto, o nosso objetivo deveria ser conseguir (e isto nada tem de irrealizável) um aumento no volume de capital até que ele deixe de ser escasso, de modo que o investidor sem função deixe de receber qualquer benefício, e depois criar um sistema de tributação direta que permita a inteligência, a determinação, a habilidade executiva do financista, do empresário [...] a dedicar-se ativamente à comunidade em condições razoáveis de remuneração (KEYNES, 1996, p. 344).

Assim, para os pós-keynesianos, a financeirização é explicada a partir de uma expansão do setor financeiro, que se traduz em uma baixa performance do setor real (LAPAVITSAS, 2011). Por isso a defesa desse campo na proposição da atuação estatal ativa através das políticas macroeconômicas que atuem na regulação das finanças, das reservas bancárias, do controle de liquidez e no direcionamento do crédito e do investimento. E também no estabelecimento de uma ordem financeira internacional reguladora dos fluxos de capitais, em grande parte englobada pela discussão do acordo de Bretton Woods (BELUZZO, 1995).

De modo que, invertidas as relações de causalidade, tanto a vertente representada pela *Monthly Review* como a de tradição keynesiana apresentam uma contradição entre a acumulação real e a acumulação financeira. Enquanto para a primeira é a partir de uma estagnação constatada no setor produtivo que ocorre a explosão das finanças, para a segunda é o crescimento do setor financeiro, a partir de maiores vantagens de rentabilidade, que ocasiona a estagnação da produção. Dois problemas teóricos incorrem disso: o primeiro é o de opor as duas esferas de acumulação do capital; já o segundo é de colocar o processo de financeirização com características de reversibilidade, tão logo o setor produtivo se dinamize.

Um contraponto a essa visão dicotômica pode ser apresentado a partir de uma perspectiva dialética, no sentido em que se enxerga uma interação – necessariamente conveniente e contraditória – entre as esferas produtiva e financeira. O que se coloca de relevante aqui é a tendência apresentada em Marx do desenvolvimento do sistema de crédito como estimulante da acumulação de capital, contribuindo para a maximização da taxa de lucro e favorecendo os mecanismos de concorrência (DUMÉNIL e LÉVY, 2010). Portanto, não há oposição entre ambas. Que uma cresça enquanto a outra declina ou que cresçam juntas são fatores conjunturais:

[...] um capital financeiro funcional e disfuncional ao mesmo tempo, isto é, funcional no sentido de que adianta recursos para que o capital produtivo possa ser posto em circulação, acelerando, portanto, a própria rotação do capital, e disfuncional porque, ao mesmo tempo em que se alimenta dos lucros produzidos na esfera da produção sem de fato gerá-los, apresenta-se como uma possibilidade de acumulação que concorre com a produtiva, potencializando uma situação de crise (AMARAL, 2012, p. 86).

E ainda:

O desenvolvimento dos mecanismos financeiros não é, então, para Marx, um simples inchaço, um desvio para o absurdo [...] (1) os mecanismos financeiros assumem um conjunto de funções necessárias ao modo de produção capitalista, e (2) seu desenvolvimento está no centro do movimento histórico, como expressão de uma socialização antagônica não controlada, mas, contudo, motor da história (DUMÉNIL e LÉVY, 2010, p. 195).

A segunda demarcação que faremos se refere à financeirização como fenômeno específico emergido na conjuntura do pós-1970. E, de acordo com essas teses, a financeirização perde a particularidade e se mostra sempre a partir de um recuo da produção e explosão das finanças, ocorrida, inclusive, em outros tempos históricos. Dessa mesma maneira se apresenta a periodização em Duménil e Lévy (2010, p. 186), que caracterizam três grandes momentos do século XX a partir da ótica financeira: “(1) o nascimento da finança e sua primeira hegemonia, (2) a perda desta hegemonia no compromisso keynesiano depois da Segunda Guerra Mundial, e a seguir (3) sua reconquista no neoliberalismo”. Em que, nesse caso, a conjuntura do pós-1970, traduzida pela ideia do neoliberalismo, se trata de uma retomada da hegemonia da finança, que ainda que com novas características e elementos, tem a mesma essência da primeira hegemonia da finança ocorrida na virada do século XIX para o XX.

Essa introdução de estudos que versam sobre o fenômeno da financeirização foi feita com o intuito de demarcar o que consideramos próprio e característico do fenômeno: a financeirização como uma mudança estrutural e sistêmica que teve vez no capitalismo mundial a partir da conjuntura de transformações ocorridas após o fim da Segunda Guerra Mundial, a partir das quais a esfera da circulação passa a ganhar gradativamente maior dinamismo que a produção, o que torna aparente a possibilidade de auferição de lucros a partir da circulação (LAPAVITSAS, 2009). Seguindo esta linha, a apreensão do fenômeno considera as alterações no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção entre três elementos, quais sejam, capital industrial, trabalhadores e instituições financeiras.

A partir dessa constatação nos apoiaremos em duas linhas de explicação teórica, inter-relacionadas. Uma de maior abstração que visa demonstrar uma tendência do modo de produção capitalista à autonomização das formas funcionais do capital, o que carrega em si uma contradição entre a busca pela valorização e a produção de riqueza nova, com sua exacerbação na figura do capital fictício. E outra, de patamar mais concreto, que coloca a autonomização da esfera da circulação em relação à esfera da produção em um aparente descolamento entre ambas em que se produzem lucros na esfera da circulação.

Após essa digressão, iremos nos referir aos antecedentes históricos e às principais mudanças institucionais que ocorreram fruto dessa nova dinâmica que domina o capitalismo

contemporâneo, bem como essas novas determinantes no centro e na periferia do sistema capitalista mundial.

### *2.2.1 A natureza do capitalismo financeirizado*

Diversos autores atribuem que a natureza do capitalismo contemporâneo – leia-se, financeirizado – é a particular lógica que o capital fictício assume em sua movimentação, assumindo uma predominância sobre o capital industrial<sup>7</sup>. Essa afirmação, entretanto, necessita de mediações diversas para que se faça inteligível no corpo deste trabalho. Por isso, esta seção tem a intenção de, embora brevemente, expor elementos que descrevam e justifiquem que é essa – o predomínio do capital fictício – a essência do capitalismo financeirizado que toma posse na conjuntura do pós-1970.

#### *2.2.1.1 A figura do capital fictício*

O argumento retoma o ciclo do capital industrial colocado na seção 1.3.1, bem como suas formas transmutadas em capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria, reforçando a ideia de que o capital apreendido em seu movimento percorre o ciclo de valorização assumindo formas funcionais à produção de valor. Ao se baixar o nível de abstração, percebe-se que todo o ciclo pode vir a não ser percorrido pelo mesmo capitalista individual, e que, justamente, não o percorrer pode torná-lo mais eficiente. Isto é, a especialização de capitalistas em atividades específicas pode torná-las mais produtivas e trazer maiores ganhos individuais (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999).

O primeiro desdobramento que se coloca é na figura do capitalista comercial, aquele que compra diretamente do produtor em condições mais vantajosas, normalmente concedidos descontos, para vender acrescido de um adicional de valor. Assim aparece o capital de comércio de mercadorias, que significa comprar para vender mais caro ( $D \rightarrow D'$ ) (AMARAL, 2006). Este é funcional ao capital no sentido de que, ao reduzir o tempo de circulação da mercadoria em posse de seu produtor e adiantar o capital necessário ao recomeço de um novo ciclo produtivo, diminui o tempo de rotação do capital e amplia a massa de mais-valor produzido no mesmo período de tempo. É, então, a forma autonomizada do capital-mercadoria, na

---

<sup>7</sup> São diversos os autores que caminham nessa vertente, destacamos alguns deles, que conversam mais com essa dissertação: Harvey (2013), Carcanholo e Nakatani (1999), Chesnais (2005), Carcanholo (2011).

perspectiva do descolamento de duas atividades antes exercidas exclusivamente pelo produtor de mercadorias.

O segundo desdobramento é o capital de comércio de dinheiro, que surge quando o dinheiro passa a ser entendido como as demais mercadorias, e, assim como elas, é transacionado em mercados específicos. Tal como o anterior, possibilita a redução do tempo de circulação do capital à medida que abrevia, concentra e simplifica as operações técnicas da circulação monetária (AMARAL, 2006), sendo a forma autonomizada do capital-dinheiro. Ambos se localizam na esfera da circulação, ainda que dependam estrita e diretamente da esfera da produção para manter seu pleno movimento.

O desenvolvimento do sistema de crédito eleva a um outro patamar a especialização do comércio de dinheiro, com a generalização de atividades de empréstimo e negociação em crédito. Assim surge a figura do capital portador de juros, uma forma autonomizada do capital de comércio de dinheiro, que aparece na forma de um empréstimo que adianta capital para iniciar um processo produtivo ( $D \rightarrow D$ ) e reaparece, ao final dele, como quitação do empréstimo acrescido do pagamento dos juros, que é feito com parte do mais-valor gerado na produção ( $D \rightarrow D'$ ). De modo que esse capital portador de juros também recebe uma remuneração – recebe uma fração do mais-valor produzido – sem ter passado pelo processo produtivo, ainda que o pressuponha (AMARAL, 2006).

Assim, as formas autonomizadas do capital não passam diretamente pelo processo produtivo, mas são funcionais a ele e o facilitam na medida em que aceleram o tempo de rotação do capital, e, conseqüentemente, ampliam a massa de mais-valor, dando maior fluidez ao processo de reprodução do capital (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Mas são, ao mesmo tempo, disfuncionais ao potencializarem situações de crise, cada qual com sua característica. O capital comercial, ao descolar os atos de compra e venda, pode causar uma sobreprodução de mercadorias, que mesmo não sendo vendidas ao consumidor final, por algum espaço de tempo podem continuar sendo produzidas, fazendo baixar os preços e, conseqüentemente, a taxa de lucro. E o capital portador de juros, que pela variação do patamar da taxa de juros interfere na lógica produtiva a partir da oportunidade de ganhos meramente especulativos. Isto é, uma expectativa de alta remuneração dada por uma elevada taxa de juros pode vir a dissuadir que capitais sejam direcionados ao setor produtivo, onde sua massa de lucro seria menor (AMARAL, 2006).

O capital portador de juros, na medida em que financia a produção – ainda que também possa financiar a circulação<sup>8</sup> – já apresenta uma forma mistificada, ao se apropriar de um excedente de valor sem ter passado pelo processo de trabalho, que por sua vez, tem a exclusiva capacidade de gerar valor e mais-valor (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Essas formas autonomizadas e mistificadas, quando generalizadas, se apresentam como capitais que têm direito a uma remuneração, sem que apareça a origem desse excedente de valor.

O capital fictício, nessa perspectiva, se apresenta como um desdobramento do capital portador de juros, mas como uma forma exacerbada do movimento  $D \rightarrow D'$ . Os exemplos clássicos das figuras que o capital fictício assume são os títulos da dívida pública e os títulos representativos de patrimônio privado, fazendo intuir à primeira vista que o capital fictício se trata de títulos ou ações<sup>9</sup>. Aparece dessa forma por ter assim suas primeiras manifestações concretas: a generalização do dinheiro como meio de pagamento e o pleno desenvolvimento do sistema de crédito capacitaram o capital portador de juros a ter uma movimentação cada vez mais autônoma do capital industrial, ocasionando com que as corporações e empresas produtivas passem também a operar segundo uma lógica especulativa, o que se coloca de igual maneira para o setor público. Isto se desenvolve do seguinte modo:

[...] tanto no setor público, pelo lançamento de títulos da dívida pública, cuja venda é utilizada no financiamento do déficit do governo sob promessa de pagamento de juros a partir de um lucro que sequer será gerado – isto é, o governo já concluiu suas arrecadações, efetuou gastos superiores a elas e lança títulos para financiar este déficit –, quanto no setor privado, a partir do desenvolvimento das sociedades por ações, através das quais são lançados papéis em valor superior ao real e a compra destes papéis confere ao comprador o direito de participação nos lucros futuros da empresa, que, diga-se de passagem, podem nem se realizar (AMARAL, 2006, p. 67).

O capital fictício assume, portanto, a imagem de um capital que se valoriza autonomamente, sobretudo nos mercados de compra e venda especulativa (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Ainda em Amaral (2006, p. 68):

[...] o capital fictício permite que se invista num setor sem propriamente entrar nele, por exemplo, através da compra de ações, títulos de dívida, letras de câmbio e debêntures. Estes são papéis criados com um valor monetário fixo que corresponde ao capital que se pretende auferir (tomar emprestado) e com remuneração variável, dependente da taxa de juros ou de câmbio (a depender do contrato jurídico que se estabeleça) vigente no momento do desconto destes papéis, que pode se dar inclusive num momento bastante posterior ao do período de produção a que se referem. Deste

<sup>8</sup> Apresentado sob a forma de um adiantamento de capital ao capitalista comercial, que intenta comprar mercadorias para vendê-las a um preço superior. O que acentua a mistificação sobre o processo de produção de valor ao apresentar um elo a mais na circulação do capital-dinheiro.

<sup>9</sup> Em Carcanholo e Nakatani (1999) e Carcanholo e Sabadini (2009) têm-se também os exemplos das concessões de TV e do cartório de ofício e de notas. Paulani (2009, p. 28) coloca como “títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura, no caso de títulos privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos”. Ou seja, o capital fictício se trata de um capital que exagera a forma de remuneração a partir de um direito concedido, sem lastro visível em qualquer processo de produção de valor. Ainda que possa assumir formas mais intuitivas.

modo, neste lapso de tempo existente entre o lançamento dos papéis e seu desconto, os mesmos podem passar por inúmeros proprietários e sofrer incontáveis processos de valorização e desvalorização que independem do processo real de reprodução do capital industrial, que independem, portanto, do momento próprio de criação de excedente através da expropriação do trabalho assalariado.

De modo que o capital fictício tem uma movimentação muito mais independente do capital industrial do que as outras formas autonomizadas, e aparece sob um ponto de vista dialético em que é real e fictício ao mesmo tempo. É real sob o ponto de vista individual, no sentido de que uma ação patrimonial, por exemplo, representa o patrimônio real da empresa, e, portanto, é uma garantia de apropriação de excedente de valor para o capitalista individual. Porém, ao mesmo tempo em que parte de sua magnitude corresponde a capital real, é ilusório, pois a partir do ponto de vista global, é contabilizado duas, três ou mais vezes em diferentes mercados de crédito e tem seu movimento de preços independente daqueles que o unem ao valor real que corresponde (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Ainda no exemplo de uma ação patrimonial, o preço dessas pode oscilar para cima ou para baixo sem base concreta com o real valor dessas empresas, e sim a partir de uma dinâmica especulativa no mercado da bolsa de valores.

O capital fictício provoca, então, a ilusão de um dinheiro que se autovaloriza, sem compromisso com a produção de mais-valor. Ou seja, é uma autovalorização sem intermediários, uma passagem direta de dinheiro para mais-dinheiro ( $D \rightarrow D'$ ) (AMARAL, 2006). Segundo Paulani (2009, p. 28):

Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. [...] a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia [...]. Alguns elementos, porém, permitem que essa riqueza fictícia crie valorização fictícia e liberte a valorização dessa riqueza das restrições e limitações impostas pela acumulação produtiva.

O que acirra sobremaneira a contradição do capital entre a produção e apropriação de valor, principalmente quando for colocada sua atual predominância na lógica de acumulação de capital.

#### 2.2.1.2 *A miragem dos lucros na esfera da circulação*

Os elementos antes tratados discutem uma tendência geral do sistema a caminhar por formas mais autonomizadas de valorização, posto que elas permitem a aproximação do capital à sua forma ideal, o dinheiro<sup>10</sup>. Quando saltamos deste nível mais alto de abstração para o plano

---

<sup>10</sup> O tratamento específico desse tema é feito em Paulani (2011).

mais aparente do fenômeno, o que percebemos é o desencadeamento de uma série de movimentos que levam a este mesmo resultado: a criação de um ambiente no qual as formas de valorização do capital vão assumindo caráter fictício.

Neste sentido, Lapavitsas (2009) aponta que a partir dos anos 1970, no capitalismo central, ocorreu o crescimento acelerado do setor financeiro em relação ao resto da economia, exemplificado, sobretudo, na criação e aquisição de ativos financeiros por empresas não-financeiras, integração dos mercados financeiros globais, livre mobilidade dos fluxos de capitais e, também, empréstimos a famílias e indivíduos com finalidade de habitação, consumo, educação, aquisição de ativos de fundos de pensão, seguros, planos de saúde, etc. Esses exemplos apoiam a afirmação de que a esfera da circulação, particularmente o setor financeiro, adquiriu maior dinamismo que a produtiva.

O autor argumenta que há um desenvolvimento assimétrico de produtividade<sup>11</sup> entre as duas esferas. Se por um lado o setor produtivo, findados os *anos de ouro* do capitalismo do pós-Guerra, encontrou problemas de rentabilidade devido à crise de sobreacumulação manifestada ainda em fins dos anos 1960, a esfera da circulação, particularmente o setor financeiro, teve um alto padrão de crescimento da produtividade associado à (i) revolução na tecnologia da informação e da telecomunicação; e (ii) desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro.

A crise de sobreacumulação dos 1960 ocasionou nos países centrais estagnação do crescimento do PIB, do salário real e da formação bruta de capital fixo, o que significou um baixo dinamismo do setor da produção. A produtividade, entendida como a razão entre a produção de valor por trabalhador, encontrou-se em nível historicamente menor do que em tempos históricos pretéritos em que o desenvolvimento capitalista obteve níveis de produtividade relativamente muito elevados. O particular colocado aqui é que o nível de produtividade da esfera da produção no pós-1970 se associa a uma estagnação do salário real e intensificação do trabalho devido a desregulamentações no mercado de força de trabalho.

Em contraposição, na esfera da circulação, com as novas tecnologias da comunicação, a produtividade se elevou especificamente no setor financeiro, com mudanças na organização interna das instituições financeiras, aumento na velocidade das transações financeiras, avanços

---

<sup>11</sup> Entendendo produtividade como a razão da produção de valor por trabalhador – seguindo a perspectiva marxista –, o autor apresenta uma ressalva sobre o tratamento da produtividade na esfera da circulação, onde efetivamente não há produção de valor. Mas a utiliza como um termo técnico para indicar a rentabilidade gerada por determinada quantidade de capital. Da mesma forma a utilizam Duménil e Lévy (2004), com o termo produtividade do capital, tratando-se de uma questão de proporção e não de produção de valor.

na engenharia financeira, interligação dos mercados nacionais e locais, além de novas técnicas de precificação de ativos e gerenciamento de riscos.

Portanto, este é o argumento das diferenças de produtividade, que resume para o autor (LPAVITSAS, 2009) a explicação de um crescimento maior da esfera financeira. Ou seja, a maior produtividade colocou novas formas de lucro localizadas na esfera da circulação<sup>12</sup>, o que se mostra como um dos princípios basilares da financeirização. Para isso foram necessárias desregulamentações diversas que acompanhassem as transformações na dinâmica de acumulação e mudanças legais e institucionais.

Aqui se trata, mais especificamente, do mercado de trabalho e do mercado financeiro. A sucessiva retirada de garantias trabalhistas se associa à exigência de recuperação da lucratividade depois da crise iniciada no fim dos anos 1960. Assim, a incorporação de trabalho flexível, sobretrabalho (invasão do trabalho no tempo privado), trabalho não-remunerado e trabalho intensificado se materializaram como uma flexibilização das proteções à classe trabalhadora e do uso do desemprego como dispositivo de disciplina e barganha<sup>13</sup> (LPAVITSAS, 2009).

Já a desregulamentação financeira, com reinício na década de 1960, remove os controles sobre os mecanismos de precificação e quantidade do crédito ofertado por parte das instituições financeiras. Como também surgem novos mercados de capitais, a canalização de poupança privada para esses mercados, eliminação do controle sobre fluxos internacionais, bem como das operações transfronteiriças (LPAVITSAS, 2009).

A desregulamentação do mercado financeiro e acirramento da concorrência em nível global, principalmente com a emergência de corporações multinacionais, trouxeram uma reorganização na estrutura organizacional interna e nas práticas financeiras das grandes empresas.

Um primeiro aspecto dessa transformação é o movimento apontado já no pós-Guerra por Sweezy (1942<sup>14</sup> apud LPAVITSAS, 2011), da retenção de lucros próprios com vistas ao autofinanciamento do investimento, substituindo em partes os empréstimos solicitados aos bancos, historicamente instituições que concentravam o capital de empréstimo. Outro, é a

---

<sup>12</sup> Carcanholo e Sabadini (2009) se aproximam desse ponto de vista no tratamento que fazem dos *lucros fictícios*.

<sup>13</sup> Compreende-se aqui esses movimentos como estruturais do capitalismo, ou seja, a tentativa, por parte do capitalista, de continuamente aumentar a extração de mais-valor na sua produção. Mas a particularidade do que está dito se mostra ao compararmos com o período anterior, chamado de consenso keynesiano, em que a correlação de forças da sociedade permitiu um pacto de maior atenção à classe trabalhadora e camadas mais pobres da população (DUMÉNIL e LÉVY, 2010), fazendo avançar o Estado de Bem-Estar Social e a legislação trabalhista.

<sup>14</sup> SWEEZY, Paul. *The Theory of Capitalist Development*. New York, NY and London: Monthly Review Press, 1942.



inserção nos mercados financeiros através desses lucros acumulados, em fundos temporariamente ociosos, que passam a circular como capital de empréstimo sem intermediação bancária. Assim surge um novo mercado de capitais de empréstimo em que as grandes corporações entram tanto como credoras como mutuárias. Se caracteriza pela flexibilidade e o baixo custo das transações, surgem operações próprias desse mercado e as corporações passam a ter habilidade em operações financeiras. À revelia do montante de capital de fato movimentado, o central do argumento é que as modernas corporações multinacionais se tornam financeirizadas porque parte substantiva das suas transações e rentabilidade passam a ser de natureza financeira (LAPAVITSAS, 2009).

Ou seja, os empréstimos por parte dos bancos comerciais às grandes corporações multinacionais encolheram, enquanto aumentaram as operações de mercado aberto. Além da desintermediação financeira, as pressões geradas pela desregulamentação causaram problemas aos bancos nos anos 1980-90, o que ocasionou um processo de reestruturação bancária. Os bancos passam a buscar novas vias de lucro; para isso há tanto um transbordamento transfronteiriço de suas operações, de modo que passam a atuar com empréstimos em massa para as economias da periferia, como também um movimento de empréstimos a famílias e indivíduos e operações em mercado intermediário.

O argumento de Lapavitsas (2009) foca-se mais nesse segundo aspecto. Os empréstimos particulares tornam-se uma característica estrutural da financeirização quando é considerado que essas e outras operações financeiras passam a ter contato direto e permanente com os rendimentos da classe trabalhadora. Essa transformação tem ao menos três faces: a primeira é o pagamento dos salários com periodicidade mensal acompanhado da obrigação de recebimento em agências bancárias (CHESNAIS, 2005). A segunda é que, ao mesmo tempo em que o Estado de Bem-Estar Social recua com a oferta de serviços básicos, a iniciativa privada se apresenta com serviços altamente financeirizados: habitação, educação, plano de saúde. E a terceira é o constante acesso ao crédito para adiantar – ou possibilitar – o consumo, resultado da estagnação do salário real (LAPAVITSAS, 2009). A consequência é que os rendimentos do trabalhador passam a ser cada vez mais privatizados e intermediados por operações financeiras.

A observação crucial aqui é a possibilidade de lucros a partir dessas transações, seja no pagamento de juros ou de taxas sobre operações e custos de atividades, auferindo-se ganhos diretamente sobre os rendimentos dos trabalhadores. Esta é uma característica distintiva do capitalismo financeirizado, uma vez que a classe capitalista passa a visualizar uma rentabilidade crescente a partir da esfera da circulação, que se soma aos ganhos sobre a extração de mais-valor que ocorre no processo produtivo de trabalho. Lapavitsas (2009) chamou a isso de

*expropriação financeira dos rendimentos do trabalho*. A consequência imediata é, portanto, a possibilidade de ganhos de renda na esfera da circulação, e, indo além, uma rentabilidade que se distancia da performance da esfera da produção.

No resumo do argumento: (i) grandes corporações adquirem capacidade financeira e dependem menos dos bancos; (ii) os bancos compensam esse movimento passando a operar em mercado aberto e com as famílias; (iii) as famílias estão cada vez mais envolvidas em operações financeiras (LAPAVITSAS, 2011).

O capital fictício, como vimos, se materializa em ativos intangíveis, que tem seu valor calculado pela possibilidade de capitalização de seu fluxo de rendimentos, de modo que essa forma de precificação encontra limites muito elásticos à valorização, induzindo, inclusive, à inexistência desse limite. A série de inovações financeiras que são postas em prática aprofunda o mercado desses ativos, em um cenário de maior liquidez e menor risco individual, permitindo que se tornem objeto de acumulação. O que se mostra no aumento da participação de ativos financeiros no patrimônio de famílias e empresas. Mas também nas transações cotidianas, como exemplifica Lapavitsas (2011).

Assim, a financeirização é resultado do desenvolvimento das forças e relações sociais de produção, que levam a mudanças legais e institucionais, e representam uma transformação sistêmica da economia capitalista com profundas mudanças na vida social. Diferenciando-se do período de internacionalização financeira da virada do século XIX para o XX e emergindo como um fenômeno específico na conjuntura mundial da década de 1970.

### ***2.2.2 Antecedentes históricos e mudanças institucionais***

A eclosão da Segunda Guerra Mundial marcou o direcionamento de elevados gastos governamentais dos países envolvidos com o conflito para o orçamento bélico e militar, o que sustentou os níveis de produto e emprego que se encontravam em abrupto declínio desde a década de 1930 com os efeitos da Crise de 1929. Após o término da Guerra, além do esforço da reconstrução dos países duramente afetados pelos ônus dos conflitos, havia também a preocupação com o ordenamento do sistema monetário e financeiro internacional, para que as características de indisciplina e liberdade total que configuravam o setor financeiro dos países centrais – sobretudo dos bancos estadunidenses – não retornassem no datado cenário. O diagnóstico era de que o capitalismo monopólico da grande empresa e do capital financeiro permitiu uma concorrência desenfreada e a desvalorização das moedas nacionais, o resultado foi de desemprego e mazelas sociais (BELUZZO, 1995).

O que se seguiu, então, foi a realização da conferência de Bretton Woods, em 1944 nos Estados Unidos, que discutiu a reconstrução da Europa e do Japão e a conformação de uma nova ordem econômica internacional. Para isso foram criadas instituições de atuação supranacional, em diversos âmbitos, além de acordos de auxílio financeiro e coordenação de política econômica.

A disputa pelos termos do acordo se deu, sobretudo, entre Inglaterra e Estados Unidos. Havia uma grande preocupação em criar um ambiente macroeconômico internacional coordenado, em direção ao pleno emprego e de crescimento do salário real, dando espaço ao manejo de políticas públicas. Mas a economia norte-americana, que saía do conflito com indicações de hegemonia estratégica-militar, econômica e financeira, pressionou por um acordo que focasse em um regime de câmbio organizado que permitisse a expansão comercial dos Estados Unidos (CARVALHO, 2004). Foi notável a perda de termos do lado inglês<sup>15</sup> frente à força dos Estados Unidos no acordo. Apesar da grande influência do pensamento keynesiano no período, com as ideias de atuação estatal no planejamento público e administração econômica, que foram dadas, entretanto, pelas pressões exercidas pelas economias em recuperação e pela correlação de forças que se colocava em um contexto de disputa da Guerra Fria.

Efetivamente o acordo de Bretton Woods instituiu o padrão ouro-dólar e um sistema de câmbio fixo, mas ajustável, de acordo com a necessidade de ajustes externos fundamentais. Foram criadas diversas agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) para coordenação política, o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, pela sigla em inglês), de coordenação comercial, e as duas principais instituições internacionais frutos da convenção: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>16</sup> e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O FMI foi criado com a função de monitoração da atividade das transações internacionais, a fim de evitar, entre outras coisas, desvalorizações competitivas, e para atuar na intermediação de programas de equilíbrio do balanço de pagamentos. Instituiu-se, assim, o

---

<sup>15</sup> Representado pelo “Plano Keynes”, que propunha a criação de uma moeda escritural denominada *bancor* que serviria para mediar todas as transações internacionais compensadas na *International Clearing Union*, uma autoridade monetária interligada a todos os bancos centrais, que seria elaborada para atuar na intermediação e no ajustamento dos desequilíbrios no balanço de pagamentos entre países deficitários e superavitários, evitando ajustes recessivos e ampliando a liquidez internacional, que não estaria mais atrelada à oferta de ouro (CARVALHO, 2004).

<sup>16</sup> Criado em 1944, logo passa à denominação de Banco Mundial com a criação de novas instituições e complexificação de sua organização interna, que traslada do foco em empréstimos para reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, para o sentido de olhar os países em desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/history>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

sistema de paridades cambiais fixas, em que os bancos centrais estabeleciam uma taxa de câmbio em relação ao dólar, mas esta era passível de reajuste em caso de desequilíbrios externos fundamentais – ou seja, aqueles que não se referem tão somente a desequilíbrios conjunturais no balanço de pagamentos. O dólar assumiu a função de moeda internacional e garantia a conversibilidade em ouro, uma vez que era possuidor de dois terços do estoque mundial desde metal (BARUCO, 2005).

O resultado ficou conhecido como os *anos de ouro do capitalismo* ou *era keynesiana*, pois foram constatados para os países centrais a sustentação de um rápido crescimento econômico, taxas de desemprego excepcionalmente baixas, menores taxas de inflação e um arranjo econômico internacional relativamente estável (BARUCO, 2005), indicadores sem igual antes ou após esse período. E também pela atuação do chamado Estado de Bem-Estar Social, em uma correlação de forças que estabeleceu um novo pacto social com maior direcionamento às classes populares, em que a gestão macroeconômica passou das “finanças”<sup>17</sup> para o Estado (DUMÉNIL e LÉVY, 2010).

O Estado de Bem-Estar ganhou força nos países centrais já nas primeiras décadas do século XX com a experiência da maciça intervenção do Estado na produção e na distribuição, pelos eventos da Primeira e Segunda Guerra Mundial e da Crise de 1929. Foi nesse período que surgiram também os primeiros elementos, ainda rudimentares, da previdência social, assistência médica, seguro contra acidente e pagamentos de pensão (JUDT, 2008). Mas é na década de 1940 que “todos os Estados industrializados tomaram medidas que estendem a rede dos serviços sociais, instituem uma carga fiscal fortemente progressiva e intervêm na sustentação do emprego ou da renda dos desempregados” (REGONINI, 1998, p. 417)<sup>18</sup>. O que aumentou as despesas públicas na composição do PIB e ampliou a estrutura administrativa especializada nos serviços sociais.

Atuou, de maneira geral, em duas frentes: (i) na provisão de serviços sociais (educação, moradia, assistência médica, áreas de lazer, arte e cultura, transporte público); e (ii) na previdência social (cobertura de seguro contra doença, desemprego, acidentes e amparo à

---

<sup>17</sup> As aspas aqui se justificam pelo particular sentido que os autores dão ao termo: “A finança é um agente, ou, se preferir, um ator, tanto econômico como político, em ação na história do capitalismo. É um objeto social que reúne dois elementos: (1) uma fração da classe capitalista, (2) um conjunto de instituições (os bancos e, incluídos no capitalismo moderno, o banco central e instituições não-bancárias, nacionais ou internacionais como Fundo Monetário Internacional, os fundos, etc.).” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010, p. 187).

<sup>18</sup> Seguindo a mesma referência, o Estado de Bem-Estar é definido pelo *direito* ao acesso às condições mínimas de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurado a todos os cidadãos. E ainda que tenha caracterização máxima na conjuntura do pós-Segunda Guerra, particularmente na Inglaterra, configurou-se em outros espaços e tempos históricos, com distintas essências. Por razão disso, fazemos a ressalva que em nosso texto não se trata do conceito em abstrato, mas da manifestação histórica-específica.

terceira idade). E apesar da alta oneração que causava aos cofres públicos, perdurou por algumas décadas – ainda que de forma bastante heterogênea entre os países –, pois se conjugava no contexto do pós-Guerra. A exigência por justiça social, que atendia majoritariamente as classes médias da população, reforçava a garantia do acesso aos serviços sociais e previdência como uma obrigação do Estado (JUDT, 2008).

Entretanto, o período foi de um curto intervalo de tempo e pouco mais de duas décadas em que durou exacerbaram seus limites e contradições. Segundo Belluzzo (1995), o declínio de Bretton Woods, e dos anos de ouro, pode ser explicado por seus próprios elementos internos. O papel concreto desempenhado pelo FMI foi menos de regulação e monitoração do sistema monetário e financeiro internacional, do que de empréstimos condicionados a políticas recessivas aos países deficitários. Pesou também sua incapacidade de ingerência sobre a política econômica dos Estados Unidos, fonte de perturbação no sistema financeiro internacional.

A posição assumida pela moeda norte-americana nessa nova configuração do sistema monetário e financeiro internacional permitiu o privilégio da senhoriagem ao dólar e o papel regulador de fato ficou a cargo do *Federal Reserve* (FED) – Banco Central americano – emitindo a moeda internacional, tacitamente aceita nas transações comerciais, na fixação de contratos e na função de reserva de valor. O que se colocou, então, é que a liquidez internacional esteve condicionada à emissão de dólar e, portanto, à sucessivas posições de déficit no balanço de pagamentos dos Estados Unidos. De modo que “nesse sistema, o déficit global do balanço de pagamentos [dos Estados Unidos] determinava a *quantidade* do crédito e a situação positiva da balança comercial garantia a *qualidade* dos fluxos em dólares colocados à disposição de outros países, empresas e indivíduos” (BELUZZO, 1995, p. 14, grifos originais).

A década de 1950 marcou um ciclo de expansão da liquidez internacional e rápido crescimento das economias centrais, o que logo passou a pressionar o balanço de pagamentos estadunidense, principalmente com a retomada da competitividade das economias antes destruídas pela Guerra. Esse é um momento conjuntamente de internacionalização do capital, capitaneado pelas multinacionais norte-americanas, mas também foi um movimento de internacionalização dos grandes bancos, se tratando similarmente do avanço das finanças internacionais, fenômeno que aparece de maneira mais clara a partir dos 1960.

Aqui dois movimentos ocorrem e se interconectam: (i) inovações financeiras, que partem do mercado financeiro privado norte-americano, e redimensionam a atuação dos bancos com o aumento de instituições financeiras não-bancárias; e (ii) internacionalização dos bancos que passam a atuar a partir da constituição de um sistema financeiro internacional, marcado pela incorporação dessas inovações (SOUZA, 2017).

A criação de moeda e oferta de crédito, antes restrita aos bancos comerciais e estreitamente supervisionada pela autoridade monetária, passaram por uma expansão que vai além dos limites antes impostos pelas reservas bancárias no compulsório dos bancos centrais. Surgem novas, e mais rápidas, modalidades de captação de recursos para os bancos comerciais, o que atuou de modo incisivo na flexibilização do passivo de seus balancetes. Duas das principais formas de flexibilização dos passivos dos bancos no período são o mercado interbancário e a criação dos Certificados de Depósito Bancário (CDBs). O mercado interbancário consiste no movimento de empréstimos diários entre bancos comerciais com a finalidade de fechar seus balanços com o nível de reservas exigidas pelos bancos centrais. Os CDBs são títulos de dívida – uma espécie de depósito à prazo – com o compromisso de recompra por parte do banco no momento que o cliente o desejar, ficando sujeito assim ao momento do mercado e à taxa de juros, de forma que são títulos mais líquidos e rentáveis, mas também de maior risco (SOUZA, 2017).

As inovações se traduzem, então, em maior flexibilidade no fechamento das contas pelo passivo dos bancos, o que significa também a retirada de capacidade de controle da autoridade monetária sobre a criação de moeda, levando ao aumento de risco e instabilidade sistêmicos. Essas novidades nasceram do mercado privado norte-americano, e com o movimento de internacionalização dos bancos se espalharam para outros países (CINTRA, 2000). O esquema abaixo exhibe a modificação do balanço dos bancos comerciais:

**Quadro 4 – Balanço dos bancos comerciais norte-americanos**

<b>Balancete bancário típico até os anos 1960</b>	
Ativo	Passivo
Encaixes	Depósitos à vista
Aplicações em títulos e valores mobiliários	Depósitos à prazo tradicionais
Empréstimos	Empréstimos de redesconto
<b>Balancete bancário típico até os anos 1980</b>	
Ativo	Passivo
Encaixes	Depósitos à vista
Aplicações em títulos e valores mobiliários	Depósitos à prazo
Empréstimos	Certificados de depósitos
	Fundos de reserva federal
	Operações de redesconto

Fonte: (SOUZA, 2017).

A partir dessas inovações e flexibilizações, conjuntamente com a expansão dos bancos norte-americanos para outros países, constitui-se o mercado financeiro internacional. Um marco importante para tal é a criação do *euromercado*: em 1958 foi permitida a criação de um

mercado *offshore* na City de Londres<sup>19</sup>, com estatuto próprio, que passou a ser receptor de capitais líquidos registrados em dólares e a realizar operações e empréstimos sem a necessidade de conversão em libras. Ou seja, se torna um grande polo de recepção de dólares advindo do lucro de grandes empresas e bancos comerciais que procuravam se internacionalizar. Possibilitava a criação de dólar totalmente à margem da regulação monetária do FED e aumentou o volume de empréstimos interbancários (SOUZA, 2017). Assim, passa a haver um grande fluxo de dólares para esse mercado, em detrimento dos mercados dos Estados Unidos, numa onda de grande crescimento da liquidez mundial.

Esse aumento de liquidez é explicado também pela recuperação das outras economias centrais, o que leva a inevitáveis pressões sobre o dólar como moeda internacional. Particularmente, porque o padrão ouro-dólar se estabeleceu pelas reservas de ouro que os Estados Unidos detinham ao final da Segunda Guerra e que garantiam o lastro da moeda. Uma vez que o dólar passa a circular quase sem amarras no mercado internacional, a quantidade de dólares em circulação supera em muito as reservas em ouro do país. Ademais, a própria recuperação europeia e japonesa converte a economia dos Estados Unidos em país devedor, por razão da paulatina deterioração da balança comercial, que reflete a perda de mercado frente aos concorrentes.

Nesse sentido, a queda das reservas em ouro, agora destinado ao pagamento de débitos internacionais, reforçou a inexistência de lastro e o sistema de Bretton Woods demonstrou sua falência já nos primeiros anos de sua existência. Apesar de suas fragilidades, o sistema sustentou a prevalência do dólar por quase três décadas e isto foi fruto da cooperação internacional de países que demandavam recursos norte-americanos para sua reestruturação econômica. Uma vez que o objetivo se completou, os tensionamentos aparecem no sentido do questionamento quanto à posição do dólar como dinheiro mundial, o que limitava enormemente a própria autonomia da política macroeconômica dessas grandes potências (EICHEGREEN, 2000).

As pressões surgidas desse cenário culminam na suspensão da conversibilidade do dólar a uma taxa fixa em ouro, pelo presidente dos Estados Unidos Richard Nixon em 1971; e em 1973 o sistema de paridades fixas foi substituído pela taxa de câmbio de flutuação livre (BELUZZO, 1995). A desorganização financeira e monetária se generalizou, sobretudo, na desregulamentação do setor financeiro não-bancário dos Estados Unidos. Assim, se adensou a

---

<sup>19</sup> City de Londres se refere à praça financeira londrina. A criação de um mercado *offshore* nessa região se mostra como um primeiro e importante movimento de fuga das regras impostas pelo governo do Estados Unidos aos bancos comerciais norte-americanos.

expansão de um circuito financeiro internacionalizado, com a inquestionável posição do dólar como a moeda das transações internacionais.

Para Carcanholo e Baruco (2011) esses últimos acontecimentos já são sinais de uma crise de sobreacumulação do capital iniciada ainda em fins da década de 1960, com a queda na taxa de crescimento dos principais países centrais e na taxa de formação bruta de capital fixo. Para Belluzzo (1995) e Carvalho (2004), a década de 1970, principalmente com o choque dos juros em 1979, marca o fim definitivo do acordo de Bretton Woods e a intenção de uma ordenação do sistema financeiro internacional em torno dos Estados Unidos.

O choque do petróleo em 1973 – que foi a abrupta elevação do preço do barril do petróleo em mais de cinco vezes por parte dos países organizados na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada na década anterior – se materializou em elevadas somas de capitais para os países exportadores de petróleo, o que ficou conhecido como petrodólares, que passaram a ser reciclados no euromercado. Essa condição de enorme liquidez aumentou a oferta de empréstimos aos países da periferia, particularmente para a América Latina.

O segundo choque do petróleo e o choque dos juros, ambos em 1979, aumentaram sobremaneira a dívida contraída através de empréstimos direcionados aos países da periferia, que eram contratados a taxas de juros flutuantes. A incapacidade de pagamento e episódios como a declaração de moratória do México em 1982 marcaram a crise da dívida dos países latino-americanos durante toda a década de 1980, o que impactou diretamente na liquidez dos bancos credores e restringiu os empréstimos direcionados a esses países à condicionalidade de adequação das regras impostas pelo FMI. De modo que os bancos internacionais minimizaram os empréstimos para a periferia e os bancos menores saíram do mercado, o que marcou episódios de instabilidade na configuração do sistema financeiro internacional que passou cada vez mais por crises financeiras localizadas (SOUZA, 2017).

Neoliberalismo, mundialização financeira, globalização financeira ou financeirização, são todos termos que intentam interpretar de alguma maneira a nova configuração do capitalismo que amadureceu a partir da década de 1980. Liberalização e desregulamentação são as palavras-chave de condução desse período, que foi um novo impulso à expansão do circuito financeiro internacionalizado, com o surgimento dos mercados de dívida pública, securitização e derivativos. Essa etapa pode ser entendida como a generalização e supremacia dos mercados de capitais frente ao papel dos bancos comerciais comandando o sistema de crédito.

Nessa mesma linha encontra-se Chesnais (2005), para quem os anos 1980 marcaram o ressurgimento do capital portador de juros no comando da acumulação financeira. Em



contraposição à etapa anterior, dos anos 1950 e 1960, de aparecimento dos primeiros mercados internacionalizados, acompanhado do ressurgimento dos mercados de títulos.

O aumento do número de investidores institucionais e instituições financeiras não-bancárias – tais como fundos de pensão e fundos de investimento – aparecem em parte devido aos distúrbios de liquidez do setor bancário comercial, nos anos 1980 e 1990, causados pela crise da dívida (CORRÊA, 1996); e por outra parte, devido à maior retenção de lucros próprios por parte das grandes corporações, com ganhos de mercados monopolistas, que passam a se autofinanciar (LAPAVITSAS, 2011). O caso é que surgem vantagens no lançamento de títulos próprios, a partir da redução de custos com a eliminação da intermediação bancária e aumento da rentabilidade. Esse processo ficou conhecido como *securitização*<sup>20</sup>, ou seja, o aumento das operações em mercados de títulos pelo surgimento de modalidades de ativos e pela transformação de dívidas bancárias em títulos negociados no mercado de capitais.

Dentre os principais títulos criados nesse período – *Floating Rate Notes, Notes Issuance Facility, Revolving Underwriting Facility, Transferable Underwriting Facility*<sup>21</sup> – os *Commercial Papers* são os mais relevantes e mais utilizados, pois representam títulos de dívida direta emitidos por empresas de médio ou grande porte, o que representou uma possibilidade de rápida alavancagem em curto prazo (SOUZA, 2017).

A abertura financeira impactou nesse movimento pois abriu a possibilidade desses títulos serem negociados por residentes e não-residentes, ampliando e interconectando os mercados financeiros numa escala global. As operações individuais, de famílias, mesmo que sem impacto em mecanismos de mercado, como o preço, tem relevância por dar volume às operações. Tudo isso abriu o leque quantitativo de mercados, moedas, países e possibilidades, dando espaço para as agências de *rating*, que já existiam desde a década de 1930, mas que após os anos 1980 crescem na assimilação e venda de informações sobre o funcionamento dos mercados (SOUZA, 2017).

Em resumo, as quatro décadas do pós-Guerra representaram sucessivas mudanças no setor bancário e no surgimento do setor financeiro, como segue:

- i) o movimento de flexibilização dos passivos ocorrido nos anos 1950, com o surgimento dos empréstimos interbancários para fazer frente a dificuldades temporárias relativas aos balanços dos bancos; ii) criação de certificados de depósito bancário (que são títulos de dívida bancária) durante os anos 1960; iii) conversão dos CDB's em *commercial papers* (títulos de dívida de curto prazo emitidos por bancos e empresas não financeiras no mercado de capitais e que, por não oferecerem garantia real, são títulos de alto risco) nos anos 1970; iv) considerando os riscos envolvidos na

<sup>20</sup> Do inglês, *securities* significa títulos, valores mobiliários. Securitização, por sua vez, se refere à conversão de uma dívida em títulos lastreáveis e negociáveis no mercado financeiro.

<sup>21</sup> Um sumário desses novos títulos está em Souza (2017, p. 39-40), que são os principais criados no período e se tratam basicamente de títulos de dívida direta, com diferentes prazos e graus de flexibilidade.

explosão do endividamento dos países do Terceiro Mundo na década de 1980 passam a ser adotados instrumentos de securitização de dívidas, que é a transformação de empréstimos líquidos em título negociáveis no mercado de capitais; v) expansão dos mercados de derivativos, envolvendo operações a termo, mercados futuros, mercados de opções e operações de *swap*; vi) relativo declínio do setor bancário e emergência de novos intermediários financeiros, tais como fundos de pensão e fundos mútuos (AMARAL, 2012, p. 80-81).

O redimensionamento dos bancos comerciais em relação às novas instituições financeiras que vão surgindo gradualmente os coloca atualmente em um papel muito diferente daquele de meio século atrás. Apesar de permanecerem sendo responsáveis pela realização de massa significativa de empréstimos – inclusive agora muito mais direcionados a famílias e indivíduos (LAPAVITSAS, 2011) – as atividades principais do setor bancário se dão na compra e no lançamento de títulos, na securitização e no auxílio de investimentos (SOUZA, 2017).

Assim, as sucessivas inovações e flexibilizações também foram em busca de escapar de limites à liquidez impostos por um regime monetário com maior centralidade na autoridade monetária. É também uma estrutura de mercado que vai se moldando ao curto prazo, com a implementação de juros flutuantes e a transferência dos custos do risco individual para o coletivo, aumentando a instabilidade sistêmica. No que passam a surgir instrumentos de diluição desse risco, chamadas operações de *hedge*, que contraditoriamente o aumentam (CORRÊA, 1996).

Ao processo de internacionalização dos bancos e mercados financeiros foram imprescindíveis os movimentos de liberalização e desregulamentação, com livre fluxo de capitais e de criação de crédito em um mercado financeiro integrado em escala global. Em que a revolução tecnológica e da telecomunicação contribuiu para a integração dos mercados, para ganhos de produtividade e para a administração de vastos e mais complexos portfólios. Assim como os investidores institucionais, localizados nos países centrais e vinculados a companhias de seguros, fundos de investimento, fundos mútuos e fundos de pensão.

### ***2.2.3 Inserção da periferia na financeirização***

Apoiados na ideia já exposta de um desenvolvimento capitalista combinado e desigual e do sistema centro-periferia como dois polos opostos e complementares dessa estrutura, é de se colocar que os movimentos do sistema capitalista mundial têm motivações e efeitos diferenciados nos países centrais e nos países periféricos. O que justifica essa seção, então, é apontar as particularidades na América Latina do novo arranjo financeiro internacional, bem

como de sua expansão, que se gestou nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e quais foram suas principais consequências.

Nesse sentido, nos ajuda a ilustração feita por Paulani (2012) acerca dos períodos históricos que marcam o movimento de inserção do Brasil no capitalismo mundial. Essa caracterização coincide, sem grandes pormenores, com a análise feita por outros autores – como reproduzimos no quadro 3 – que abrange a América Latina como um todo. Assim, aceitando o Brasil como um caso representativo da financeirização para a América Latina (AMARAL, 2012), nos valeremos, principalmente, dos últimos dois períodos históricos relatados para caracterizar a inserção da América Latina no capitalismo financeirizado.

As primeiras fases por já terem sido tratadas no primeiro capítulo, serão aqui apenas citadas. De modo que o primeiro período é o que compreende os séculos da América Latina sob dominação colonial europeia. O segundo período é marcado pela produção de bens primários, funcionando como uma alavanca de acumulação para o centro, e vai desde a independência até o início do século XX. A partir dos anos 1930, terceiro período, temos o padrão industrial internalizado, ou seja, a partir da Crise de 1929 a possibilidade de uma determinação dinâmica interna mais autônoma, mesmo que a partir de grande alocação de capital externo, sobretudo a partir dos anos 1950.

Aqui se iniciam o quarto e quinto períodos históricos: o intervalo que percorre os anos 1970 e 1980 marcam a inserção da América Latina no capitalismo em fases de financeirização, cuja característica principal é a contratação quantitativamente alta de empréstimos externos frutos da crescente liquidez internacional. E o período do final dos anos 1980 e 1990 em diante<sup>22</sup> se apresenta como uma consequência da crise da dívida do período anterior, motivo pelo qual os países se colocam de forma completamente submissa frente às exigências de organismos multilaterais, movimento materializado na política econômica voltada para o binômio dívida/inflação. Seguindo essa linha, então, temos em Amaral (2013, p. 90) que:

[...] a necessidade de rolagem da dívida e, portanto, a contínua necessidade de atração de capital externo, colocou as economias periféricas inicialmente numa posição passiva diante do movimento financeiro internacional, dado que sua inserção nesta lógica se deveu fundamentalmente a movimentos externos alheios à sua esfera de decisão, e, posteriormente, numa posição ativa, considerando que um profundo

---

<sup>22</sup> Nesse período, a autora classifica o Brasil, particularmente, como plataforma internacional de valorização financeira destacando-o dos demais casos por entender características particulares que se sobressaem mais aqui do que nos outros países: economia emergente, moeda forte e dívida pública (PAULANI, 2012). A afirmação do Brasil possuir uma moeda forte se corrobora quando colocado em perspectiva aos demais países da periferia e se apoia na concepção de “hierarquia das moedas” (PRATES e CINTRA, 2007). Desse ponto de vista o real possuiria uma posição intermediária, não tão forte quanto o dólar, mas nem tão frágil quanto o guarani paraguaio, por exemplo.

processo de desregulamentação e abertura financeira é introduzido nessas economias, demonstrando sua ampla adesão ao ideário neoliberal.

Assim, o período de inserção passiva foi uma consequência direta dos primeiros sinais de esgotamento do ciclo desenvolvimentista de industrialização da América Latina – ou como etapa de transição do padrão de reprodução do capital industrial para o exportador de especialização produtiva. O primeiro choque do petróleo em 1973 representou o início de um processo inflacionário para a região, com elevação do déficit em transações correntes, que obstruía os projetos de expansão do aparato industrial postos em prática em diversos países da região. A onda de crescimento de liquidez internacional proporcionou um sobrefôlego a esses projetos, aumentando o fluxo de capitais para a região através de investimento direto e, a partir de então, também sob a forma de financiamentos. Foi significativo o impacto da reciclagem dos petrodólares no fluxo de capitais para a região entre 1973 e 1979.

O choque dos juros, que quadruplicou a taxa de juros norte-americana entre 1978 e 1979, aumentou sobremaneira as dívidas externas contraídas em dólar e a taxa de juros pós-fixadas. Alguns países se anteciparam e realizaram a chamada “estatização da dívida externa”, em que empresas e bancos privados resgataram a dívida em moeda estrangeira e a pagaram ao governo em moeda nacional, passando para os Estados a responsabilidade de assumir os compromissos externos. Assim, já no início dos anos 1980, quando o patamar dos juros chegou ao auge, ocorreu a crise de vários países da periferia – este é o caso, na América Latina, de Argentina, Brasil e México, por exemplo –, seja no setor privado, naqueles países em que não havia ocorrido a estatização, seja na ampliação da dívida pública daqueles que haviam estatizado.

A ampliação da dívida pública na periferia, com características de alto risco e baixa credibilidade, criou mecanismos inflacionários e de aumento da taxa de juros interna. Uma vez que a década de 1970 figurou como um momento de alta liquidez, a década de 1980 representou uma queda desta. Os países centrais buscaram reestruturar suas economias frente aos efeitos da crise dos anos 1970, a fim de retomar os níveis de crescimento e de formação bruta de capital fixo, expandindo suas empresas transnacionais:

[...] nos anos 80, estavam seriamente ocupados em sua reestruturação, na salvaguarda do sistema financeiro internacional e, com relação a nós, preocupados pelo menos em receber parte dos juros do endividamento. Contudo, nossos países estavam duplamente estrangulados em divisas e em recursos fiscais (CANO, 2000, p. 32).

Visto que era preocupante a ocorrência em massa da declaração de moratórias, como a feita pelo México em 1982, o que prejudicaria seriamente os bancos comerciais credores e a solvência do sistema financeiro internacional, começou a ser gestada uma estratégia internacional de manejo da dívida dos países periféricos, a fim de evitar uma crise de maior

abrangência. Podemos expor esse período em quatro fases, segundo consta em relatório da CEPAL (1990).

A primeira fase parte de um diagnóstico de falta de liquidez para a rolagem dessas dívidas e encaminha a realização de empréstimos de última instância, por parte do FMI e dos grandes bancos privados das economias mais ricas. Esses empréstimos foram contraídos por parte dos governos dos países latino-americanos, se caracterizando como uma transferência público-privada. Somada às recomendações de políticas de austeridade, essa primeira fase não logrou diminuir a dívida, resultando em aprofundamento da recessão e da inflação.

No que, em 1985, é anunciado o Plano Baker, que propunha um ajuste estrutural com crescimento, caracterizando a segunda fase, de modo que seriam concedidos novos empréstimos. Pesou, entretanto, a profunda recessão por que passavam esses países e a dificuldade de captação de recursos que a financiassem.

Em 1987 tem-se a terceira fase, em que se propõem novas formas de captação de recursos através da ampliação de opções de financiamento no mercado, cujo mecanismo central a ser explorado era a transformação da dívida em títulos comercializáveis. Esta fase enfrentou dificuldades por se apresentar em caráter ainda incipiente da proposta.

Por fim, em 1989, é inaugurada a quarta fase com o anúncio do Plano Brady. Como acúmulo de experiência das fases anteriores, esse plano contava com o apoio explícito dos governos, de forma financeira e institucional, para fortalecer e acelerar o processo de redução da dívida. Assim, houve uma maior disposição dos organismos multilaterais e governos das grandes potências na captação de recursos. Também foi realizada uma revisão das disposições institucionais, nos âmbitos legal, normativo, contábil e tributário, que anteriormente havia desincentivado a participação dos bancos comerciais; e foi necessária uma maior flexibilização por parte das contrapartidas exigidas pelo FMI na concessão de empréstimos.

Na análise de Amaral (2012, p. 112), este período de inserção passiva foi marcado por um ciclo vicioso de endividamento, em que novos empréstimos eram sucessivamente contraídos para pagar antigos e assim criavam novos. Indo além, o período também marcou uma “primeira alteração do eixo de acumulação da periferia [...], já que se rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica” calcado na retroalimentação das dívidas.

O resultado da década de 1980 para a América Latina, com as inúmeras intervenções e recomendações de austeridade, foi, entretanto, sem melhoras significativas e sustentadas do crescimento econômico e da redução do desemprego. A esse resultado negativo são atribuídas perturbações no funcionamento do livre mercado, ou seja, “déficits fiscais crônicos, mercado

de bens e de trabalho regulamentados, mecanismos de indexação salarial, desregulamentação financeira sem aparato de fiscalização e erro na sequência da abertura externa” (CARCANHOLO e BARUCO, 2011, p. 15).

Surge, então, em 1990 o Consenso de Washington, termo cunhado pelo economista John Williamson que resumia os instrumentos de políticas econômicas e reformas que conduzissem à prosperidade econômica e reduzissem a corrupção, de modo a ser um receituário a ser seguido pelos países latinos. No campo da teoria, Williamson (1990, s/n) defendeu que a política dos Estados Unidos pretendia a implantação do livre mercado e a prosperidade de todo o continente: “os objetivos tradicionais de crescimento econômico, de inflação baixa, de uma situação viável do balanço de pagamentos e de uma distribuição equitativa da renda devem determinar a disposição dos instrumentos dessa política”. Mas também admitia o interesse dos Estados Unidos na manutenção, por parte dos países periféricos, do pagamento do serviço da dívida.

No artigo produzido por Williamson (1990) intitulado O que Washington Entende por Reformas das Políticas são expostos dez instrumentos e reformas para os países latino-americanos: (i) redução do déficit público, demonstrando disciplina fiscal; (ii) mudança nas prioridades do gasto público, que reduzisse o montante gasto em subsídios e o substituísse por saúde e educação de base; (iii) reforma tributária de forma a tornar o sistema de tributação ao invés de utilizar recursos de aumento de impostos; (iv) liberalização do mercado financeiro e taxa de juros auto-regulada; (v) perseguição de uma taxa de câmbio competitiva; (vi) liberalização do fluxo comercial; (vii) liberalização do fluxo de investimento direto estrangeiro; (viii) privatizações das empresas estatais a fim de gerar renda presente e futura e de uma administração mais eficiente; (ix) desregulamentação dos mercados de bens e serviços, visando o aumento da concorrência; e (x) garantia dos direitos de propriedade.

Chesnais (2005) afirma que a crise da dívida foi uma importante alavanca para a imposição de políticas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização. E de forma semelhante a Cano (2000), encara o período como o de perda de soberania<sup>23</sup> na formulação de política econômica. Particularmente no que tange à política monetária, com a adoção de planos de redução da inflação que perpassavam, sobretudo, pelo aumento da taxa de juros, que passa a ser empreendida fundamentalmente com vistas ao processo de financeirização. Ainda assim, caracterizamos como de inserção ativa nos circuitos financeiros internacionais, ainda que subordinada, pois assim é feito visando uma melhor colocação no

---

<sup>23</sup> A afirmação fica mais clara quando entendida em termos relativos, comparando-se com o período anterior, do padrão industrial. Pois, como colocamos, compreendemos que a estrutura do sistema mundial ocasiona para a economia dependente uma submissão de política econômica, mesmo que com variabilidade de grau.

crescente fluxo de capitais em direção à América Latina, com a reincorporação da região no mercado de capitais (CARNEIRO, 1999).

### **2.3 A configuração de um novo anel da dependência e o padrão de reprodução do capital na América Latina na era do capitalismo financeirizado**

Prosseguimos até aqui no caminho de justificar a emergência na década de 1970 de uma nova dinâmica de acumulação de capital em escala mundial. E que, ainda, as circunstâncias e determinações históricas não se deram do mesmo modo no centro e na periferia do sistema capitalista. Para tanto, apoiamos-nos na ideia da reprodução de formas pretéritas e conformação de um novo capitalismo dependente, com especificidades e dinâmica próprias. O que não exclui o fato de sua imbricação com os movimentos do capitalismo central; ao contrário, se estabelece justamente como fruto dessa imbricação. Assim, tal como colocado em Amaral (2012), nos apoiamos na afirmação de que uma nova fase do capitalismo engendra também uma nova fase da dependência<sup>24</sup>.

A análise da situação de dependência com o arcabouço teórico da TMD, como já nos alertou Marini na introdução do *Dialética da Dependência*, passa por evitar análises estáticas ou engessadas, em que a busca excessiva por um entendimento teórico-abstrato impeça sua reconstituição no fenômeno aparente, ou, pelo contrário, evitar o caminho de um empirismo descolado da teoria.

Nessa linha, seguimos Carcanholo (2013b) quando trata de um *resgate crítico* da TMD:

[...] significa uma reavaliação das principais teses da teoria marxista da dependência que não cometa dois tipos de equívocos muito comuns no pensamento social: utilização acrítica das categorias, conclusões e níveis de abstração que essa tradição utilizou para interpretar uma época histórica do capitalismo, desrespeitando, com isso, as especificidades do capitalismo e da dependência contemporâneas; e exasperação – e, portanto, mistificação – dessas especificidades, levando, no limite, à conclusão de que a referida teoria teria de ser inteiramente reformulada.

Posto que o desenvolvimento capitalista – entendido sempre como aumento de complexidade – engendra novos elementos em sua dinâmica, Marini ilustra, ainda no *Dialética da Dependência*, de 1973, a imagem de um novo anel da espiral para tratar da industrialização na América Latina. A nova forma histórica como se apresentou a reprodução do capital na

---

<sup>24</sup> O argumento desenvolvido em Amaral (2012, p. 111) resgata também, de maneira explícita, a concepção de imperialismo: “Dado o vínculo estreito desse movimento com o que foi discutido no capítulo anterior a respeito da constituição de uma nova fase do imperialismo, e seguindo a linha metodológica que entende a teoria da dependência como um desdobramento necessário das teses do imperialismo, se novas são estas últimas, novas devem ser as percepções acerca das relações dos países da periferia com os do centro e, portanto, certamente novas serão as acepções da dependência que podemos alcançar.”

região, que diferia daquela colocada nos séculos XIX e início do século XX na condição de especialização produtiva em produtos primários, motivou o autor a procurar por novas capilaridades originadas por uma nova divisão internacional do trabalho. Da mesma forma o fez em texto de 1997, intitulado *Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista* (MARINI, 2008), em um novo período histórico, em que intenta captar a divisão internacional do trabalho que se gestou captada pela internacionalização do capital em vias de recuperação da crise estrutural dos anos 1960/70.

Compatíveis com essa análise, encontram-se Jaime Osorio e Adrián Sotelo Valencia, que através das formulações da mundialização e da globalização-mundialização, respectivamente, veem que o capitalismo contemporâneo deve ser aprendido através do movimento de expansão necessário ao capital em níveis sem precedentes para contrarrestar a tendência da queda da taxa de lucro, colocando-o em um novo patamar do processo de concentração e centralização de capital. De modo que observam que nesse período histórico houve a necessidade de segmentação do ciclo do capital em escala global, fazendo vistas à busca por matérias-primas mais baratas, bem como de força de trabalho mais barata e em condições mais precárias de trabalho e de vida<sup>25</sup>.

No particular a Osorio, essa colocação se expõe na formulação de um novo padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva na América Latina. O autor defende que as profundas transformações econômicas exigidas após a crise iniciada no final dos anos 1960 ocasionaram transformações tecnológicas, conformando uma nova divisão internacional do trabalho, com rearticulação orgânica da economia mundial.

Com tais características, um padrão exportador retoma o predomínio na América Latina – o que leva o autor, inclusive, a aventar a possibilidade de o padrão industrial tratar-se de um interregno –, acentuando a característica estrutural de secundarização do papel do consumo da classe trabalhadora<sup>26</sup>. Ademais, faz um levantamento do comportamento das exportações, em valor e volume, da pauta produtiva e da composição do investimento, majoritariamente formado pelo capital estrangeiro e grande capital nacional, mantendo ainda presente o estatal em segmentos estratégicos.

---

<sup>25</sup> O trabalho de Miranda (2017) faz a leitura dos três autores citados – Ruy Mauro Marini, Jaime Osorio e Adrián Sotelo Valencia – no que versa sobre o capitalismo contemporâneo, chegando nas conclusões que os aproximam e que apresentamos nesse parágrafo.

<sup>26</sup> Ainda que com diferenças entre um período e outro: “No primeiro, foram majoritariamente excluídos, privilegiando-se a realização capitalista dos mercados externos e de faixas restritas do mercado local; no segundo, com o mercado local muito mais desenvolvido no novo padrão exportador.” (OSORIO, 2012b, p. 133).



Por esse mesmo caminho – o de visualizar profundas transformações econômicas engendradas pela crise estrutural dos anos 1960/70 – podemos colocar que o capitalismo contemporâneo “foi historicamente construído precisamente em função das respostas que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado” (CARCANHOLO, 2011, p. 73). De modo que é possível traçar cinco traços fundamentais desse processo:

(i) o processo de reestruturação produtiva que, dentre outros aspectos, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro [...]; (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) a expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) a mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício. (CARCANHOLO, 2011, p. 74).

Essas transformações justificam para nós, assim como já colocado, o tratamento de uma nova forma histórica da dependência, ou sua apreensão a partir da imagem do acréscimo de mais um anel na espiral da dependência. Em outras palavras, isto significa que o desenvolvimento capitalista na periferia resulta necessariamente em reprodução ampliada da dependência. E aqui não se trata de rejeitar as formulações colocadas pela TMD na década de 1960 e 1970, mas de ver as categorias sob a luz do capitalismo contemporâneo e, portanto, do processo histórico.

É dessa forma que queremos estabelecer o diálogo com Jaime Osorio, objetivo que anunciamos no início deste capítulo. Coadunamos com a apreensão posta pelo atual padrão de reprodução do capital em seu aspecto produtivo, ressaltando as características de reprimarização, desindustrialização e ganho de importância da reorganização do ciclo do capital colocado em escala global e apreendida pela ideia das cadeias globais de valor<sup>27</sup>. Mas tal qual colocado pelo próprio autor:

O peso do capital financeiro especulativo e sua “volatilidade” deve ser um elemento a ser considerado nas atuais condições de reprodução do capital, porque introduz um elemento relativamente novo mas de enorme significação em tal processo, considerado tanto em termos “locais” como do sistema mundial (OSORIO, 2012a, p. 49).

---

<sup>27</sup> Sobre as cadeias globais de valor desde uma perspectiva da TMD ver Borges (2017).

A seção anterior foi dedicada à apresentação das transformações ocorridas em suas dimensões teórica e histórica. Essas transformações influenciam no ciclo do capital – aporte central da proposta teórica do padrão de reprodução do capital colocado por Jaime Osorio –, sobretudo, no que diz respeito às duas fases da circulação. Fazemos essa afirmação no sentido de que o capital fictício, a partir de uma compreensão dialética, é real, ainda que seja ilusório. É dessa maneira que se apresenta em uma forma que exacerba a tendência à autonomização das formas funcionais do capital e se mostra cada vez mais independente do capital industrial em uma imagem de valorização autônoma, na aparência de não possuir limites, ou que tende a não os possuir. Mas é real, e influencia no processo de valorização do capital, ou seja, influencia e viabiliza o investimento produtivo, aquele que passa pela esfera da produção e que produz mais-valor; viabiliza-o, ainda que em outra proporção, seja disfuncional a ele. Essa afirmação, portanto, tem a intenção de colocar que o capital fictício está localizado na esfera da circulação.

Em que pese a dificuldade teórica e histórica de apreensão da dimensão financeira, principalmente no atual contexto de autonomização desta forma de capital, uma análise que pretenda captar a reprodução do capital em menor nível de abstração, a nosso ver, tem que perpassar pela esfera financeira – e fictícia – de valorização. E isto, dado que colocamos que a característica basilar do capitalismo contemporâneo é o papel protagonista que assume o capital fictício no processo de acumulação de capital, não deixa de ser uma contradição imanente.

Ainda que bastassem essas afirmações para a justificativa de um aprofundamento – ou uma descida ainda maior no nível de abstração – do aporte colocado por Jaime Osorio, desde o início esclarecemos que o pano de fundo do presente trabalho é a dependência latino-americana. Então, somam-se as transformações localizadas no pós-1970 à forma específica como elas foram absorvidas pelos países da região. Como colocado em Santos (1970), é necessária uma compreensão conjunta dos movimentos do desenvolvimento do capitalismo global, como eles se dão a partir do centro, e como são incorporados por parte da periferia.

Assim, vemos que, nas fases de circulação do capital, o capital fictício amplia cada vez mais seus espaços de atuação, tanto na primeira como na segunda fase, o que nos leva a enumerar aqui alguns elementos já expostos ao longo desse texto.

Primeiro, nos deteremos na origem do capital-dinheiro que aparece na primeira fase da circulação. Tanto Marini como Osorio deixam pistas de que cresce o peso do setor financeiro neste estágio, sobretudo, com o aumento do investimento indireto em relação ao investimento direto estrangeiro, forma predominante sob a qual aportava capital na América Latina. E que essa dinâmica, para a região, tem particular conexão com o processo de endividamento externo, mas também com outras formas financeiras contemporâneas, como investimentos diretos de

fusões e aquisições. Em Marini (1982, s/n, tradução nossa) há uma ênfase maior dessa característica:

O predomínio do crédito sobre o investimento de risco [...] é a expressão de uma tendência que prevaleceu sobre toda a economia mundial e, em particular, na América Latina, cuja dívida externa total estava no fim dos anos 1980<sup>28</sup> em 240 bilhões de dólares, de acordo com a CEPAL. O fenômeno resulta da expansão do capital financeiro a nível internacional e de sua tendência a assumir o controle da produção de mais-valor em distintos países sem incorrer nos riscos que isso implica, dado que a aplicação financeira é suficiente para assegurar a orientação e a supervisão do capital produtivo, vale dizer, dos empresários ligados à produção.<sup>29</sup>

Dessa forma, Marini já apontava para a emergência de uma nova dinâmica no setor financeiro. A ideia lançada aqui e somada à colocação de Lapavitsas (2011) sobre a crescente retenção de lucros próprios por parte das grandes empresas para autofinanciamento, colocam outras perguntas sobre a origem do capital que aparecem na primeira fase da circulação. Além de sua proveniência interna ou externa, privada ou estrangeira, podemos indagar de qual setor provém esse capital e começar a assumir a importância de distinguir capital próprio, de bancário ou oriundo do setor financeiro.

Nessa mesma linha, Duménil e Lévy (2010) apontam para a questão da separação entre a propriedade e a gestão do capital, em que emergem novas formas de gerenciamento e o papel do sócio acionista, uma figura com foco nos níveis de rentabilidade e que passa ao largo da estrutura produtiva. Assim, a abertura das empresas nos mercados de capitais, a criação de novos títulos de dívidas emitidos por empresas e o aumento das operações de mercado aberto justificam a investigação das formas de financiamento com origem no setor financeiro e qual sua capacidade de influência sobre as decisões de investimento, isto é, aquelas que determinam o processo produtivo.

Em segundo lugar, a disposição da dinâmica de acumulação de capital que permite a visão ilusória da produção de lucros na esfera da circulação. A realização do D', ou mais-dinheiro, ocorre na segunda fase da circulação, momento no qual se apreende a auferição dos lucros como desdobramento do mais-valor produzido. Quando a passagem  $D \rightarrow D'$  aparenta não depender, em nenhuma instância, da esfera da produção, exibe-se a ilusão de lucros na esfera da circulação. Mas, mais do que discutir novamente a abstração por trás disso, queremos

<sup>28</sup> Pelo ano de publicação do texto e pelo dado exibido, acreditamos haver um equívoco na reprodução do texto e se tratar, na realidade, dos anos 1970.

<sup>29</sup> “El predominio del crédito sobre la inversión de riesgo [...] es la expresión de una tendencia que se ha impuesto en toda la economía mundial y, en particular, en América Latina, cuya deuda externa total andaba a fines de 1980 en los 240 mil millones de dólares, según la CEPAL. El fenómeno resulta de la expansión del capital financiero a nivel internacional y de su tendencia a asumir el control de la producción de plusvalía en los distintos países sin correr con los riesgos que ello implica, dado que la aplicación financiera basta para asegurarle la orientación y supervisión del capital produtivo, vale decir, de los empresarios ligados a la producción.”

relembrar alguns dos elementos que colocam essa como uma característica estrutural do período.

Nesse sentido, Paulani (2009) expõe o caráter contraditório do capital fictício, que necessita da constante e crescente produção de mais-valor para que o excedente daí originado seja alocado na valorização do capital fictício, mas que existem elementos que pulverizam essas restrições e limitações. Dentre eles elenca três principais: (i) os ativos são negociados e comercializados em bolsas de valores e mercados secundários de títulos, ocasionando um movimento de valorização centrado na circulação, e muito distanciado da lógica produtiva; (ii) o pagamento de juros, além daquela fração do lucro que é destinada a pagar o adiantamento de capital, passa também a ter origem nos salários e nos recursos do Estado; e (iii) o caráter prolífico do capital fictício na forma de ativos derivativos.

No particular à fração dos salários que crescentemente é destinada ao pagamento de juros, custos de transações bancárias-financeiras, etc., a formulação de Lapavitsas (2011) sobre a expropriação financeira dos rendimentos do trabalho reforça a superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que reforça a ideia de uma inserção subordinada e diferenciada da periferia no capitalismo financeirizado. A expropriação financeira dos rendimentos do trabalho, entendida como um movimento em escala global que é resultado da reestruturação do processo de trabalho e do recuo do Estado de Bem-Estar, para os países da periferia se apresenta como um elemento a mais de expropriação de parte do trabalho necessário para a reposição da força de trabalho.

A reestruturação mundial dos processos de trabalho, com vistas à elevação do grau de exploração da força de trabalho, recoloca velhos mecanismos, ao mesmo tempo em que concebe outros, de aumento da taxa de mais-valor. Isto, longe de justificar uma perda da especificidade da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação e característica estrutural das economias dependentes, ainda que se reforcem os mecanismos de aumento da exploração da força de trabalho nos países centrais, que não se eximiram das reformas trabalhistas, flexibilização do trabalho e recuo de direitos previdenciários, reforça as pesquisas que vêm se aprofundando na atualização dessa categoria<sup>30</sup>.

Já no que se refere aos recursos do Estado, assume importância a dimensão que atinge a manutenção da dívida pública com o surgimento de mercados de títulos da dívida pública, que, por sua vez, subordina a política econômica dos países periféricos. O que nos leva ao tratamento do Estado – importante elemento de manutenção do padrão de reprodução do capital

---

<sup>30</sup> Dentre alguns podemos citar Martins (1999), Amaral e Carcanholo (2012), Carcanholo (2013a) e Luce (2013). E para um debate mais recente em torno da pertinência da categoria Katz (2017) e Osorio (2017).

– no capitalismo financeirizado. Discordamos da formulação neoliberal do *Estado mínimo* não por divergência ideológica, mas por considerar, assim como Netto (2007), que o Estado mínimo é, na verdade, máximo ao capital.

Nessa perspectiva, o Estado tem forte atuação na desestruturação dos direitos sociais, nas desestatizações e na reestruturação do padrão de gastos, que não diminuem, mas se encontram “muito mais centrados na esfera financeiro fictícia em detrimento de políticas públicas de caráter universalizante” (CARCANHOLO e BARUCO, 2011, p. 14). De modo que a apreensão do Estado no capitalismo contemporâneo difere sobremaneira do captado pelo Estado de Bem-Estar, para os países centrais, e do Estado desenvolvimentista, colocado de maneira geral para os países da América Latina durante o padrão industrial.

Uma formulação que nos ajuda com este conteúdo está presente em Harvey (2014b), em que o Estado está no centro da acumulação por espoliação<sup>31</sup>, e, portanto, no centro da liberação de ativos para valorização financeira e fictícia. Do ponto de vista das privatizações e dos processos de fusões e aquisições representou a retomada dos fluxos de capitais em grandes proporções em direção aos países periféricos. Mas também atraídos pelas liberalizações, desregulamentações e alto patamar das taxas de juros. Assim como o recuo do Estado no provimento de serviços básicos como o acesso à saúde, educação e habitação abre espaço para a atuação da iniciativa privada e, como vimos, fortemente financeirizados.

No que tange ao mercado de títulos da dívida pública e à subordinação da política monetária e fiscal na manutenção de altas taxas de juros e remuneração dos ganhos de renda, tem-se um mecanismo de transferência de valor. Segundo Paulani (2012, p. 98), “isso significa que uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores torna-se renda dos detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos, sendo o Estado justamente o maior deles”. Esse mercado assume importância, ainda, no fornecimento da liquidez necessária para a manutenção dos mercados financeiros com razoável estabilidade, o que Carcanholo (2011) chamou de monetização do capital fictício.

Além da atuação do Estado sobre o regime de câmbio, que visando o aumento de reservas internacionais que diminuam o impacto das oscilações cíclicas da economia mundial,

---

<sup>31</sup> A acumulação por espoliação é entendida como um mecanismo presente desde a acumulação primitiva, nos termos de Marx, em que é captada a constante necessidade do capitalismo de se expandir para além de seus limites, entendidos em termo de territórios, ativos e força de trabalho. Assim, a acumulação por espoliação libera e desvaloriza esses elementos para dar conta de resolver as crises de sobreacumulação de capital. Diversos exemplos contemporâneos podem ser elencados, como o colapso da União Soviética, a abertura comercial da China, as privatizações, o barateamento de matérias-primas estratégicas como o petróleo, etc. (HARVEY, 2014b).

barateia a transferência de lucros e dividendos. E também acentua a vulnerabilidade externa estrutural dos países periféricos.

Assim, tem-se elementos que provocaram mudanças na dinâmica do balanço de pagamentos, com maior peso relativo da conta financeira em detrimento da balança comercial. O que motiva, para Amaral (2012), a afirmação que as novas relações internacionais estabelecidas pelos países da América Latina concentrem as formas de transferência de mais-valor na conta financeira do balanço de pagamentos e não mais centralmente na balança comercial, como colocado pela formulação da troca desigual. A ênfase dada a essa informação se explica pelo uso pormenorizado de dados da balança comercial no estudo realizado em Osorio (2012b).

Em terceiro, e último lugar, queremos trazer o caráter financeiro das crises que assumem cada vez mais frequência no capitalismo. Sendo sua manifestação contemporânea fundamentalmente marcada pelo predomínio da lógica financeira e especulativa sobre a da produção e pela exacerbação da concorrência dos capitais produtivos, tem-se acentuada a contradição entre a produção e a apropriação de valor, de uma forma ainda sem precedentes (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). De modo que a valorização financeira assume posição de exterioridade à produção, ainda que dependa dela, assumindo uma fragilidade estrutural ao sistema (PAULANI, 2009).

Esse ciclo de valorização de ativos intangíveis não encontra a mesma lógica da valorização do circuito do ciclo do capital industrial, que, ao seu final, os valores de uso produzidos se destinam aos mercados de consumo. Por sua valorização se centrar na circulação, e passar cada vez mais ao largo da produção, a erupção das crises financeiras tem manifestação na formação de bolhas e na falta de liquidez.

Assim, o predomínio da lógica do capital fictício na acumulação de capital obstrui o crescimento econômico sustentado de longo prazo e aumenta a ocorrência de crises, sobretudo, a partir da esfera financeira. No particular da inserção dos países periféricos no capitalismo financeirizado, aumentou a ocorrência de crises financeiras, dadas pela intensificação da vulnerabilidade externa. Como colocado anteriormente, as crises desencadeiam uma reorganização dos capitais e a retomada dos seus níveis de lucratividade, no que se torna relevante para o padrão de reprodução do capital a consideração também de crises do setor financeiro como a do México, em 1994, do Brasil, em 1999, e da Argentina, em 2001.

E, ainda, enquanto se mingua a parte produtora de valor e a aumenta a sede de apropriação de mais-valor, tem-se exacerbado os mecanismos de aumento da exploração da

força de trabalho e o aprofundamento do contraste entre a riqueza e a miséria, muito mais funestos em tempos de crise e para a periferia do sistema capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar o tema e chegar a uma formulação teórica-metodológica definitiva para o padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado, projetamos chegar aqui com as aproximações e elementos que justificam a ampliação e o aprofundamento do aporte colocado por Jaime Osorio. Com menção feita pelo próprio autor, os circuitos financeiros e fictícios de valorização assumiram maior relevância da década de 1970 em diante e imputaram novas características para a análise dos aspectos colocados nas esferas de circulação e produção do ciclo do capital, bem como dos elementos fundamentais à sua reprodução, como o papel do Estado e das crises.

Entretanto, o autor referencia as mudanças no capitalismo contemporâneo se atendo a formulações sobre a mundialização para dar conta dessa nova dinâmica. Compreende-a como uma periodização referida ao processo de expansão do mercado mundial, que se inicia posteriormente à Segunda Guerra Mundial e evidencia uma nova modalidade de reprodução do capital, bem como de uma nova divisão internacional do trabalho. De modo que:

[...] com base em novos avanços tecnológicos, busca as condições para a conformação de novas modalidades de reprodução e de recuperação da taxa média de lucro, propiciando reestruturações que liquidam ou readequam as formas organizativas de reprodução do capital, tanto nas esferas da circulação como na produção, exigindo novas formas de relocalização produtiva, de mobilidade do capital, de exploração da força de trabalho e de reorganização do mercado mundial, aproveitando a expansão deste com a desintegração da ex-União Soviética e a incorporação ativa da China, assim como os significativos avanços em matéria de transporte e comunicações (OSORIO, 2012a, p. 84-85).

Com esse foco, Osorio (2012a, p. 85) considera que a noção do padrão de reprodução do capital tem por objetivo a investigação da “lógica e [d]os eixos que articulam e organizam as formas fragmentadas com que o capital se apresenta em sua metamorfose”, mas que “temas diversos” podem se agregar em análises secundárias – ou análises especializadas dentro de um todo maior – como “capital financeiro, processos de trabalho, salários, impactos territoriais, etc.”.

Por outro turno, enxergamos que, mais que um tema ou fragmento, a valorização financeira e fictícia do capital assume papel protagonista no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, não fomos além do colocado pela metodologia de análise de padrão de reprodução do capital de Osorio, pelo contrário, seguimos o caminho que é exposto em seu texto. Assim recorreremos à ferramenta analítica de separação desses elementos para, por partes, captar as mudanças provocadas pela financeirização.



A separação desses elementos se justifica tão somente para fins de análise, visto que a própria proposta do padrão de reprodução do capital é a de captar o movimento do capital em sua totalidade. Assim, por mais que tratemos da autonomização das formas funcionais do capital, da exacerbação desse movimento na figura do capital fictício e de um pretenso descolamento da esfera da circulação e da produção, trata-se meramente do fenômeno aparente. Foi reforçado em diversas passagens do texto que, em última instância, toda produção de valor e, portanto, de lucros, passa pelo processo produtivo e pela extração de mais-valor a partir do dispêndio de força de trabalho.

Essa caracterização reforça a instabilidade sistêmica do capitalismo, que apresenta desde suas formas mais moleculares a contradição entre a produção social de valor e apropriação privada de riqueza. Enquanto a obtenção de lucros passa cada vez mais ao largo da esfera da produção e são exigidos maiores níveis de rentabilidade, essa contradição se agrava e o sistema passa por períodos de instabilidades em menores intervalos de tempo.

Por isso, e pelo que vimos até aqui, fundamenta-se que a própria análise do ciclo do capital industrial não pode desconsiderar a autonomização de suas formas funcionais, principalmente do capital fictício, e sua característica de ser funcional à reprodução do ciclo do capital, ao mesmo tempo em que é disfuncional. Pelo que não divergimos da metodologia de análise colocada por Jaime Osorio, mas captamos elementos a mais do que o colocado pelo autor no padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

Assim, desde a forma mais intuitiva das novas formas de financiamento do capital, localizado na primeira esfera da circulação, passamos pela financeirização das empresas e dos indivíduos e famílias, as novas formas de rentabilidade na segunda esfera da circulação, as funções alargadas do Estado e as instabilidades características do setor financeiro.

Muitos caminhos poderiam ser seguidos, como consideramos no início, apesar de termos adotado apenas o de analisar os principais elementos já desenvolvidos por Osorio frente a um novo processo histórico colocado pela financeirização. A partir do ponto que chegamos até aqui, outras perguntas se fazem necessárias e indicam caminhos a serem prosseguidos no aprofundamento dessa temática.

Abrem-se portas de investigação para, seguindo a tipologia feita por Vânia Bambirra, verificar se procede uma tipificação dos países em grupos segundo seus diferentes graus de complexidade. De modo que, na atual conjuntura, a dimensão

financeira apresenta-se mais forte naquelas economias em que o desenvolvimento capitalista avançou um pouco mais, seja por suas dimensões de riquezas naturais, extensão territorial ou quantitativo populacional. Acrescentando mais de um padrão de reprodução do capital para a região da América Latina, com destaque para o Brasil, como justificou vários dos textos citados aqui, em que a financeirização assume dinâmica específica e central. (ALMEIDA FILHO e ARAÚJO, 2015; BORGES, 2017).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N.; ARAÚJO, P. The pattern of capital reproduction in Brazil. **World Review of Political Economy**, v. 6, p. 320-340, 2015. <https://doi.org/10.13169/worlrevipoliecon.6.3.0320>

ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, jan-abr. 2011.

AMARAL, M. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2006.

AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 147f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

AMARAL, M. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. **Revista Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 80-96, nov. 2013.

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

ARAÚJO, P. **Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI: desigualdade e padrão de reprodução**. 2013. 264f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2013.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BARUCO, G. **Do consenso Keynesiano ao pós-consenso de Washington**. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2005.

BASTOS, C.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALLA, A.; SINGH, S. (orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado, 2010. p. 7-41.

BELUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2000. p. 13-68.

BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. **La teoría del desarrollo económico en transición**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BONENTE, B. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 274-286, fev. 2015.

BONENTE, B.; ALMEIDA FILHO, N. Há uma nova economia do desenvolvimento? **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, p. 77-101, 2008. <https://doi.org/10.5380/re.v34i1.6729>

BORGES, R. **Financiarización, cadenas globales de valor e inversión extranjera en la producción de etanol en Brasil a partir de la liberalización de la agroindustria**: una interpretación marxista del período de 1990 a 2010. 2017. 566f. Tese (Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Madrid, 2017.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, dez. 2011.

CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013a. p. 71-98.

CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, p. 191-205, jan-abr. 2013b.

CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-23, jul-dez. 2011.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, p. 57-92, dez. 1999.

CARVALHO, F. C. D. Bretton Woods aos 60 anos. **CEBRAP**, São Paulo, v. 70, p. 61-63, 2004.

CASANOVA, P. (org.). **América Latina**: história de meio século. Brasília: Editora UNB, 1988.

CEPAL. **América Latina y el Caribe**: opciones para reducir el peso de la deuda. Santiago: CEPAL, 1990.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

CINTRA, M. A dinâmica do novo regime monetário financeiro norte-americano: uma hipótese de interpretação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 103-141, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000200010>

CORRÊA, V. **A estrutura do financiamento brasileira e a oferta de financiamento de longo prazo ao investimento**. 1996. 270 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1996.

CROTTY, J. Owner-manager conflict and financial theory of investment stability: a critical assessment of Keynes, Tobin, and Minsky. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 12, n. 4, p. 519-542, 1990.

DOS SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Nova York, v. 60, n. 2, p. 231-236, may. 1970.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 185-246.

EICHEGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EPSTEIN, G. (org.). **Financialization and the World Economy**. Northampton: Edward Elgar, 2005.

FERREIRA, C.; LUCE, M. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-20.

FRANK, A. G. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1998.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablue, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. **Imperialism, a study**. New York: James Pott an Co., 1902.

HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1989.

JUDT, T. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KATZ, C. **Aciertos y problemas de la superexplotación**, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179517/ACIERTOS%20Y%20PROBLEMAS%20DE%20LA%20SUPEREXPLORACION.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

KAUTSKY, K. O imperialismo. In: TEIXEIRA, A. (org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 443-463.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. **Research on money and finance**, Londres, n. 10, may 2009.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. **Work, Employment & Society**, Londres, v. 25, n. 4, p. 611-626, dec. 2011. <https://doi.org/10.1177/0950017011419708>

LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LICHTENSZTEJN, S. **Enfoques y categorías de la política económica**. Cidade do México: UNAM-Veracruzana, 2008.

LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 145-165.

MALDONADO, F. **A ideologia da dependência na América Latina**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, São Paulo, 2017.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 20, p. 18-39, abr-jun. 1979.

MARINI, R. M. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. **Cuadernos de Cidamo**, Cidade do México, n. 7, 1982.

MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 57-134.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 137-180.

MARINI, R. M. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005c. p. 181-194.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARTINS C. E. (org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires e Bogotá: Clacso e Siglo del Hombre, 2008. p. 247-271.



MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 5, p. 121-138, dez. 1999.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, v. I (Livro I, Tomo I), 1985a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, v. II (Livro I, Tomo II), 1985b.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, v. III (Livro II), 1985c.

MIRANDA, A. P. **Teoria Marxista da Dependência na contemporaneidade**: contribuições de Jaime Osorio e Adrián Sotelo. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, 2017.

MOREIRA, C.; MAGALHÃES, E. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 38, p. 90-106, jun. 2014.

NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Outras expressões, 2014.

OSORIO, J. **Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación: una propuesta de desarme teórico para avanzar,** 15 set. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179518/Cr%C3%ADtica%20a%20Katz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>

PAULANI, L. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx e comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. **Economia**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 49-70, jan-abr. 2011.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: um reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 10, p. 89-102, jun. 2012.

POLLIN, R. The resurrection of the rentier. **New Left Review**, v. 46, p. 140-153, jul-aug. 2007.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 68-94, 2011.

PRATES, D.; CINTRA, M. Keynes e a hierarquia de moedas: possíveis lições para o Brasil. **Texto para Discussão, IE/Unicamp**, Campinas, n. 137, out. 2007.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: CEPAL. **Boletín Económico de la América Latina**. Santiago: CEPAL, 1949.

REGONINI, G. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, 1998. p. 416-419.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Zahar, 1978.

SOTELO VALENCIA, A. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: maquiladoras y telecomunicaciones.** Cidade do México: Plaza y Valdés, 2004.

SOUZA, H. **Análise dos fluxos da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro e a dinâmica especulativa dos investimentos diretos (período 2000-2016).** 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2017.

SOUZA, N. A. D. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e "ciclo longo". In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília: IPEA, 2013. p. 189-230.

SUNKEL, O. National development policy and external dependence in Latin America. **The Journal of Development Studies**, v. 6, n. 1, p. 23-48, 1969. <https://doi.org/10.1080/00220386908421311>

TAVARES, M. D. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 217-237.

TRASPADINI, R. **A teoria da (inter)dependência.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. (org.). **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.